



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG-PsiCC

Avaliação de Necessidades: desenvolvimento de intervenções psicossociais com pessoas
LGBTI+.

Matheus da Silva Neves

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Sílvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

Brasília, 2019.

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG-PsiCC

Avaliação de Necessidades: desenvolvimento de intervenções psicossociais com pessoas
LGBTI+.

Matheus da Silva Neves

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Sílvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Brasília, 2019

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e
Cultura (PPG-PsiCC/UnB)

**Avaliação de Necessidades: desenvolvimento de intervenções psicossociais
com pessoas LGBTI+.**

Matheus da Silva Neves

Banca examinadora

Brasília, 30 de Julho de 2019.

Profa. Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello (Presidente)
PsiCC/PCL/IP/UnB

Profa. Dra. Sheila Giardini Murta (Membro Titular)
PsiCC/PCL/IP/UnB

Dra. Thaís Dumê Faria (Membro Externo)
OIT/ONU

Profa. Dra. Fran Demétrio (Suplente)
LabTRANS/UFRB

[...]

*meu corpo é um campo de batalha.
minha respiração, transgressão.
de minha existência fiz moinho,
pulsei sem permissão.*

*de mim mesmo fiz destino.
para todos, rejeição.
do querer fiz passarinho,
os que não me querem passarão.*

*meu corpo é um campo de batalha.
minha carne, insistência.
de minha pele fiz cicatriz.
de minha alma, resistência.*

Marcelo Caetano, “Meu corpo é um campo de batalha”.

Agradecimentos

À Sílvia Lordello, minha referência de qualidade científica e de compromisso social. Que encontro fantástico o destino propiciou em minha graduação com sua pessoa tão acolhedora e calorosa. Se pude construir este caminho de tijolos amarelos, foi pela maestria que exerce seu dom de dialogar e compreender o outro. Os momentos que vivemos juntos sempre serão guardados com muito amor e carinho, entrelaçados pela dedicação e disciplina que permeou nosso encontro. Obrigado por acolher e ajudar a estruturar uma ideia, onde somente havia vontade e desejo, serei infinitamente grato pela chance que me deu.

À Sheila Giardini, por ter me encantado e me ensinado tanto sobre a forma de ver a vida com um simples olhar para as potencialidades. A forma como também acolheu meus pensamentos e desejos me marcou profundamente, pude me ver capaz de promover as mudanças sociais as quais sempre me impactaram. Sinto que estar em sua presença me permitiu fertilizar mais sonhos, e além disso, compreender que há formas de torná-los reais; por este presente, também serei eternamente grato.

À Tainah Maria, minha grande amiga, cúmplice e colega pesquisadora. Todas as etapas dessa jornada foram construídas e pensadas com você. Se senti felicidade e prazer ao construir e me debruçar em tantos estudos, foi por nossa causa. Dos momentos de desespero, desde o processo seletivo, até os prazos finais de entrega de trabalhos e manuscritos. Percebo em você a importância de produzir ciência com qualidade e afeto, em que seja possível ir além de “como é” para “como poderia ser”. Agradeço por todas as escutas, abraços, choros e risadas que demos juntos, sem estes pequenos surtos não teríamos chegado aqui. Que nossas pesquisas possam se efetivar em mudanças sociais e qualidade de vida a quem necessite. Estaremos juntos na próxima etapa (pode entrar doutorado!); ainda bem que a agência dos correios estava aberta naquele dia!

À Stephanie Gutierrez, companheira de empreitadas e ambições. Seu retorno à Brasília me permitiu perseguir desejos com mais segurança (e como isso é importante pra mim). Me sinto honrado em compartilhar tantos espaços profissionais com alguém do seu nível e qualidade técnica; estar com você é sempre um aprendizado contínuo sobre altruísmo e dedicação ao detalhes. Te agradeço imensamente por compartilhar estes momentos comigo.

Ao amigo Renan Lyra, por ter me apresentado a possibilidade da pós, e me guiado por caminhos que já havia trilhado. Agradeço pela companhia e amizade nesses últimos anos, capaz de abarcar tantos afetos e sentimentos complexos. Saber que podemos constituir aliados frente ao preconceito me impulsiona a prosseguir neste caminho.

Agradeço às pessoas que influenciaram no planejamento, construção e execução de diferentes etapas desta dissertação, em especial: Ana Túlie, por ter enxergado a potencialidade que este trabalho poderia ter na aplicabilidade e fortalecimento da narrativa de nossa comunidade, obrigado por me convidar à espaços onde houvesse reconhecimento pela dedicação e esforço contínuo que fizemos; João Pedro e Anna Carolina, por terem me aguentado e estimulado durante esses dois anos de noites intensas e sofridas, cada sorriso e diversão que tivemos tornou este caminho mais leve; Bianca Campos e Clara Lima, por terem acreditado em minhas loucuras e sempre terem sido um local seguro para que eu pudesse repousar meus medos e amores; João Capoulade por ter demonstrado interesse em minhas ideias e acolhido minhas indagações, além de contribuir para o fortalecimento deste trabalho com sua própria técnica, fruto de constante aprimoramento pessoal.

Aos colegas e companheiros pesquisadores Otto Leone e Eliz Silva, por compartilharem o interesse e desejo em produzir conhecimento científico e promover mudanças. Agradeço o auxílio nas etapas de coleta e pesquisa da temática de diversidade.

Aos meu queridos pais, Iris e Leci, por terem acreditado em minha capacidade e me oferecerem o presente que me acompanha todos os dias, em todas as minhas relações: o amor. O exemplo de vocês sobre como viver e compreender o outro me mostra a cada dia como o mundo poderia ser. Se trago em mim o sentimento de paciência e curiosidade sobre como precisamos transformar nossa realidade, foi por este carinho e zelo que tiveram comigo. Serei sempre grato pela sorte que tive de nascer entre vocês. Ao meu irmão Ítallo, que sempre me motivou a buscar respostas por mim mesmo, e nunca me satisfazer com a mediocridade; destaco aqui como nossas formas de demonstrar amor nos levaram a caminhos de felicidade.

À todas as pessoas LGBTI+ que cruzaram meu caminho, e que de alguma forma, me fortaleceram em estar aqui. Agradeço a cada um de vocês, aos que estão vivos, por me mostrarem que ainda há muito pelo o que se lutar e agradecer; aos que se foram, carrego comigo um pedaço de memória, como prova do monumento que iremos construir.

À Universidade de Brasília, espaço que me recebeu e acolheu. De todos os presentes que a vida poderia me oferecer, este lugar foi o mais cativante. Aqui aprendi tanto sobre mim e sobre como vejo o mundo. Me entendi como pessoa humana, capaz de amar e ser amado. Aprendi com os amigos que fiz o valor que existe no diálogo e no acolhimento. Agradeço ao Cândia, esse espaço de troca e aprendizagem contínua em minha graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado que financiou essa pesquisa.

Sumário

Lista de Tabelas e Figuras.....	09
Resumo da Dissertação.....	10
Dissertation's Abstract.....	12
Apresentação da Dissertação.....	14
Manuscrito I - Comunidade LGBTI+ e intervenções: uma revisão sistemática.....	20
Resumo.....	20
Abstract.....	21
Introdução.....	22
Método.....	27
Resultados.....	30
Discussão.....	34
Considerações Finais.....	37
Referências.....	39
Manuscrito II - Comunidade LGBTI+: mapeando intervenções em serviços públicos do Distrito Federal.....	45
Resumo.....	45
Abstract.....	46
Institucionalização dos Direitos LGBTI+.....	47
Mapeando Intervenções.....	48
Método.....	51
Participantes.....	51
Instrumento.....	53
Procedimentos.....	55
Análise.....	55
Resultados e Discussão.....	56
Considerações Finais.....	68
Referências.....	69
Manuscrito III - Avaliação de Necessidades com LGBTI+: uma perspectiva dialógica-narrativa.....	75
Resumo.....	75
Abstract.....	76
Introdução.....	77
Métodos.....	81

Participantes.....	81
Cuidados Éticos.....	82
Instrumento.....	82
Procedimentos.....	82
Análise.....	83
Resultados e Discussão.....	84
O preço do amor.....	85
Papéis de gênero e representatividade: “Meninos de um lado, meninas do outro.”.....	88
Moralidade: vigiar, punir e censurar.....	90
As problemáticas de “Ser quem sou”.....	94
Curiosidade: convite ao diálogo ou intimação a um inquérito?.....	97
Comunidade LGBTI+: pertencimento e proteção.....	100
Quando a identidade machuca: o direito (ou desejo) da “normalidade”.....	102
Considerações Finais.....	105
Referências.....	106
Considerações Finais e Proposições da Dissertação.....	113
Referências.....	122

Lista de Tabelas, Figuras e Anexos

Tabela 1 – Sinônimos que englobam o descritor “Minorias Sexuais”.....	28
Tabela 2 – Processo de seleção dos artigos.....	29
Tabela 3 – Questionário Online.....	54
Tabela 4 – Descrições identitárias autodeclaradas.....	81
Tabela 5 – Conteúdos temáticos dos componentes interventivos.....	117
Figura 1 – Objetivos, etapas e procedimentos direcionados pela adaptação do framework EPIS.....	114
Figura 2 – Contextos Internos e considerações levantadas.....	114
Figura 3 – Contextos Externos e considerações levantadas.....	115
Figura 4 – Parte do modelo lógico.....	117
Anexo A – Roteiro semi-elaborado.....	123
Anexo B – Questionário Sociodemográfico.....	124

Resumo da Dissertação

A LGBTIfobia está presente nas estruturas sociais que delineiam as possibilidades de ser e estar em sociedade. A constituição das sexualidades não normativas (*gênero-sexodiversas*) está atravessada pelos pressupostos dos papéis de gênero, produzidos e interpretados socialmente sob a visão do patriarcado. Frente às consequências que o preconceito ocasiona na vida de pessoas LGBTI+, desde o processo de autodescoberta, até o acesso formal ao mercado de trabalho, é preciso qualificar o conteúdo relacional destes elementos sob uma ótica funcional: o que pode ser feito? Respondendo a esta pergunta, este trabalho se propôs a realizar uma Avaliação de Necessidades, um instrumento metodológico que pode acessar os determinantes que influenciam os problemas que afetam a população, sua frequência e intensidade e os fatores psicossociais que impactam seu contexto. Para alcançar este objetivo, o trabalho apresenta um percurso que foi pensado e adaptado a luz do framework EPIS (Exploração, Preparação, Implementação e Sustentação), em que os artigos e projetos paralelos materializam as etapas de Exploração. O primeiro artigo se pauta em uma revisão sistemática da literatura sobre intervenções psicossociais desenvolvidas para melhorar a qualidade de vida de pessoas LGBTI+, em que se utilizam modelos ou técnicas de avaliação de processo e/ou resultado. Os resultados mostraram uma utilização escassa destas ferramentas em intervenções no Brasil, ao mesmo tempo que expressam a eficácia em intervenções que conseguiram mapear as relações dinâmicas entre os pressupostos da intervenção e seus possíveis resultados. O segundo artigo, teve como objetivo investigar a realidade social onde ocorrem serviços específicos pra população LGBTI+, utilizando os pressupostos do *Intervention Mapping Approach*, para encontrar potencialidades e possíveis ameaças aos serviços prestados. Seis profissionais da rede assistencial do Distrito Federal responderam a um questionário on-line sobre especificidades do serviço, sobre métodos utilizados, design das intervenções, teorias, resultados e avaliações. Os resultados foram interpretados utilizando a análise de conteúdo de Minayo, que demonstraram uma pluralidade na forma em que se desenvolvem e executam os

serviços assistenciais para minorias sexuais no DF, em que a manutenção constante das informações e disposições dos serviços da rede fundamentam sua plena execução. O terceiro artigo contempla outra etapa da avaliação de necessidades, em formato de grupo focal: a escuta das narrativas de pessoas LGBTI+ sobre aspectos que atravessaram sua socialização e como estes impactaram em sua qualidade de vida. A análise destes dados foi produzida sob a perspectiva do Construcionismo Social, em que a promoção do diálogo no processo de coleta possibilitou enriquecimento na produção e interpretação dos dados qualitativos. Os dados apontam a centralidade que a rede afetiva e social têm como promotoras de saúde e segurança para minorias sexuais. A ativação de aliados em outros espaços, para além do movimento social, permite a construção de pontes para o trânsito destas identidades em espaços centrais de poder e discurso. A emancipação social desta população precisa ser pensada em conjunto com outros atores, igualmente responsáveis no aprimoramento da qualidade de vida de pessoas LGBTI+.

Palavras-chave: Avaliação de Necessidades, LGBTI+, Intervenções Psicossociais.

Dissertation Abstract

LGBTIphobia is present in the social structures that outline the possibilities of being and being in society. The constitution of non-normative sexualities (*gender-sexdiverses*) is traversed by the presuppositions of gender roles, produced and interpreted socially under the patriarchal vision. In the face of the consequences that prejudice causes in the life of LGBTI + people, from the process of self-discovery to formal access to the labor market, it is necessary to qualify the relational content of these elements from a functional perspective: what can be done? Responding to this question, this paper proposes to perform a Needs Assessment, a methodological tool that can access the determinants that influence the problems that affect the population, their frequency, intensity, and the psychosocial factors that impact their context. In order to achieve this objective, the work presents a course that was designed and adapted to the light of the EPIS (Exploration, Preparation, Implementation and Sustainability) framework, in which parallel articles and projects materialize the Exploration stages. The first article is based on a systematic review of the literature on psychosocial interventions developed to improve the quality of life of LGBTI + people, using models or techniques for process and/or outcome evaluation. The results showed a scarce use of these tools in interventions in Brazil, while expressing the effectiveness in interventions that managed to map the dynamic relationships between the assumptions of the intervention and its possible results. The second article aimed to investigate the social reality where specific services for the LGBTI + population occur, using the assumptions of the Intervention Mapping Approach, to find potentialities and possible threats to the services provided. Six professionals of the assistance network of the Federal District answered an online questionnaire about service specificities, methods used, design of interventions, theories, results and evaluations. The results were interpreted using Minayo's content analysis, which demonstrated a plurality in the way in which the social services for sexual minority in the DF are developed and executed, in which the constant maintenance of the information and provisions of the network serve as basis for their full implementation. The

third article contemplates another stage of the needs assessment, in a focus group format: listening to the narratives of LGBTI + people about aspects that have crossed their socialization and how they impacted on their quality of life. The analysis of these data was produced from the perspective of Social Constructionism, in which the promotion of dialogue in the collection process allowed enrichment in the production and interpretation of qualitative data. The data indicate the centrality that the affective and social network have as promoters of health and safety for sexual minorities. The activation of allies in other spaces, besides the social movement, allows the construction of bridges for the transit of these identities in central spaces of power and discourse. The social emancipation of this population needs to be thought together with other actors, equally responsible for improving the quality of life of LGBTI + people.

Key-words: Needs Assessment, LGBTI+, Psychosocial Interventions

Apresentação da Dissertação

Como desenvolver uma intervenção psicossocial para melhorar a qualidade de vida de pessoas LGBTI+ frente ao preconceito? Meu percurso como pesquisador foi construído desde a graduação por meio do ingresso em estágios em instituições que promovem garantia de direitos. Fui inspirado a pensar qual colaboração um pesquisador poderia oferecer para esse cenário. Uma forma de expressar esta indagação se materializou neste projeto. Com o ingresso nas disciplinas da pós-graduação, percebi a complexidade que envolve a construção robusta de uma intervenção que se proponha a ser eficaz. A partir dessa percepção, optei pela produção da primeira fase: a avaliação de necessidades, que deve anteceder a implementação da intervenção, o estudo e a qualificação do problema em si.

Fomentar ações afirmativas e políticas públicas de proteção as pessoas LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, Intersexuais e mais; nomenclatura identitária descritiva adotada nesta dissertação) se torna uma medida necessária do Estado e de organizações da sociedade civil, objetivando diminuir as situações de desigualdade, discriminação, violências e vulnerabilidades por motivos de orientação sexual e identidade de gênero. Fortalecer projetos que promovam a inserção de pessoas gênero-sexodiversas em empregos formais é uma prática eficaz para aumentar o acesso da população LGBTI+ a espaços de participação social, autonomia financeira e qualidade de vida. Uma forma de manter a vigilância sobre a implementação e execução destes projetos é possuir conhecimento sobre políticas públicas, pactos e legislações que descrevem a garantia destes direitos.

Para firmar o compromisso social macro-sistêmico pautado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Assembly, 1948), o Conselho da ONU (Organização das Nações Unidas) sinaliza, em 2011, a necessidade de dirigir atenção às questões de violência e discriminação perpetrados contra a comunidade LGBTI+ (Livres e Iguais, 2013). Nesse mesmo ano, como consequência, concretiza-se a primeira resolução de defesa dos direitos das pessoas LGBTs a ser aprovada pela ONU: “Direitos Humanos, orientação sexual e identidade de

gênero”. A garantia dos direitos humanos básicos preconizada na Constituição Federal, possui aceitação tácita do Estado brasileiro, visto que foi por este apresentado, juntamente com países da África do Sul (Siqueira & Machado, 2018).

Neste sentido, uma avaliação de necessidades é uma etapa essencial no planejamento de serviços direcionados a uma população específica. Esta técnica permite acesso aos determinantes que atuam diretamente na qualidade de vida de um grupo, e como este se relaciona com o contexto em que se desenvolvem. Para acessar e atender este objetivo, são necessárias metodologias e sistematizações diferentes que visam responder formalmente à lacunas percebidas (Murta et. cols., 2015). Três aspectos foram consideradas como essenciais para a construção desta avaliação de necessidades com pessoas LGBTI+: estudos para a descrição do problema; estudos para avaliar fatores de risco; estudos para desenvolver a intervenção. As etapas desenvolvidas nos manuscritos descrevem este percurso traçado pela pesquisa.

As diretrizes do framework EPIS direciona a atenção da equipe pesquisadora aos aspectos internos e externos da intervenção, a fim de ampliar nossa visão analítica para oferecer mais controle e fundamentação na tomada de escolhas estratégicas (Moullin et. cols., 2019). Durante a primeira fase de “Exploração”, etapa contemplada pelos estudos desta dissertação, é necessário considerar como as práticas baseadas em evidência podem atender ou resolver demandas psicossociais, ao mesmo tempo em que se investiga as oportunidades e desafios de fatores contextuais internos e externos que possam fortalecer ou enfraquecer a implementação.

As atividades e estudos realizados nas disciplinas da pós-graduação pavimentaram caminhos e escolhas direcionadas que pudessem alcançar os objetivos desenhados. A revisão sistemática (Artigo I) se apresenta como um acesso ao estado da arte em que se encontra a cultura psicossocial interventiva em interface com as técnicas de avaliação, em que houvesse descrição de dados baseados em evidências. O que deu certo? Quais evidências sinalizam

mecanismos eficazes e/ou ineficazes para se adotar em uma intervenção? Quais fatores influenciam estes resultados?

O segundo estudo se atentou em acessar a realidade dos profissionais que realizam as intervenções disponíveis no serviço público para pessoas LGBTI+, em que se investigou aspectos do contexto externo que afetam a execução de intervenções no contexto interno. Esta investigação se propôs a mapear e descrever dinâmicas operacionais e como estas se relacionam na efetivação dos serviços, a fim de descrever quais aspectos podem promover o fortalecimento do trabalho em rede.

O terceiro estudo se voltou para a qualificação das narrativas do público-alvo (LGBTI+) sobre as demandas que estes possuem em áreas diversas de sua vida. A amplitude do instrumento focou em quatro espaços de subjetivação, em que se pensa o movimento do micro ao macrocosmo social: família, educação, trabalho e comunidade. Este acesso foi mediado pelo uso do grupo focal como instrumento de coleta, com a contribuição de cinco participantes LGBTI+ acima de 18 anos.

Durante o processo desenvolvimento desta dissertação, um grupo de estudos e pesquisa interdisciplinar em intervenções psicossociais foi coconstruído, o qual se pautou na introdução aos pensamentos pós-modernos. O objetivo do grupo era aprofundar o estudo em intervenções psicossociais e suas interfaces temáticas, a partir da leitura e a discussão crítica de elementos contextuais da prática em prevenção e promoção de saúde na comunidade. Posteriormente, o conhecimento discutido e produzido pelo grupo ofereceu embasamento teórico para a análise interpretativa subsequente dos manuscritos como parte técnica de aperfeiçoamento sugerida por Minayo (2012).

As leituras em grupo nos permitiram refletir sobre a complexidade da linguagem e como os símbolos descritos pelo léxico vocal possuem materialidade para além da realidade subjetiva de cada sujeito. No paradigma pós-moderno, a linguagem se transforma de veículo

da informação para o próprio caminho onde se é possível transitar: onde não há palavra, não há direção. Compreendemos o valor e o peso que as convenções narrativas possuem na potencialidade e limitação do ser e estar em sociedade, e buscamos explorar nossa compreensão sobre estas temáticas utilizando registros esquemáticos e artísticos sobre cada encontro e discussão realizada, a fim de enlaçar estes fragmentos de forma linear.

O componente da interdisciplinaridade, trabalhado durante o desenvolvimento do grupo de pesquisa, nos possibilitou compreender como as intersecções do conhecimento permitem leituras mais autênticas da realidade. Uma metodologia explorada na coconstrução das atividades, era o uso de recursos de mistura e hibridação na produção de colagens que refletissem o sentido e o direcionamento das discussões produzidas, uma técnica percebida nas produções pós-modernas (Cauduro, 2007). Em conjunto com o *art designer* João Capoulade Nogueira, após discussões e indagações sobre a interface das artes com o conhecimento científico, foram desenvolvidas três obras que contemplam, em seus símbolos e organizações, aspectos técnicos abordados em cada manuscrito. Estes serão apresentados previamente a cada produção, de forma que todas as obras, assim como esta dissertação, possuem um sentido sinérgico de elementos, em que há o convite ao leitor nas articulações de seus sentidos com o conteúdo de cada manuscrito.

A história, o corpo e a linguagem produzem um movimento contínuo na produção das alteridades simbólicas, também percebidas nas convenções narrativas sobre a realidade. Busca-se explorar a autenticidade crítica na produção do conhecimento, de forma a oferecer fragmentos da identidade como marca expressiva da presença criativa e flexibilidade do pesquisador no processo de construção da ciência (Eakin, 2016).

A partir dos dados coletados e produzidos na etapa de Exploração contemplada por esta dissertação, espera-se construir intervenções e aperfeiçoar modelos interventivos em andamento, a fim de promover publicização de iniciativas eficazes na promoção de saúde.

Pretende-se após a defesa destes manuscritos, a implementação de aspectos operacionais estratégicos percebidos, a fim de iniciar prontamente o estudo de técnicas na prática interventiva.

Referências

- Assembly, U. G. (1948). Universal declaration of human rights. *UN General Assembly*, 302(2).
- Cauduro, V, F. (2007). Pós-modernidade e hibridações visuais. *Em questão*, 13(2).
- Eakin, J. M. (2016). Educating Critical Qualitative Health Researchers in the Land of the Randomized Controlled Trial. *Qualitative Inquiry*, 22(2), 107–118.
<https://doi.org/10.1177/1077800415617207>
- Livres e Iguais (2013). *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e a Orientação Sexual e Identidade de Gênero*. Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em https://unfe.org/system/unfe-39-sm_direito_internacional.pdf
- Minayo, M. C. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626 <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>
- Moullin, J. C., Dickson, K. S., Stadnick, N. A., Rabin, B., & Aarons, G. A. (2019). Systematic review of the Exploration, Preparation, Implementation, Sustainment (EPIS) framework. *Implementation Science*, 14(1), 1.
- Murta, S. G., França, C. L., Santos, K. B., & Polejack, L. (2015). *Prevenção e promoção em saúde mental: Fundamentos, Planejamento e Estratégias de intervenção*. Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Siqueira, D. & Machado, R. (2018). A proteção dos Direitos Humanos LGBT e os Princípios Consagrados Contra a Discriminação Atentatória. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, (6)11, 167-201. Recuperado de: <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2018.11.167-201>



Manuscrito I - Comunidade LGBTI+ e intervenções: uma revisão sistemática

Resumo

A avaliação de intervenções revela a dinâmica de mecanismos eficazes que possibilitam sua difusão ou sugerem uma inovação técnica. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional, que abrange publicações entre os anos de 2007-2017. Os descritores escolhidos para a pesquisa foram “intervenção AND minorias sexuais”; o descritor “sexual minorities” foi o termo utilizado para agrupar sujeitos LGBT em uma nomenclatura (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Percebe-se a multiplicidade de termos para descrição do público alvo LGBT como um reflexo da construção identitária social, que não possui significação una. Resultados mostraram que existem aspectos centrais a serem incorporados quando se contempla uma intervenção para minorias sexuais. Intervenções que desenvolveram avaliação de processo foram mais eficazes na implementação. Em relação aos contextos do fenômeno, o preconceito continua a ser enfrentado por minorias sexuais em nível global, o que necessita de um trabalho contínuo e sistemático com esta população.

Palavras-chave: LGBT, Minorias Sexuais, Intervenção.

Abstract

The evaluation of interventions reveals the dynamics of effective mechanisms for diffusion or in need of technical innovation. A systematic review of national and international literature, covering publications from 2007-2017. The descriptors chosen for the survey were "intervention AND sexual minorities"; the descriptor "sexual minorities" was the term used to group LGBT subjects in a nomenclature (lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals). One can understand the multiplicity of terms for description of the LGBT audience as a reflection of social identity construction, which does not have a meaning. Results showed that there are central aspects to be incorporated when it contemplates an intervention for sexual minorities. Interventions that have developed process evaluation were more effective in implementation. In relation to the contexts of the phenomenon, the bias continues to be faced by sexual minorities at a global level, which requires a continuous and systematic work with this population.

Key-words: LGBT, Sexual Minorities and Intervention.

Introdução

O relatório anual sobre o assassinato de homossexuais produzido pelo Grupo Gay da Bahia (Grupo Gay da Bahia, 2012) - mais antiga entidade do gênero no Brasil - indica que 318 LGBTs foram mortos em 2015 em todo o País. Desse total de vítimas, o GGB diz que 52% são gays, 37% travestis, 16% lésbicas, 10% bissexuais. O número é levemente menor que em 2014 quando, conforme o grupo, foram registrados 326 assassinatos. Em comparação com países que possuem leis contra “práticas homossexuais” o Brasil é um dos países que apresenta um grande número de mortes de pessoas trans atualmente (Rede Trans Brasil, 2016). Portanto as dinâmicas homofóbicas são praticadas no país, com graves consequências para a vida de minorias sexuais.

A LGBTIfobia pode ser caracterizada como uma atitude negativa e hostil contra pessoas LGBTI+, de modo a designar o outro como inferior, anormal ou desviante (Borillo, 2001). Um dos impactos negativos dessa prática é a vulnerabilização social, mantida por sujeitos e instituições, sobre comunidades e indivíduos que não reproduzem comportamentos normativos. As crises econômicas refletem a precariedade dos órgãos do Estado em atender as populações em necessidade, que possui meios escassos para obtenção de renda. Desse modo, uma zona de risco se constitui, o que acarreta quadros de vulnerabilidade social que podem se perpetuar por gerações (Gomes & Pereira, 2005).

Para estes sujeitos, a vulnerabilidade social é um processo de exclusão histórico que discrimina e enfraquece suas redes de segurança, decorrente de crises econômicas, baixos níveis de educação, condições geográficas, catástrofes, guerras, descaso, falta de comprometimento das autoridades responsáveis entre outros fatores (Gomes & Pereira, 2005; Monteiro, 2012). A percepção sobre quais fatores são determinantes no sofrimento atual destes sujeitos é crucial no processo de mudança da realidade social, proposta a partir de intervenções psicossociais.

Em uma perspectiva construcionista pós-moderna, o processo de significação e construção de sentido se dá por meio das relações humanas (Rasera & Japur, 2007). Dessa forma, sujeito e objeto são construções sócio-históricas, passíveis de problematização dos contextos em que estão inseridos. Em comum, a teoria *Queer* (Butler, 2003) descreve os papéis de masculinidade e feminilidade não biologicamente fixos, mas socialmente construídos. Observa-se o reflexo desse pensamento na construção de identidades atuais, em que estes sujeitos se apropriam dos símbolos sociais em uma produção constante de significados subjetivos, para além de uma recepção passiva de conteúdo. Com poucos modelos de representações simbólicas positivas, a construção subjetiva de identidades diversas entra em conflito com modelos morais normativos; essa incompatibilidade fomenta comportamentos nocivos que continuam a assolar essa população.

A realidade dos sujeitos LGBTI+ é interpelada pela normatividade heterossexual. A significação de performances sexuais diversas é estigmatizada por uma matriz heterossexista que determina valores, restrições e expectativas de seres “macho” e “fêmea” (Chambers, 2003). A narrativa heterossexual significa a construção masculina/feminina diversa como uma deturpação; esse discurso, personalizado e atuado em forma de preconceito, promove prejuízos nos processos de subjetivação pessoal e social de indivíduos. A LGBTIfobia é um sintoma dessa alienação, que se expressa reafirmada nas dinâmicas de poder, corroborada por religiões e instituições que se caracterizam como ferramenta para manutenção e regulação da sexualidade normativa (Andreo et al., 2016). Este fenômeno é um determinante que atua diretamente no processo de marginalização e sofrimento psíquico de sujeitos não-normativos.

O termo “LGBTI+” se refere à identidade grupal desta população enquanto movimento político-ideológico que possui finalidade objetiva; campo que se difere da identidade subjetiva do espectro sexual, enquanto performance social (Butler, 2003). Sobre essa significação, os autores deste artigo optaram por escolher a sigla “LGBTI+” para sinalizar minorias sexuais no

corpo do texto. Embora existam diversas formas de se referir a este grupo, esta terminologia abarca a pluralidade evidenciada no contexto ideológico sociocultural em que se insere a pesquisa. A adoção dessa sigla não desconsidera o constante processo de evolução discursivo dos termos *Queer/Questioning/Agender/Non-Binarie*, porém optou-se por abdicar de conceituações que não possuem concordância universal dentro da comunidade brasileira, como forma de acessibilidade aos grupos não familiarizados com as terminologias.

A sigla que significa o movimento da diversidade sexual, passou por constantes alterações de acordo com a evolução política identitária do grupo. Um dos termos mais popularizados na década de 80-90 era o “GLS” (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), que refletia a diversidade reduzida de um grupo que ganhava forças ao se associar ao mercado. O termo “simpatizante” sinalizava pessoas que eram a favor ou que não tinham objeções ao movimento. A constante atualização de paradigmas de gênero acompanha a evolução político-identitária do movimento LGBTI+, o que amplia as significações discursivas dessa identidade enquanto grupo, inserido na cultura. As siglas que constituem movimento político homossexual representam gênero (Travestis, Transexuais, *Queer*) e/ou orientação sexual (Lésbicas, Gays e Bissexuais). Essa divergência conceitual na escolha da nomenclatura é um reflexo da dinâmica moderna, na qual se torna impossível situar apenas um local que represente com totalidade a concepção do movimento LGBTI+.

A homossexualidade só foi desclassificada como transtorno sexual em 1973; até meados dos anos 80. Estudos que envolviam pessoas LGBTI+ eram focados em tratamentos e comparações com pessoas “normais”. O primeiro trabalho de investigação publicado sobre esta temática foi feito em 1957, o qual descreve que “não há diferenças no funcionamento mental” de pessoas homossexuais (Hooker, 1957, citado por Toro-Alfonso, 2005). Revisões mais recentes relataram como a psicologia aplicada tem proposto diversas intervenções para redução do preconceito de gênero e sexualidade (Freitas & Fontaine, 2017; Nieves-Lugo, Rohrbeck,

Nakamura & Zea, 2016; Paluck & Green, 2009; Tucker & Potocky-Tripodi, 2006). De acordo com os dados levantados por Coulter e cols. (2014), que examinaram publicações sobre intervenções comunitárias para pessoas LGBT fundadas pelo NIH (National Institute of Health), de 628 estudos realizados entre 1989-2011, 79% focaram em HIV/AIDS, 30,9% em uso ilícito de substâncias, 23,2% em saúde mental e 16,4% em outros problemas de saúde sexual. Ainda dentro dos projetos financiados pelo *National Institute of Health*, 86,1% focaram em minorias sexuais masculinas, 13,5% em minorias femininas e 6,8% em transgêneros. A partir dos dados acima tem-se o seguinte questionamento, por que intervenções para esta população priorizam esta interface HIV/AIDS? Embora este aspecto não seja necessariamente negativo, Henckman (2002) relata que grande parte da literatura atual se concentra em HIV/AIDS e são em sua maioria direcionadas a homens gays, o que indica a importância de expandir o escopo das intervenções e o recorte do público-alvo

Qualquer intervenção se baseia em uma teoria, mesmo que de maneira informal: pressupõe uma hipótese para a resolução de um problema (Moore et al., 2015). As intervenções são ferramentas que operacionalizam conceitos que influenciam a alteração em um comportamento de forma transitória ou permanente. A relevância desta técnica se relaciona a sua natureza geradora de mudanças, que quando alinhada a um objetivo, pode elevar a qualidade de vida de uma comunidade.

Intervenções são criadas para abordar necessidades identificadas na vida dos sujeitos, em seus diferentes contextos. É de suma importância o estudo do problema que se almeja reduzir, ou dos fatores protetivos a serem promovidos. O acesso à literatura sobre mecanismos eficazes e ineficazes que abordam o problema podem justificar a replicação ou inovação de um modelo interventivo (Murta & Santos, 2015). Compreende-se que o caminho para essa elaboração possui diversas etapas: avaliação de necessidades, avaliação de processo e avaliação de resultados.

A avaliação é uma das formas de acessar aspectos da intervenção que detalham seus mecanismos interativos, fundamental na percepção de fatores eficazes e problemáticos, por exemplo, a interação entre a temática (LGBTIfobia) e a forma como é apresentada ao público (grupos de escuta terapêuticos). Dessa forma, a contextualização das dinâmicas operacionais (cenário, público, interventores, estudo epidemiológico e etc.) de intervenções, oferece a pesquisadores mais insumo prático de técnicas e caminhos conceituais que facilitam a adaptação e implementação (Haynes et al., 2014).

A construção de uma avaliação de processo varia de acordo com as especificidades de cada intervenção. A escolha de um método de avaliação de processo deve servir como instrumento para que o pesquisador consiga garantir a eficácia de mecanismos à qual o projeto se propõe (Grant, et al., 2013). O desconhecimento dessas etapas no planejamento de uma intervenção põe em risco a sistematização de bons delineamentos e boas intenções, o que prejudica a qualidade técnica dos dispositivos operacionais.

Os aspectos da avaliação de processo considerados neste artigo e que colaboram com essa organacidade foram: barreiras, contexto, recursos, dose fornecida, dose recebida e implementação (Linnan & Steckler, 2002). As barreiras se referem a problemas encontrados no processo de implementação. O contexto engloba aspectos ambientais (social, político, físico, econômico e etc) que influenciam diretamente na intervenção. Os recursos são os materiais (espaço físico, mídias, carros, papel e etc), características dos profissionais (sociabilidade, carisma, expertise e etc) ou participantes que implementam a intervenção. A dose representa a noção do “princípio ativo” gerador de mudança dentro da intervenção, relativo à ótica de quem entrega (formato, tipo de conteúdo, quantidade) e de quem a recebe (nível de apropriação, engajamento, quantidade relativa). A implementação abrange os aspectos da materialização da intervenção a partir do seu planejamento. Nesse sentido, a identificação dos elementos essenciais de uma intervenção e a monitoração através de avaliações, oferece uma compreensão

fundamentada sobre suas funcionalidades, no processo de implementação (Smith & Polaha, 2017).

Segundo Costa et al. (2013), a produção empírica do Brasil em relação à temática LGBTI+ precisa de mais incentivos. Faz-se necessário o aprofundamento literário e empírico de técnicas e intervenções que possam ser coconstruídas com profissionais da rede psicossocial: fornecer atendimentos eficazes sobre as demandas individuais que possam ser trabalhadas em grupo, como sistema catalisador de processos terapêuticos, fomentador de segurança e proteção (Carrijo & Raserá, 2010).

Frente a isso, a proposta desta revisão sistemática é investigar intervenções e a eficácia de seus mecanismos em oferecer melhora na qualidade de vida para esta população. As intervenções foram identificadas como proximais ou distais, em relação a proximidade da aplicação com sujeitos LGBTI+ (proximal) ou aos profissionais que lidem com essa população (distal). Ambas apresentam efeitos positivos como fortalecimento de minorias sexuais e sensibilização de agentes sociais para segurança e acolhimento institucional.

Método

Os procedimentos metodológicos desta revisão se apresentam da seguinte forma: (1) seleção dos critérios da pesquisa; (2) seleção das plataformas de dados; (3) escolha dos descritores; (4) investigação e organização dos artigos encontrados; (5) escolha dos artigos que se incluem nos critérios; (6) leitura e extração dos dados categorizados; (7) avaliação do artigo; e (8) síntese dos dados. Inicialmente os descritores-base para a pesquisa eram “INTERVENÇÃO” e “LGBT”, também foi realizada a busca pelos termos de forma individual: “*intervenção*” AND “*lésbica*” OR “*gay*” OR “*bissexual*” OR “*travesti*” OR “*transsexual*”. Essa multiplicidade de identidades sob a legenda “LGBT” produziu resultados duplicados e distantes da temática proposta. Na busca do refinamento dos descritores, pelo site da Biblioteca

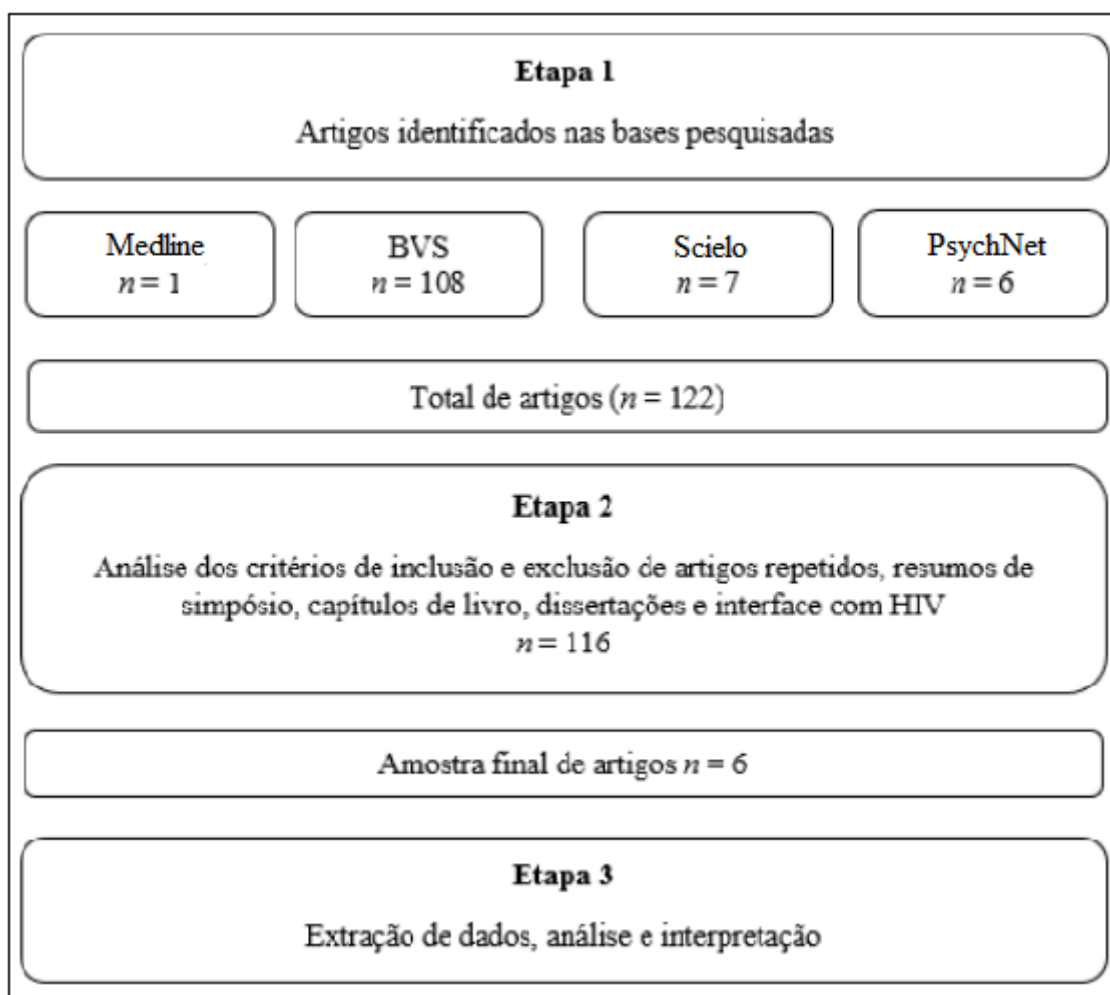
Virtual em Saúde (BVS), ao investigar pelo termo “LGBT” o descritor oferecido é “Minorias Sexuais” com mais de 20 sinônimos, mostrados na Tabela 1.

Tabela 1. Sinônimos que englobam o descritor “Minorias Sexuais”

Descritores	
Bissexuais	Não Heterossexuais
Dissidentes Sexuais	Pessoa Lésbica
Gay	Pessoas de Gênero não Binário
Gays	Pessoas GLBT
Gueis	Pessoas LBG
Homossexual	Pessoas Lésbicas
Homossexual Feminina	Pessoas Lesbígays
Homossexuais	Pessoas LGB
Homossexuais Femininas	Pessoas LGBT
Lésbicas	Pessoas GLBTQ
Lésbica	Pessoas LGBTQ
Minorias de Gênero	Pessoas não Heterossexuais
Mulher Lésbica	Queers
Mulheres Lésbicas	

A partir disso, os critérios de seleção de artigos foram: (I) textos em modalidade de artigos; (II) artigos com intervenções (não apenas sugestões) ou protocolos que tenham como finalidade a qualidade de vida de minorias sexuais; (III) publicado nos últimos dez anos (2007-2017); (IV) artigos escritos em inglês ou português brasileiro; e (V) artigos que não possuam interface com HIV (para evitar o foco exclusivo). Foram utilizadas as bases de dados MedLine, BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), SciElo (Scientific Electronic Online Library) e PsycNET American Psychological Association, com o uso dos descritores designados “intervenção” AND “minorias sexuais”. Os trabalhos atuais sobre este tema foram categorizados em: (1) ano; (2) idioma; (3) país; (4) delineamento do estudo; (5) nomenclatura de minorias sexuais; (6) intervenção; (7) público alvo (proximal e distal); e (8) avaliação de processo (se houve). O processo de seleção sistematizado pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2. Processo de seleção de artigos.



Foram encontradas 122 publicações dentro da interface “intervention AND sexual minorities”. Dentre estes, os resumos de simpósio, capítulos de livro e dissertações foram excluídos. Após o processo de leitura dos resumos, 116 artigos foram excluídos; restaram apenas 6 artigos que se encaixam nos critérios estabelecidos.

O processo de organização da análise com o uso desses critérios fomentou a codificação dos resultados. A partir dos códigos gerados, foi feita a elaboração categórica nominal como base para as elaborações inferenciais do conteúdo, que subsidiou informatização da análise (Bardin, 2008). Cada artigo foi analisado qualitativamente e obteve seus dados codificados de forma padrão em uma planilha eletrônica.

Resultados

Todos os artigos foram publicados em um intervalo de 3 anos, entre 2014 e 2017, em inglês, mesmo quando essa não era a língua original do país (Brasil e Romênia). A maioria das publicações, (66,6%) desta revisão, foram feitas no continente Americano: três artigos foram publicados nos Estados Unidos (Craig, Doiron & Dillon, 2015; Fleming & Burns, 2017; Willging et al., 2017), e um artigo no Brasil (Costa et al., 2016). Um artigo foi publicado na Europa, Romênia (Lelutiu-Weinberger & Pachankis 2017) e um na Oceania, Austrália (Pepping et al., 2017).

Sobre o público-alvo, três artigos utilizam “LGBT”; três artigos utilizam LGB; um artigo utiliza LGBTQ. Três artigos (Costa et al., 2016; Craig, Doiron & Dillon, 2015; Lelutiu-Weinberger & Pachankis, 2017) têm como participantes da intervenção profissionais que lidam com pessoas LGBTI+; dentre estes profissionais há alguns participantes que também são LGBTI+. Isso caracteriza a intervenção como proximal e distal, simultaneamente, uma vez que há profissionais que a aplicam e podem receber os mesmos impactos que o público a quem ela se destina.

Constatou-se que as intervenções caracterizavam o público-alvo a partir da orientação sexual dos participantes (Flemings & Burns, 2017; Pepping et al., 2017; Willging et al., 2017). Dentro da escassez literária, é abundante a produção de intervenções com pessoas cisgêneras, ou seja, indivíduos que se identificam com as expressões sociais de gênero associadas a seu sexo biológico. Amostras que englobam a não-conformidade de gênero (pessoas transexuais, travestis e queer) são escassas.

Sobre a proximidade da intervenção com o público LGBTI+, três trabalhos propõem intervenções diretas com LGBTI+ (proximais), respectivamente: apenas homens gays cisgêneros (Flemings & Burns, 2017); lésbicas, gays e bissexuais cisgêneros (Pepping et al., 2017); lésbicas, gays, bissexuais, “pessoas em dúvida (*questioning*)” ou “incomodada ou

desconformidade com um gênero” (Willging et al., 2017). O “*Community-Based Educational Intervention*” (Craig, Doiron & Dillon, 2015) oferece a intervenção em uma escola, em que pessoas homossexuais (15% da amostra) heterossexuais (80% da amostra) e “não-especificados” (5% da amostra) participam simultaneamente (proximal e distal).

Artigos que possuem delineamento experimental representam 50% da amostra, e os outros 50% possuem delineamento quasi-experimental; todos os artigos fizeram uma avaliação de resultados pré e pós testagem. Dois trabalhos apresentaram avaliação de processo. Willging et al. (2017) procurou investigar aspectos da implementação, sobre viabilidade, aceitabilidade e apropriação da intervenção. No processo de avaliação, os pesquisadores orientaram os profissionais a produzir um registro escrito após cada sessão, além de serem entrevistados sobre os efeitos práticos da intervenção. O projeto “*LGBT-affirmative training*” (Lelutiu-Weinberger & Pachankis, 2017) avaliou a aceitabilidade e eficácia no treinamento de profissionais com um uso de um questionário. A intervenção que ainda se encontra em fase de protocolo (Pepping et al., 2017), apresenta fatores sobre a avaliação de processo na implementação: como recrutamento, avaliação de eficácia pré pós e *follow up* três meses após a intervenção. O seguimento pós imediato e *follow up* de três meses compõe a avaliação de resultado.

Em relação aos recursos explorados na intervenção, cinco artigos utilizaram tecnologias de mídia (computador, telefone e internet) no recrutamento de participantes (Costa et al., 2016; Lelutiu-Weinberger & Pachankis, 2017; Pepping et al., 2017; Willging et al., 2017). Três artigos utilizaram essas tecnologias na entrega da dose, na qual as interações foram mediadas por uma interface eletrônica. Fleming e Burns (2017) relataram o uso da plataforma on-line à distância como uma possível barreira no processo de atestar a eficácia da entrega; nesse caso, autores teorizam que houve um menor nível de controle das variáveis durante o experimento on-line, o que pode ter prejudicado o processo de respostas pelos participantes.

Todos os artigos relataram intempéries em relação à vivência homossexual em sociedade. A introdução dos trabalhos apresenta como justificativa os níveis de disparidade social em comparação a pessoas heterossexuais: saúde física, saúde mental, aumento na probabilidade de suicídio, depressão, abuso de substâncias e baixa autoestima. Todos os artigos acrescentaram o estigma do preconceito e da LGBTIfobia como justificativa social para o desenvolvimento do projeto.

Mecanismos da intervenção se basearam em modelos teórico-metodológicos comportamentais em 66,6% da amostra. A intervenção “*LGBT affirmative training*” (Lelutiu-Weinberger & Pachankis, 2017) não descreveu um embasamento teórico específico, mas se estruturou a partir de uma intervenção anterior, organizada pelos mesmos pesquisadores, em que utiliza perspectivas comuns entre teorias. Outro projeto atendeu minorias sexuais em áreas rurais (Willging et al., 2017) e se baseou em intervenções comunitárias com profissionais de saúde.

Cinco artigos relataram contato com pessoas LGBTI+ em diferentes etapas da intervenção: criação, adaptação ao contexto do público e checagem dos instrumentos anterior à implementação. Vale ressaltar que este contato possui a finalidade de aprimorar dispositivos a partir da coconstrução na qual o público-alvo tem participação ativa nas etapas da intervenção. O estudo que está em fase de protocolo (Pepping et al., 2017) não relata esta parte do processo em seu artigo. Quatro artigos apresentaram resultados eficazes dentro da intervenção; todos que se propuseram a intervir com profissionais obtiveram um aprimoramento na redução da estigmatização para com sujeitos LGBTI+. O projeto “*Online Evaluation Conditioning*” (Fleming & Burns, 2017) foi o único que apresentou resultados nulos, que correlaciona este prejuízo ao formato de entrega (on-line), pouco controle das variáveis situacionais, erros e atrasos de conexão. Esses autores contextualizaram diversas facetas dos resultados, nos quais forneceram uma descrição rica das possíveis barreiras no

processo de implementação que pode contribuir para uma operacionalização mais eficaz em estudos futuros.

Após análise dos critérios estruturais, cinco categorias foram construídas a partir das tendências observadas nos artigos. As categorias foram discutidas entre os autores e apresentadas em descrição e frequência:

- (a) **disparidades entre minorias sexuais e héteros**, que surge como dado introdutório em todos os artigos, contextualizam sobre as diferenças nos níveis de saúde de pessoas LGBTI+ em comparação à heterossexuais;
- (b) **senso de rede e comunidade entre pessoas LGBTI+ e a sociedade**, em que se percebe a menção de dois fatores essenciais na promoção de saúde, presente em todos os artigos: o fortalecimento do senso de rede social e o processo de coconstrução de etapas da intervenção, no qual os sujeitos são ativos e protagonistas de suas ações;
- (c) **escolhas teórico-metodológicas**, que descrevem o uso de uma base teórica e conceitual específica para o fomento da intervenção. Foram reunidos nesta categoria os artigos que contextualizaram teoricamente os conceitos em que se baseiam os mecanismos da intervenção;
- (d) **fortalecimento do sujeito LGBTI+ frente ao preconceito**, ao oferecer técnicas recursivas na promoção de saúde mental. Essa categoria reuniu trabalhos que apresetaram propostas práticas para o desenvolvimento de recursos na promoção de saúde mental da pessoa LGBTI+; e
- (e) **fortalecimento de profissionais**, na sensibilização, capacitação e ativação de atores cientes das especificidades da vivência LGBTI+. Nessa categoria, os artigos da revisão que tratavam das especificidades da vivência LGBTI+ e abordava ações dirigidas ao profissionais em sua sensibilização, capacitação e ativação de recursos para lidar de forma ética com este público.

Discussão

A revisão sistemática permitiu uma categorização que aponta vários aspectos para serem discutidos. Uma tendência notada em todos os artigos é a justificativa do tema da intervenção a partir de disparidades sociais, físicas e psíquicas de LGBTI+, em comparação a héteros. A literatura nos aponta (Coulter, Kenst, Bowen, & Scout 2014; D'Augelli, 2002; Department of Health, 2010; Espelage, Aragon, Birkett, & Koenig, 2008; Institute of Medicine, 2011) que adolescentes e jovens adultos LGBTI+ são identificados como um grupo de risco psicossocial, que manifesta adaptação psicológica inferior em comparação a heterossexuais, e possuem níveis mais elevados de depressão e ansiedade.

Nesse sentido, o fenômeno da LGBTIfobia parece apresentar características universais pelos continentes. Comportamentos homofóbicos são reflexos de estruturas maiores que consolidam normas e expectativas culturais, como o patriarcado e a matriz heteronormativa (Rich, 1980; Warner, 1990; Butler, 2003). Essas prerrogativas sociais apresentam consequências similares na redução da qualidade de vida, citados nos artigos revisados: marginalização, agressões físicas, violência psíquica, vulnerabilização social, susceptibilidade maior ao suicídio e uso abusivo de substâncias (Costa et al., 2016; Craig, Doiron & Dillon, 2015; Fleming & Burns, 2017; Lelutiu-Weinberger & Pachankis, 2017; Pepping et al., 2017; Willging et al., 2017).

Projetos que buscaram intervir diretamente com profissionais de saúde mental (distais) apresentaram níveis significativos: de redução de preconceito na pós-testagem, (Costa et al., 2016) e aumento na percepção de autoeficácia para atendimentos; maior conhecimento sobre identidades homossexuais (Lelutiu-Weinberger & Pachankis, 2017); e desenvolvimento de habilidades e incorporação das políticas públicas (Craig, Doiron & Dillon, 2015). Desta forma, incorporar a presença de profissionais que atuam com essa população no corpo da intervenção, se mostra eficaz na ativação de sujeitos sensíveis às especificidades da diversidade sexual. Este

componente promove o sentimento de proteção e pertencimento de sujeitos já vulnerabilizados pelo preconceito.

O método de capacitação destes agentes possui semelhança conceitual: informar sobre quem são pessoas LGBTI+, os mitos e estereótipos; sensibilizar sobre as dinâmicas do preconceito e as disparidades sociais enfrentadas; explicar princípios éticos; e ensinar técnicas de acolhimento. O trabalho de informação e sensibilização sobre a temática de diversidade gênero se encontra na linha de frente na produção de intervenções. A intervenção realizada por Costa e cols. (2016) mostrou que de 307 participantes, 68,74%, não tinham consciência de episódio de discriminação em suas práticas de serviço. Além do fortalecimento dos dispositivos da rede, acessar a realidade do profissional que interage com essa população previne possíveis barreiras que possam surgir no processo de entrega da dose.

A capacitação de profissionais aliados funciona como mecanismo de proteção social para sujeitos vulneráveis, o que estimula a aproximação de pessoas sexo-gênerodiversas a serviços LGBTI-centrados em áreas assistenciais. Este aspecto fomenta a autoconfiança e a técnica que os profissionais têm para a entrega de informações sensíveis, o que potencialmente influencia a qualidade do atendimento (Miller & Bayer, 2012). Esse processo ainda possibilita a ativação de sujeitos como membros de uma comunidade mais tolerante, para além do trabalho.

Todos os artigos relataram a mediação de sujeitos LGBTI+ no processo de implementação. A mediação de sujeitos sexo-diversos na coconstrução da intervenção é essencial para a percepção dos aspectos relacionais entre os elementos centrais da intervenção e o contexto onde irá se desenvolver. A autenticidade promovida por este aspecto catalisa o movimento de ressignificação das teorias na prática. Já existem dados que informam que esse contato intergrupar é efetivo a partir da presença física, imagética ou mediada (Bartos, Berger & Hergarty, 2014). Logo, propor intervenções que possuam o objetivo de fortalecer as relações

entre minorias sexuais e a comunidade promovem a qualidade de vida. Essa relação proporciona autenticidade conceitual aos mecanismos da intervenção e contribui na prevenção de discrepâncias operacionais do processo, o que capacita os agentes da implementação para fortalecimento e consolidação dos elementos centrais da intervenção. A coconstrução aliada a uma participação ativa se mostra como uma estratégia eficaz enquanto aspecto tecnológico para intervenções psicossociais.

Importante ressaltar que recortes de raça foram sinalizados (Craig, Doiron & Dillon, 2015; Fleming & Burns, 2017; Willging et al., 2017). A construção da identidade subjetiva de uma pessoa LGBTI+ é interpelada pelo preconceito e quando em interface com a vivência racial, se complexifica. Especificar que essa vivência é atravessada por um sistema estruturalmente racista, permite a elaboração de ideias inovadoras, que não contribuem para a manutenção do *status quo*. A produção de ciência em pesquisa que não leva em conta a interface entre raça, gênero e sexualidade fomenta a invisibilização de opressões (Parent, DeBlaere & Moradi, 2013).

Sobre a escolha teórico-metodológica para embasamento da intervenção, notou-se uma tendência na escolha de teorias comportamentais. A literatura relata a eficácia dessas abordagens. Segundo Bartos et al. (2014), intervenções bem-sucedidas estão associadas a um embasamento cognitivo-comportamental sobre a sensibilização de questões LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais e Intersexuais) em associação a uma abordagem afetiva intergrupar com minorias sexuais. Explorar este aspecto conceitual apresenta possibilidades de intervenções mais efetivas, quando associadas a uma visão sistêmica do sujeito e aos contextos em que se insere.

Um dos projetos aborda o uso da palavra “*questioning*” (Willging et al., 2017), para exemplificar relacionamentos homoafetivos de sujeitos enquanto estado (temporal) e não como essência (atemporal); para abordar práticas de relacionamento não normativas é necessário

lidar com algumas barreiras. Significar a experiência homoafetiva também como experimentação pode trazer benefícios em relação a desmistificação de estereótipos; porém, ressalta-se o cuidado para que não haja desvalorização dessa relação, como uma orientação afetiva legítima, e não só “uma fase”. Dessa forma, sinalizar “*questioning*” como opção de representação de público-alvo possibilita uma abrangência maior de sujeitos que praticam relações não-normativas, mas não se identificam como homossexuais necessariamente.

Uma opção metodológica que pode ser questionada neste estudo foi a exclusão da interface AIDS/HIV. Após uma nova busca bibliográfica, foi verificado que uma grande quantidade de pesquisas que envolvem minorias sexuais se relaciona com HIV/AIDS, o que já foi descrito na literatura supracitada (Henckman, 2002). Na busca dentro das mesmas bases de dados, com os descritores “*HIV*” AND “*sexual minorities*”, foram encontrados 434 artigos, 355% a mais que a intersecção “*intervention AND sexual minorities*”. Grande parte das intervenções sobre HIV/AIDS tem como público-alvo a designada “população-chave”(Ministério da Saúde, 2017): pessoas que injetam drogas, profissionais do sexo, pessoas transgêneros, pessoas privadas de liberdade, homens gays, homens que fazem sexo com homens e seus parceiros sexuais. Sem acesso ao processo de triagem que categoriza orientação sexual e gênero na escolha dos sujeitos nessas pesquisas, foi decidido pela abstenção analítica desse tema.

Considerações finais

Esta revisão analisa e relata os aspectos que sistematizam os mecanismos de intervenções, evidenciando como se relacionam dentro de dinâmicas operacionais. Compreender quais são as dinâmicas e os dispositivos eficientes, a partir de experiências já avaliadas, facilita o planejamento estrutural. A luz da análise sobre esses dados sinaliza aspectos que podem ser difundidos ou renovados.

As urgências dos sujeitos LGBTI+ enquanto integrantes de uma comunidade precisam ser ouvidas e atualizadas na qualidade de demanda social. A produção acerca do assunto fornece arcabouços que subsidiam mais teorias sobre a construção de sujeito LGBTI+, literatura essa, que precisa se manter em constante renovação, assim como as percepções sobre gênero se atualizam em sociedade. Dessa forma, as intervenções psicossociais têm um papel fundamental na adequação de uma comunidade e as especificidades de seus indivíduos: seja no fortalecimento frente às adversidades relacionais, vide preconceito e marginalização; na diminuição do impacto negativo de estressores em minorias sexuais; e na sensibilização sobre a vivência sexual não normativa para minimizar atitudes negativas sobre a diversidade.

O aperfeiçoamento em técnicas de avaliação oferece para a comunidade acadêmica um olhar mais profundo nos mecanismos ativos/inativos de uma intervenção, o que é essencial para o seu entendimento e possível difusão. Projetos que não oferecem a avaliação em seu cerne (seja em qualquer etapa) dificultam o acesso ao funcionamento operacional, o que pode ser um desperdício a nível de publicação e espaço acadêmico. Percebe-se como limitação a escassez de artigos publicados que produziram um trabalho de avaliação de processo, o que parece ser pouco difundido na cultura acadêmica.

Sobre os dados apresentados, compreende-se a diversidade de demandas que podem ser tratadas na complexidade da vivência LGBTI+ em sociedade. Após o aprofundamento literário na temática, sugere-se novos estudos epidemiológicos sobre as necessidades atuais destes sujeitos. Como já foi supracitado, as disparidades na qualidade de vida de minorias sexuais faz interface com seus sistemas sociais, que se encontram em constante transformação. Desenvolver instrumentos e técnicas que permitam um acesso genuíno a essas realidades oferecerá evidências empíricas que podem se consolidar em resultados efetivos.

Referências

- Andrêo, C., Peres, W. S., Tokuda, A. M. P., & de Souza, L. L. (2016). Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(1), 46-67.
- Bartos, S.E., Berger, I. & Hegarty P (2014) Interventions to reduce sexual prejudice: A study-space analysis and meta-analytic review. *The Journal of Sex Research* 51(4): 363–382.
- Bardin, L. (2008). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977. *Correspondência: Daiane Dal Pai Rua Santana*.
- Borillo, D. (2001). *Homofobia*. Barcelona: Edição Bellaterra.
- Butler, J. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora Record.
- Carrijo, R. S., & Rasesa, E. F. (2010). Mudança em psicoterapia de grupo: reflexões a partir da terapia narrativa. *Psicologia Clínica*, 22(1), 125-140.
- Costa, A. B., Pase, P. F., de Camargo, E. S., Guaranha, C., Caetano, A. H., Kveller, D., & Nardi, H. C. (2016). Effectiveness of a multidimensional web-based intervention program to change Brazilian health practitioners' attitudes toward the lesbian, gay, bisexual and transgender population. *Journal of Health Psychology*, 21(3), 356–368.
- Coulter, R. W. S., Kenst, K. S., Bowen, D. J., & Scout. (2014). Research funded by the National Institutes of Health on the health of lesbian, gay, bisexual, and transgender populations. *American Journal of Public Health*, 104, e105—e112. <http://dx.doi.org/10.2105/AJPH.2013.301501>
- Chambers, S. A. (2003). Telepistemology of the closet; or, the queer politics of Six Feet Under. *The Journal of American Culture*, 26(1), 24-41.
- Craig, S. L., Doiron, C., & Dillon, F. (2015). Cultivating Professional Allies for Sexual Minority Youth: A Community-Based Educational Intervention. *Journal of Homosexuality*, 62(12), 1703–1721. <https://doi.org/10.1080/00918369.2015.1078208>

- D'Augelli, A. R. (2002). Mental health problems among lesbian, gay, and bisexual youths ages 14 to 21. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 7(3), 433- 456.
- Department of Health and Human Services (2010). *Healthy People 2020*. Washington, DC: US.
- Espelage, D. L., Aragon, S. R., Birkett, M., & Koenig, B. W. (2008). Homophobic teasing, psychological outcomes, and sexual orientation among high school students: What influence do parents and schools have? *School Psychology Review*, 37(2), 202-216.
https://pdf.countyofdane.com/humanservices/youth/assessment_surveys/2009/homophobic_teasing_psych_outcomes_parent_influence.pdf
- Fleming, J. B., & Burns, M. N. (2017). Online Evaluative Conditioning Did Not Alter Internalized Homonegativity or Self-Esteem in Gay Men. *Journal of Clinical Psychology*.
<http://doi.org/10.1002/jclp.22388>
- Freitas, D. F., Coimbra, S., & Fontaine, A. M. (2017). Resilience in LGB Youths: A Systematic Review of Protection Mechanisms. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 27(66), 69–79.
<http://doi.org/10.1590/1982-43272766201709>
- Gomes, M. A. & Pereira, M. L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 357-363.
- Grupo Gay da Bahia (2012). Relatório 2012: Assassinatos de homossexuais (LGBT) no Brasil. Banco de Dados. Grupo Gay da Bahia. Recuperado em 10 de setembro de 2013 em <http://homofobiamata.wordpress.com/>
- Haynes, A., Brennan, S., Carter, S., O'Connor, D., Schneider, C. H., Tuner, T., & Gallego, G. (2014). Protocol for the process evaluation of a complex intervention designed to increase the use of research in health policy and program organizations (the SPIRIT study). *Implementation Science*, 9, 113.

- Heckman, T. G., Miller, J., Kochman, A., Kalichman, S. C., Carlson, B., & Silverthorn, M. (2002). Thoughts of suicide among HIV-infected rural persons enrolled in a telephone-delivered mental health intervention. *Annals of Behavioral Medicine*, 24, 141–148.
- Institute of Medicine Committee on Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Health Issues and Research Gaps and Opportunities (2011). *The Health of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender People: Building a Foundation for Better Understanding*. Washington, DC: National Academies Press.
- Lelutiu-Weinberger, C., & Pachankis, J. E. (2017). Acceptability and Preliminary Efficacy of a Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender-Affirmative Mental Health Practice Training in a Highly Stigmatizing National Context. *LGBT Health*, 4(5), 360–370.
- Linnan, L., & Steckler, A. (2002). *Process evaluation for public health interventions and research* (pp. 1-23). San Francisco: Jossey-Bass.
- Garcia, M. R. V., & Lehman, Y. P. (2011). Issues concerning the informality and outdoor sex work performed by travestis in São Paulo, Brazil. *Archives of Sexual Behavior*, 40(6), 1211–1221. <https://doi.org/10.1007/s10508-010-9702-4>
- Ministério da Saúde (2017). Viva Melhor Sabendo: Relatório de Avaliação. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Recuperado em 27 de novembro em www.aids.gov.br
- Miller, S. A., & Byers, E. S. (2012). Practicing psychologists sexual intervention self-efficacy and willingness to treat sexual issues. *Archives of Sexual Behavior*, 41, 1041-1050.
- Moore, G. F., Audrey, S., Barker, M., Bond, L., Bonell, C., Hardeman, W., ... & Baird, J. (2015). Process evaluation of complex interventions: Medical Research Council guidance. *bmj*, pages 30-45, h1258.

- Monteiro, S. R. (2012). O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, 17(2), 29-40.
- Murta S. G. & Santos K. B (2015). Desenvolvimento de programas preventivos e de promoção de saúde mental. In S. G. Murta, C. Leandro-França, B. S. Karine & P. Larissa (Org.). *Prevenção e Promoção em Saúde Mental: Fundamentos, Planejamento e Estratégias de Intervenção*. (Cap 7, pp. 168-191.) Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Nieves-Lugo, K., Rohrbeck, C. A., Nakamura, N., & Zea, M. C. (2016.). Interventions with lesbian, gay, bisexual, transgender, and questioning communities. *APA Handbook of Community Psychology*, 2. <https://doi.org/10.1037/14954-033>
- Paluck, E. L., & Green, D. P. (2009) Prejudice reduction: What works? A review and assessment of research and practice. *Annual Review of Psychology* 60: 339–367.
- Parent, M. C., DeBlaere, C., & Moradi, B. (2013). Approaches to research on intersectionality: Perspectives on gender, LGBT, and racial/ethnic identities. *Sex Roles*, 68(11-12), 639-645.
- Pepping, C. A., Lyons, A., McNair, R., Kirby, J. N., Petrocchi, N., & Gilbert, P. (2017). A tailored compassion-focused therapy program for sexual minority young adults with depressive symptomatology: study protocol for a randomized controlled trial. *BMC Psychology*, 5(1), 5.
- Rasera, E. F. & Japur, M. (2007). *Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo: Vetor.
- Rede Trans Brasil (2016). Dossiê: A geografia dos corpos das pessoas trans. Banco de Dados. Rede Trans Brasil. Recuperado em 20 de novembro de 2017 em <http://redetransbrasil.org/dossiecirc2016.html>.
- Rich, A. (1980). Signs: Journal of Women in Culture and Society "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence" 5:631-60, 1980.

- Rubin, G. (1984). Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In C. S.Vance (Org.) *Pleasure and danger: Exploring female sexuality* (267-319). London: Routledge.
- Smith, J. D., & Polaha, J. (2017). Using implementation science to guide the integration of evidence-based family interventions into primarycare. *Families, System, & Health*, 35(2), 125-135
- Toro-Alfonso, J. (2005). El estudio de las homosexualidades: Revisión, retos éticos y metodológicos [The study of homosexualities: Review, ethical, and methodological challenges]. *Revista de Ciencias Sociales*, 14, 78–97.
- Tucker, E.W., & Potocky-Tripodi, M. (2006). Changing heterosexuals' attitudes toward homosexuals: A systematic review of the empirical literature. *Research on Social Work Practice* 16(2): 176–190.
- Warner, M. (1991). "*Introduction: Fear of a Queer Planet*". *Social Text*; 9 (4 [29]): 3-17.
- Willing, C. E., Harkness, A., Israel, T., Ley, D., Hokanson, P. S., Demaria, C., ... Smiley, V. (2017). A Mixed-Method Assessment of a Pilot Peer Advocate Intervention for Rural Gender and Sexual Minorities. *Community Mental Health Journal*.



Manuscrito II - Comunidade LGBTI+: mapeando intervenções em serviços públicos do Distrito Federal

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar a realidade contextual na qual ocorrem serviços específicos para a população LGBTI+, na rede pública do Distrito Federal. A partir do contato inicial com gestores administrativos, um questionário foi desenvolvido, utilizando como base *Intervention Mapping Approach* e o *framework* EPIS. Direcionado para os profissionais da rede que atuam como linha de frente do serviço, este instrumento investigou informações sobre o design da intervenção, teorias e métodos, recursos/barreiras, resultados e avaliação do processo. Compreender os mecanismos operantes da intervenção em interface com os determinantes da mudança social se mostra um exercício complexo, que demanda estratégias e adaptações aos contextos acessados. Os resultados apresentaram uma pluralidade no desenvolvimento e manutenção de intervenções disponíveis pelo Governo do Distrito Federal.

Palavras-chave: Intervenção, LGBTI+, Intervention Mapping

Abstract

This article aims to investigate the contextual reality in which specific services are available for the LGBTI+ population, in the public network of the Federal District. From the initial contact with administrative managers, a questionnaire was developed, based on the Intervention Mapping Approach and the EPIS framework. Aimed at the professionals at the network who act as the front line of service, this instrument investigates information about the design of the intervention, theories and methods, resources/barriers, results and process evaluation. Understanding the operative mechanism of the interventions in interface with the determinants of social change is a complex exercise that demand strategies and adaptations to the context accessed. The preliminary results presents a plurality in the development and maintenance of intervention available by the Federal District Government.

Key-words: Intervention, LGBTI+, Intervention Mapping.

Institucionalização dos Direitos LGBTI+

O processo de incorporação das políticas afirmativas no Brasil é fruto de constantes transformações e eventos estruturais, que se organizaram a partir dos anos 70 e 80, como parte de uma ampla redemocratização do país, após a época da ditadura (Green & Quinalha, 2014). Apresentando uma breve linha do tempo, pela primeira vez, em 1995, o tema de discriminação sexual foi formalmente mencionado, em um foro das Nações Unidas, na Conferência de Beijing. Com a consolidação do debate no ambiente nacional, o Conselho Federal de Psicologia determinou, em 1999, que nenhum psicólogo poderia “exercer ações que favorecessem a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas” (Resolução CFP N° 001/99). Nos anos 2000, o Governo Brasileiro, em consulta à sociedade civil organizada, levou o tema para a Conferência Regional das Américas, no Chile, onde todos os países do continente comprometeram-se com a temática de orientação sexual entre as formas agravadas de discriminação, estimulando os Estados ao combate e à prevenção da violência.

Em outubro de 2001, o Governo criou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) e em 2002 uma segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II) contemplou uma seção que se dedicava ao assunto, com quinze ações a serem adotadas pelo Governo Brasileiro, que priorizavam: o combate à discriminação por orientação sexual, e a sensibilização da sociedade para a garantia do direito à liberdade e à igualdade de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais (Brasil, 2002). Em 2003, o CNCD congregou representantes de organizações da sociedade civil e do movimento GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) e foi instituída uma comissão temática permanente para receber denúncias de violações de direitos humanos, baseadas em discriminação sexual. Concomitantemente, o CNCD criou um grupo de trabalho com um propósito de desenvolver o Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação. Em conjunto com essas ações, em 2003, o Conselho Nacional de Imigração editou uma resolução administrativa, que

viabilizou o reconhecimento de união de pessoas do mesmo sexo, para os efeitos de concessão de visto.

Em 2004, o Governo Federal do Brasil, por meio do Ministério da Saúde, assumiu um compromisso com a sociedade, desenvolvendo o Programa de Combate à Violência e à Discriminação com GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais) e Promoção de Cidadania Homossexual. Esse pacto social sinalizou o compromisso do país com a construção de uma cultura igualitária. As prerrogativas se pautaram na promoção de cidadania de pessoas gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e combate à violência e discriminações homofóbicas. As ações estipuladas pelo Programa (Brasil, 2004) foram: (a) apoio a projeto de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuavam na promoção da cidadania homossexual e/ou combate à homofobia; (b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuavam na defesa de direitos humanos; (c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e (d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento.

A existência e perpetuação dos serviços disponíveis para pessoas LGBTI+ atualmente é reflexo de anos de luta e inserção nos âmbitos políticos. Porém, a desqualificação e subalternização de sujeitos LGBTI+ pela opressão sistemática da matriz heteronormativa (Butler, 2003), nega o reconhecimento e o direito à cidadania dos sujeitos gênero-sexodiversos. A atuação dos movimentos sociais LGBTI+ têm reivindicado a afirmação dessas identidades, com o objetivo de valorizar o processo de reconhecimento da diferença (Irineu, 2014). A partir desse processo histórico, compreende-se parte do contexto em que se insere o objetivo deste trabalho.

Mapeamento de Intervenções

O processo de mapeamento de intervenções (*Intervention Mapping Approach*) proporciona extrema riqueza de detalhes, o que incide diretamente na elaboração de etapas

cruciais do projeto. Essa técnica apresenta uma abordagem de planejamento, que abarca a importância do desenvolvimento de intervenções que se fundamentam em teorias e evidências (Bartholomew et al., 2011; Kok, 2014). Este processo de mapeamento se caracteriza por três perspectivas: abordagem ecológica, participação dos sujeitos envolvidos e interessados (*stakeholders*) e o uso de teorias e evidências. Dentro destas perspectivas, existem etapas que promovem uma estruturação metodológica para o alcance dos objetivos propostos: avaliação de necessidades; matrizes de objetivo de mudanças; seleção de métodos baseados em teorias; incrementação do programa de intervenção; adoção, implementação e sustentabilidade do programa; e avaliação da intervenção. A construção do questionário de coleta se pautou na adaptação destes aspectos.

Toda intervenção se baseia em uma teoria, mesmo que de maneira informal, o que possibilita maior percepção acerca dos fatores que influenciam sua aplicação. Segundo Green (2000), o uso de teorias assegura um acesso coeso aos determinantes de efetividade da intervenção, o que previne uma interpretação empobrecida do design e do processo de implementação. Essa investigação das estruturas fundamentais da intervenção permite uma leitura congruente de como os determinantes presentes impactam atores (pessoas envolvidas direta e indiretamente com o funcionamento do programa) que desenvolvem e recebem este conteúdo. Esse acesso viabiliza o aprimoramento em todos os níveis, o que certifica uma operacionalização sinérgica dos recursos disponíveis diante das limitações e intempéries (Kok, Peters & Ruiter, 2017).

Neste projeto, o pressuposto teórico que estrutura parte do planejamento da intervenção, se pauta na compreensão de gênero e sexualidade (Butler, 2003) como construção social mediada pela subjetividade do indivíduo. A pesquisa se norteia a partir do questionamento: *“Como produzir uma intervenção para melhorar a qualidade de vida da população LGBTI+, frente ao preconceito?”*. A proposta deste artigo é fundamentar os

aspectos operacionais da intervenção, a partir das informações coletadas e qualificadas dos profissionais envolvidos na rede socioassistencial.

A qualificação dessa avaliação possibilita a percepção das demandas sob perspectivas diferentes, o que é necessário no processo de implementação, comparação de dados e enriquecimento da literatura. Existem, porém, caminhos a serem construídos para que o desenvolvimento da intervenção seja pautado em fatores contextuais da realidade do fenômeno. Não há somente uma forma de criar e realizar uma avaliação do processo de pesquisa; escolhas devem ser feitas a endereçar o contexto em que o objetivo e a metodologia se relacionam. A escolha de um método de avaliação de processo deve servir como instrumento para que o pesquisador consiga explicitar as escolhas de pesquisa e os métodos abordados para a resposta (Grant, A. et al., 2013).

As etapas da pesquisa são monitoradas com o uso de um instrumento de aprimoramento de processo, o framework que se baseia em evidências, EPIS: *Exploration, Preparation, Implementation, Sustainment* (Aarons., Hurlburt, & Horwitz., 2011). Os *frameworks* são desenvolvidos para avaliações de processo e visam estruturar a complexidade para avançar a compreensão sobre como intervenções funcionam (Moore et al., 2013).

Desenvolvido e operacionalizado na área de saúde, as matrizes do EPIS foram adaptadas em forma de questionamentos sobre a direção da pesquisa, o que possibilita um olhar metacognitivo sobre o processo. A escolha do EPIS possibilita uma orientação simultânea do processo de implementação e dos fatores estruturais da intervenção em si. Em outro estudo (Smith & Polaha, 2017), este método possibilitou a medição e antecipação de barreiras no processo de implementação.

Na fase de *Exploration*, a percepção dos recursos disponíveis e barreiras existentes no cenário atual impactam diretamente o desenvolvimento do projeto. Operacionalizar essas estruturas como guias de produção, auxilia o aperfeiçoamento da pesquisa e proporciona

autenticidade nas etapas propostas. É essencial para o planejamento de intervenções que os desenvolvedores identifiquem possíveis desafios que irão afetar a aplicação do programa, para adequação de fatores ineficazes e disfuncionais (Aarons et. al., 2011). Para estes autores, essa fase consiste na aproximação de parceiros internos e externos do serviço, ampliando as possibilidades de incorporar a intervenção aos programas vigentes.

O objetivo deste artigo é investigar como acontece a prática de serviços disponíveis para sujeitos LGBTI+ na rede institucional do Distrito Federal, a partir do relato de profissionais que atuam na linha de frente. Psicólogos, assistentes sociais e médicos compõem o grupo de participantes do questionário, já que a interface dessas áreas é essencial na percepção dos fenômenos de vulnerabilização do sujeito e assistência estatal (fatores que influenciam diretamente a dinâmica dos mecanismos da intervenção). Esse caráter multidisciplinar assegura uma percepção diversa da complexidade do sofrimento de sujeitos em atendimento, o que permite um tratamento de demanda mais específico e direto. A replicação dessa dinâmica enquanto componente da relação entre atores, objetos e contexto é um dos fatores de fortalecimento e robustez da intervenção.

Método

Participantes

O critério para a seleção dos participantes se pautou na escolha de profissionais que atuam em serviços públicos disponíveis para população LGBTI+. No total, houve a participação de 5 profissionais que atuavam em órgãos e departamentos vinculados ao Governo do Distrito Federal: CREAS da Diversidade (Centro de Referência Especializada em Assistência Social), Ambulatório Trans, Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), Subsecretaria de Atividade Psicossocial da Defensoria do Distrito Federal (SUAP - DF) e o Centro de Saúde 06 - Adolescente. Um convite por e-mail e reiterado por ligações foi enviado à todos os departamentos, de forma que aqueles que pudessem responder o fizessem; desta

forma, houve resposta de um representante de cada instituição. Entre os serviços, participaram desta coleta as seguintes profissões: Assistente Social, Médico Endocrinologista, Educador Social, Psicólogo e Defensor Público. Para melhor compreensão dos contextos de trabalho pesquisados, far-se-á uma breve descrição das atividades dos órgãos nos quais estes profissionais atuam.

O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) da Diversidade é uma unidade pública que oferta serviço especializado de proteção e atendimento a famílias e indivíduos (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres) em situação de ameaça ou violação de direitos, tais como: violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, atendimento da família em que o adolescente está cumprindo medidas socioeducativas, afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua, de risco pessoal e social associados ao uso de drogas, vivência de trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia.

O Ambulatório Trans do Distrito Federal está localizado no Hospital Dia e presta atendimento à população travesti e transsexual de Brasília em suas necessidades específicas. A equipe multiprofissional fornece assistência em psicologia, psiquiatria, serviço social, endocrinologia e enfermagem. Os serviços mais comuns são os de acompanhamento hormonal de pessoas travestis e transsexuais em transição.

O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) tem como objetivo assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de situações de risco pessoal e social por violação de direitos, como trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de drogas, entre outros. Dentro deste serviço, há uma equipe especializada em abordagem social específica para minorias sexuais, composta por profissionais LGBTI+.

A Subsecretaria de Atividade Psicossocial (SUAP) integra a Defensoria Pública e tem o objetivo de aprimorar o atendimento destinado à garantia dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social, assim como promover a qualidade do serviço por meio do atendimento técnico, formado por psicólogos e assistentes sociais que prestam assistência integrada aos núcleos de atendimento e à sua população assistida.

O Centro de Saúde 06 - Adolescente produz trabalho em rede com outros serviços de diversos níveis de atenção da Secretaria de Saúde, bem como o estabelecimento de parcerias com equipamentos sociais de outras secretarias da administração do Distrito Federal. O serviço presta atendimento individual e em grupo a adolescentes de 10 a 18 anos de idade nas modalidades: psicologia, neurologia, assistência social, terapia ocupacional, psiquiatria, nutrição, odontologia e ginecologia.

Instrumento

Foi estruturado um questionário que aborda aspectos contextuais da prática, que visa acessar dinâmicas relacionais entre o profissional, a instituição e o serviço. O questionário apresenta uma seção sociodemográfica, na qual o participante se identifica, informando a instituição proponente e há quanto tempo atua nessa área. O questionário foi revisado com pares em um teste-piloto e adaptado antes de ser disponibilizado.

A percepção do trabalhador sobre as condições e o funcionamento da própria rede proporciona segurança no processo de ressignificação dos pressupostos teóricos que materializam a intervenção. A proximidade com a realidade social e burocrática desses profissionais permite a criação de caminhos mais acessíveis e eficazes, que não poderiam ser percebidos de outra forma. Desta forma, a interpretação desses atores sobre as necessidades da população LGBTI+ propicia um contexto mais genuíno no processo de aperfeiçoamento dos mecanismos da intervenção.

O questionário (Tabela 1) foi estruturado a partir das matrizes do EPIS (Aaron et al., 2011) e de adaptações das perspectivas exploradas no *Intervention Mapping* (Bartholomew et al., 2011), buscando relacionar as interfaces determinantes: profissionais (gestores e técnicos que atuam diretamente com o público-alvo), instituição e serviço. Dentro dessas interfaces relacionais, os objetivos buscam investigar os contextos que tangem o conhecimento e a operacionalização de métodos e teorias, desenho das intervenções, implementação, resultados e avaliação do processo por parte dos profissionais.

Tabela 3. *Questionário desenvolvido como produto das adaptações do framework EPIS,*

Perguntas	Objetivos
Como você descreve a atuação do seu trabalho? Quais serviços oferecidos?	Obter uma descrição dos procedimentos, protocolos e serviços oferecidos.
Existe alguma base teórica/conceitual que abarque as técnicas/direcionamentos deste serviço?	Compreender o que estrutura conceitualmente a técnica utilizada nos serviços.
Quais barreiras/limitações você percebe no desenvolvimento do seu trabalho? (condições físicas, pessoais, sociais, internas ou externas)	Acessar o contexto em que se praticam as intervenções oferecidas, investigando possíveis barreiras.
Quais recursos você tem disponíveis? Como facilitam o desenvolvimento do seu trabalho? (condições físicas, pessoais, sociais, internas ou externas, ex: material de artes, computador, salas, pessoas, veículos, etc.)	Acessar o contexto em que se praticam as intervenções oferecidas, investigando possíveis recursos.
Quais impactos sociais você pode perceber a partir das intervenções realizadas no seu trabalho? (positivos e/ou negativos)	Aferir qual a percepção destes profissionais sobre as intervenções oferecidas e aplicam.
O que você considera como necessário para o aperfeiçoamento do seu trabalho? Quais dispositivos poderiam ser agregados ou removidos?	Quais alterações são necessárias, a partir da visão desses profissionais, para um bom funcionamento das intervenções propostas.

O que você considera como necessário para atuação do profissional que lida com pessoas LGBTI+? (qualidades técnicas e pessoais)

A percepção dos profissionais acerca das habilidades necessárias para uma atuação ética e de qualidade.

Procedimentos

Os procedimentos metodológicos adotados neste artigo são: (1) estruturação dos objetivos de investigação; (2) acesso aos trabalhadores nos serviços disponíveis para sujeitos LGBTI+ no Distrito Federal; (3) coconstrução de um questionário inspirado nos conceitos explorados da *Intervention Mapping Approach* (Bartholomew et al. 2011) e no *framework EPIS* (Aarons et al., 2011); (4) divulgação do questionário nos serviços disponíveis; (5) construção de categorias temáticas; e (6) análise e interpretação do conteúdo das categorias utilizando a metodologia de Minayo (2007).

Análise

A análise de conteúdo de Minayo (2007), é um conjunto de técnicas que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Na pré-análise, estes dados foram filtrados a partir das temáticas prévias de coleta (design, métodos e teorias, implementação, resultados e avaliação de processo), e possibilitaram uma primeira análise exploratória. Nesta etapa, foi realizada uma leitura vertical e horizontal das respostas para a percepção de dinâmicas relacionais entre o contexto e os elementos empíricos. A partir dessa leitura, realizou-se o agrupamento de temas específicos que surgiram como tendências, para a construção de categorias e interpretação do conteúdo. O último procedimento da análise foi a articulação dos conteúdos interpretados com a fundamentação teórica, para subsídio das argumentações crítico-reflexivas. Os temas foram avaliados em uma segunda instância, por colaboradores do grupo de pesquisa do Laboratório de Grupo, Família e Comunidade da Universidade de Brasília. Compreende-se a utilidade desta metodologia diante as

especificidades da coleta e do número de participantes, o que demonstra ser eficaz nos processos descritivo-interpretativos.

Resultados e Discussão

A partir dos dados obtidos, em interface com o objetivo de mapear aspectos estruturais da relação entre profissionais, instituição e serviço, tendências foram identificadas e qualificadas em nove categorias que englobam os aspectos estruturais explorados pela *Intervention Mapping Approach*. Os trechos que narram as falas foram sinalizados de 1 a 5, em referência a cada participante.

Essencialidade da Rede

Em relação aos procedimentos e protocolos que substanciam o serviço, a partir das descrições utilizadas para explicar estes mecanismos, foi possível perceber uma tendência nos discursos dos profissionais: uma visão expandida e sistêmica das instituições. Os relatos contemplaram que os protocolos institucionais visam acolher a pessoa em vulnerabilidade, com o objetivo de vinculá-la aos serviços das redes. Isso se dá por meio de encaminhamentos, acesso a benefícios, entre outros, conforme ilustram os trechos abaixo:

“Atender casos encaminhados pelos núcleos, que necessitem de acompanhamento psicossocial. [...] Realizar encaminhamentos de assistidos aos órgãos competentes para casos específicos [...] (Participante 1).

“Vinculação ao serviço de Assistência Social como CREAS [...] através da vinculação, pode se pleitear auxílios vulnerabilidade, auxílio aluguel, intervenção junto a defensoria pública para troca do nome e processo transexualizador. ” (Participante 3)

“Atuação coletiva com foco na fiscalização e implementação de políticas públicas.” (Participante 5)

Visão e Postura de Acolhimento Expandida

No processo de inserção das pessoas em vulnerabilidade, a partir de alguns relatos, observou-se uma postura de acolhimento para além do sujeito. Percebe-se novamente uma visão estendida das disposições do serviço para particularidades de cada pessoa, o que resulta em intervenções específicas alicerçadas em uma postura que se atenta às necessidades do usuário. Os trechos a seguir descrevem esta perspectiva:

“Auxiliar nas demandas jurídicas do assistido de forma extrajudicial[...]”

(Participante 1);

“Atendimento extensivo a familiares quando existe a demanda.” (Participante 2);

“[...] visando a fomentar a informação de direitos e cuidado com o outro.”(Participante 3);

“Garantia de direitos de forma extrajudicial para população em vulnerabilidade social”(Participante 4).

Fundamentação Político-Legal

Sobre as bases teórico-conceituais que fundamentam as técnicas e práticas, os serviços investigados relatam semelhanças. Observa-se que os dispositivos que oferecem inserção na rede a partir de serviços psicossociais e jurídicos relatam não possuir uma fundamentação teórica científica específica, porém, pautam suas ações nos princípios e disposições legais que amparam as políticas assistenciais:

“Não existe uma base teórica.” (Participante 1)

“Quanto à adolescência utiliza-se técnicas de manejo de grupo e o acolhimento individual às demandas.”(Participante 2);

“Sim, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), através dele podemos direcionar cada caso.” (Participante 3);

“Leis, decretos de garantia de direitos da população vulnerável” (Participante 4);

“A nossa atuação tem enfoque nos marcos legais e constitucional. Toda a atuação se desenvolve por intermédio de ferramentas jurídicas extrajudiciais/administrativas e judiciais.” (Participante 5).

Recursos

Em relação a percepção de mecanismos que contribuem para o desenvolvimento e sustentação das intervenções, observa-se que os participantes relatam recursos materiais e subjetivos. Os recursos materiais são ferramentas físicas e instrumentais que possuem uma funcionalidade e finalidade direta relacionadas às demandas, como os objetos e cargos técnicos como pode ser observado nos trechos seguir:

“[...] equipe multidisciplinar para atendimento[...]” (Participante 2);

“Temos uma van que nos auxilia no transporte no DF todo, temos o Creas da Diversidade que nos dá o suporte necessário e a sede do Instituto que é nossa base de trabalho além da coordenação e supervisão” (Participante 3);

“Estagiários de ensino superior dos cursos de psicologia e serviço social que contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento do trabalho.”(Participante 4);

“[...] nosso corpo de apoio conta com uma assessora, uma analista e uma estagiária, que, concomitantemente, também auxiliam outros dois defensores do Núcleo de Direitos Humanos.” (Participante 5..

Os recursos subjetivos podem ser ilustrados como habilidades e potencialidades não materiais, individuais e indissociáveis a especificidade de cada servidor, que podem se adaptar ao contexto, descritos no trecho a seguir:

“São necessários [...], muita criatividade e, sobretudo persistência. Há ainda, muito investimento pessoal, com, por exemplo, a pesquisa sobre filmes e documentários em

equipamentos pessoais [...]” ; “[...] Para que aconteçam ações, estas dependem da iniciativa de pessoas sensíveis, que, muitas vezes, travam lutas até pessoais para elas aconteçam.” (Participante 2).

Falta de Investimento

Quando questionados sobre as limitações que impactam diretamente a implementação de suas intervenções, é possível compreender sobre suas falas a percepção de mecanismos relacionais internos e externos ao serviço que afetam suas práticas. Este contexto pode ser evidenciado a partir de alguns trechos:

“[...] pela falta de investimento que não se está tendo nos serviços públicos.”(Participante 2);

“Falta de pessoal nas equipes dos equipamentos públicos para viabilizar algumas demandas [...]”(Participante 3);

“[...]infelizmente percebe-se que os serviços não recebem o investimento necessário para a atuação de total qualidade, infelizmente faltam diversos recursos para o funcionamento dos serviços. [...] reduzido pessoal para a quantidade de demanda de trabalho e também a estrutura física necessita melhorar (computador, móveis, salas).” (Participante 4);

“Os maiores entraves são as condições de estrutura (recursos humanos e estrutura física) e a falta de efetividade do poder público.”; “Seria necessário mais servidores e servidoras, além de melhores condições de trabalho. [...] seria indispensável o que o Núcleo de Direitos Humanos tivesse uma unidade de atendimento Psicossocial exclusiva.” (Participante 5).

Valores Morais

A percepção dos valores morais associados às vivências sexuais não-normativas influencia diretamente a qualidade e a eficácia dos objetivos que fomentam os atendimentos.

Podemos observar que o preconceito é uma vertente central na compreensão das demandas e suas possíveis resoluções:

“As maiores barreiras que se verificam referem-se ao momento de extremo conservadorismo e intolerância por que passamos no país...”(Participante 2);

“O preconceito do dia a dia e a precariedade dos serviços públicos.” (Participante 4, sobre a percepção dos impactos negativos).

Escassez da Cultura Avaliativa

A ausência de descrição de instrumentos avaliativos por parte dos participantes não significa a total inexistência de medições do serviço, porém aponta pouca percepção e domínio de sua importância. As respostas mostram que não há uma forma específica de avaliar os impactos, além da percepção singular dos profissionais para aperfeiçoamentos pontuais nos protocolos de atendimento:

“Sistematizar sugestões de Psicólogos e Assistentes sociais para contribuir na melhoria do atendimento.” (Participante 1);

“Em nossa pobre cultura de avaliação não se produzem indicadores de monitoramento e avaliação. O serviço prescinde completamente a isso. E nem haveria tempo para a medição de impactos, sobretudo sociais, em ações que se iniciam agora. Os resultados [...] que se verificam é a satisfação das pessoas às abordagens inclusivas.” (Participante 2).

Interesse genuíno

O interesse e conforto pelo tema da diversidade, parece ser uma característica central da postura esperada do profissional. Os relatos consideram que uma postura sensível às diferenças é uma predisposição. Quando questionados sobre quais aspectos necessários pra se trabalhar com pessoas LGBTI+, eles relatam:

“Ser uma pessoa com um mínimo de resolução de sua própria sexualidade, que não se sinta agredido com a dos outros. Que se interesse em aprofundar/estudar as questões relativas à sexualidade e a gênero, sobretudo sobre o viés da riqueza da diversidade”
(Participante 2);

“Primeiramente olhar com olhar justo, sem preconceitos, sem julgamentos. A/O LGBTI é como qualquer outra pessoa.” (Participante 3);

“Identificação com a temática [...]”(Participante 4);

“[...]é indispensável empatia e comprometimento.” (Participante 5).

Necessidade de Capacitação

Os participantes descrevem a importância de uma capacitação técnica profissional para quem lida com sujeitos LGBTI+, de maneira que a rede especializada possua profissionais sensibilizados e aptos tecnicamente. Os trechos a seguir ilustram essa carência no serviço:

“Nossa equipe é formada por LGBTIS, com dois gays, duas trans e uma lésbica então a linguagem na abordagem e acolhimento facilita a interlocução e recepção. A vivência também conta bastante.” (Participante 3);

“[...] cursos de capacitação e especialização e condições para o desenvolvimento do trabalho de qualidade, com recurso material e pessoal.” (Participante 4);

“[...] domínio técnico dos direitos das pessoas lgbt e dos mecanismos e ferramentas existentes na rede de apoio.” (Participante 5);

A partir dessas categorias, a análise interpretativa dos dados evidencia fatores relacionais entre as tendências percebidas, a realidade contextual do serviço e a literatura já produzida.

Sobre a diversidade da amostra, percebe-se que os diferentes níveis de gestão e distinções técnicas oferecem uma imagem ampliada do serviço. Todos os dispositivos públicos relatados integram uma mesma rede socioassistencial do Distrito Federal, e ofertam serviços

assistenciais, de saúde, judiciais e extrajudiciais. A percepção de similaridades contextuais dos serviços nos informa de uma necessidade estratégica do *Intervention Mapping Approach*, para ilustrar possíveis *gaps* relacionais entre o desenvolvimento das intervenções e sua condução dentro dos setores, até o alcance ao público-alvo.

A definição da ação em rede se consolidou na assistência social com a reformulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica (NOB), quando foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os eixos estruturantes do SUAS (Brasil, 2009) se pautam: na matricialidade sócio-familiar (centralização da família como núcleo de desenvolvimento social); descentralização político-administrativa e territorialização estabelecendo novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil; financiamento; controle social com participação popular e normas definidas para informação o monitoramento e a avaliação além de política de recursos humanos própria.

No Distrito Federal, o serviço socioassistencial reflete a essencialidade da rede. As intervenções em rede podem proporcionar um processo racional e mais efetivo às ações do Estado, na potencialização dos recursos existentes na comunidade, elemento crucial frente aos tempos de corte e austeridade fiscal. A partir do conceito de gestão em redes, preconizados na PNAS (Brasil, 2004) é possível estruturar caminhos que possam promover a efetividade das políticas públicas, historicamente caracterizadas por ações setoriais, desarticuladas, centralizadoras e hierárquicas; essa perspectiva possibilita superar a fragmentação da atenção às necessidades sociais, paralelismo de ações, centralização das decisões, informações e recursos (Vitoriano, 2011). O conceito de redes permite então, focalizar exatamente as relações entre pessoas e grupos nas quais valorações e percepções atuam. Nas redes os indivíduos encontram-se envolvidos com outros em ação, mas também em avaliações, julgamentos e, até mesmo, estigmas (Hita & Duccini, 2008).

A essencialidade do conceito de rede incide nos protocolos adotados na execução dos serviços. Podemos perceber um aspecto que fomenta a qualidade dos atendimentos a partir dessa essencialidade é a interdisciplinaridade multiprofissional dos serviços, que integram saberes técnicos diversos para a produção de interfaces processuais-metodológicas que possam qualificar e resolver demandas de forma conjunta. Este conceito advém dos cenários de saúde e organização hospitalar, como um recurso estruturante de uma modalidade de trabalho, que se configura na relação recíproca entre interações técnicas e interpessoais dos agentes de áreas diferentes do trabalho (Peduzzi, 2001). Todos os entrevistados descrevem, em algum nível, a relação interinstitucional e multiprofissional de seus serviços, o que demonstra a adoção de componentes funcionais na criação de interfaces do conhecimento.

Os critérios teóricos que estruturam a execução destes serviços, possuem fundamentação política-legal nas diretrizes nacionais do Sistema Único de Assistência Social supracitadas. No processo de resolução de demandas, os serviços produzem encaminhamentos entre as instituições da rede para tratamento específico, mas consoante as disposições das entidades psicossociais. Ou seja, ao ser acolhido no serviço, a pessoa atendida passa a conhecer e integrar a rede sistêmica de dispositivos públicos, o que torna imprescindível a criação de diálogos interinstitucionais entre gestores e diretrizes burocráticas para assegurar o acolhimento e resolução de problemas. O fortalecimento e constante atualização de informações pelas vias comunicacionais assegura funcionamento contínuo e eficaz destes serviços, o que pode prevenir direcionamento e permanência em espaços e processos burocráticos não resolutivos. Percebe-se, a partir das respostas, que os profissionais que oferecem atendimento técnico especializado (Psicólogos, Assistentes Sociais e Médicos) se baseiam em “técnicas gerais” de manejo de grupo e acolhimento individual das demandas, sem denominação específica a ser descrita; também não houve relatos que descrevessem a instrumentalização (protocolar ou metodológica) de embasamento empírico na escolha de

decisões. Desta maneira, não significa que não há utilização de teorias específicas, mas, que estas não seriam generalizadas nos protocolos institucionais, e sim singulares as características individuais dos trabalhadores.

Ainda sobre a resolução de demandas, observa-se que a “Visão e Postura Expandida de Acolhimento” fomenta a noção de que outros fatores sistêmicos, para além da relação serviço-usuário, podem influenciar na solução de demandas. Este aspecto permite aos profissionais um olhar expandido sobre mecanismos que impactam diretamente a eficácia de suas intervenções, já descrito na literatura como um recurso essencial dos trabalhos em rede (Sluzcki, 1997; Uber & Boeckl, 2014). A partir das descrições dos participantes, evidencia-se uma postura para além das obrigações preconizadas em cada serviço, o que demonstra que há intencionalidade na disposição oferecida no atendimento, como por exemplo, a preferência por caminhos interventivos extrajudiciais que não demandem atraso burocrático, o que proporciona agilidade no serviço e evita o atraso do processo em instâncias jurídicas.

Porém, esta postura depende ativamente da mediação entre condições físicas e subjetivas dos recursos disponíveis ao serviço e ao servidor. Para a implementação e execução dos programas, a criatividade e a persistência foram relatadas como facilitadoras das práticas diárias. Se percebe que o investimento pessoal se torna parte do instrumento de aperfeiçoamento das intervenções, uma vez que as características individuais fomentam as direções adaptativas frente às especificidades do sistema público. Como substancial a estes recursos, os entrevistados relatam que a própria comunicação entre a rede é indispensável para a execução dos programas, o que reafirma a essencialidade sistêmica do serviço. O suporte institucional burocrático entre os membros e entidades da rede também acontece com compartilhamento de serviços (ações sociais conjuntas), de equipamentos (computador, van, salas) e de pessoas (reuniões entre departamentos para atualização de serviços). A prática de

compartilhar recursos se mostra como uma estratégia que os departamentos firmaram para sua própria manutenção, frente à austeridade fiscal.

Em relação a essa escassez de recursos, as respostas parecem descrever um aspecto comum: um movimento de sucateamento dos serviços pautados em políticas assistenciais. Este processo se mostra presente nos setores de educação, saúde e assistenciais, descrito na literatura (Behring, 2003; Correia, 2005; Bravo, 2006; Castilho, Lemos & Gomes, 2017) como reflexo de políticas neoliberais, amparadas sobre o discurso da austeridade fiscal. A crise econômica possibilita a reafirmação hegemônica do mercado, na promoção de um estado mínimo que terceiriza seus serviços, a fim de reduzir os custos. Observa-se no conteúdo das respostas, que esta falta de investimento atravessa os processos de implementação dos mecanismos interventivos nos serviços de saúde, socioassistenciais e jurídicos.

Este modelo de reforma estatal atinge diretamente as camadas da população que não possuem recursos financeiros para acesso e permanência nos serviços supracitados de forma privada, o que fomenta o aumento dos níveis de desigualdade no Brasil (Domingues, 2017). Ressalta-se que a diminuição dos recursos também impacta diretamente na qualidade do serviço, o que promove a popularização de discursos que invalidam as atuações de agentes estatais e suas instituições. Logo, a solução apresentada seria a terceirização do serviço por empresas privadas que obteriam “maior eficácia” na dissolução de problemas, o que traz retorno a modelos filantrópicos e clientelistas, substanciados pela lógica do mercado (Castilho, Lemos & Gomes, 2017), insuficientes na redução ativa da desigualdade social.

Percebe-se que outro fator influencia ativamente a direção dos repasses financeiros, que permeia o micro e macrocosmo político das decisões: os valores morais. A moralidade heteronormativa fomenta espaços de significações que direcionam o olhar e o capital estatal para longe das demandas de minorias sexuais. Discursos e comportamentos homofóbicos são reflexos de estruturas maiores que consolidam normas e expectativas culturais, estruturadas

sob a égide patriarcal heteronormativa (Rich, 1980; Warner, 1991; Butler, 2003). Essas prerrogativas sociais apresentam consequências similares na redução da qualidade de vida, marginalização, agressões físicas, violência psíquica, vulnerabilização social, susceptibilidade maior ao suicídio e uso abusivo de substâncias (citado por Da Silva, Lordello & Murta, no prelo).

A perpetuação deste status quo pode contribuir para a estagnação da população desassistida em vulnerabilidade. Ainda, com mudanças constantes de gestão institucional, as prioridades do serviço tendem a sofrer alterações, desde a suspensão até o encerramento de programas vigentes (Nogueira, 2006). Um dos relatos afirma que é necessário “*enfrentamento pessoal*” à instituição, enquanto profissional, para que haja manutenção das políticas em vigor nos serviços. Compreende-se a ambivalência gerada a essa dependência central do capital público, o que restringe as possibilidades de ações efetivas de asseguramento de direitos e enfrentamento à discriminação sexual. O corte de verbas e a diminuição de investimentos em serviços socioassistenciais podem representar um perigo direto na contenção dos ciclos contínuos de miséria e violência em populações vulneráveis, especialmente minorias sexuais.

Neste sentido, capacitar profissionais que lidem com a diversidade promove o desenvolvimento de recursos protetivos para esta comunidade, uma vez que estimula a aproximação e a permanência de minorias sexuais aos serviços especializados. A preparação destes profissionais para a entrega de informações sensíveis, influencia potencialmente a qualidade do atendimento, o que promove mais segurança na performance técnica dos trabalhadores e na ativação de possíveis atores como recurso protetivo (Miller & Bayer, 2012).

Um elemento central que pode ser desenvolvido na capacitação é a sensibilização do profissional e a fomentação de um interesse genuíno pela mudança de paradigma, resultante do preconceito. É imprescindível que não haja espaço para instrumentalização da homofobia nos mecanismos institucionais. Desenvolver um ambiente seguro e inclusivo à diversidade de

pensamentos precisa ser uma possibilidade dentro do serviço. Uma forma de assegurar autenticidade nesse processo é a participação direta ou indireta de pessoas LGBTI+ no planejamento e execução da implementação, já descrito na literatura como eficaz em evitar adversidades contextuais na entrega da intervenção (Bartos, Berger & Hergarty, 2014). A atuação legítima de profissionais LGBTI+ na construção de diretrizes de ação, que substanciam as tomadas de decisões, pode evitar a rigidez institucional relacionada as peculiaridades da vivência não-normativa, como por exemplo, a sistematização do uso do nome social nos formulários e no tratamento dos servidores ao público.

Em meio às adversidades percebidas em todos os níveis sistêmicos, compreende-se o porquê do empobrecimento da cultura de avaliação dos serviços. Na gestão de recursos, é incontestável que a realização de monitoramento e avaliação dos serviços formam um percurso de obrigatoriedades e de ações que endereçam os objetivos definidos previamente, onde nem sempre há possibilidade de autonomia por parte da equipe ou gestores (Carvalho, et al., 2012). Os relatos que descrevem a ausência desses indicadores, justificam a falta de tempo dentro dos serviços, o que alerta pra necessidade de instaurar mecanismos estratégicos para consolidar sistematização das avaliações. Neste sentido, a produção científica pode oferecer uma adaptação teórica para a resignificação destas práticas, uma vez que os conhecimentos construídos nas instituições de ensino devem ser testados e multiplicados em benefício da sociedade.

Embora seja uma das prioridades preconizadas nas normas operacionais do SUAS e do SUS, supostamente há um empobrecimento desta cultura no Distrito Federal. No SUS, por exemplo, Paim (2003) reitera o movimento progressivo de iniciativas de avaliação em saúde no Brasil, nos últimos trinta anos, e que pode-se afirmar que o interesse pela avaliação não se restringe ao âmbito acadêmico. É preciso, então, que seja de interesse das esferas governamentais e da população a averiguação desses dados, por meio de estudos, para o

subsídio de financiamentos e a responsabilização dos gestores regionais no processo de tomada de decisões administrativas. Logo, a dependência da avaliação apenas na ponta do serviço impede uma construção robusta e significativa de dados para estes aportes.

Considerações Finais

O processo de implementação é crucial na estabilização de um projeto, e possibilita um território “seguro” para que o processo de intervenção ocorra. Quando discute-se o desenvolvimento de uma intervenção complexa, o sucesso em conseguir estruturar a base do projeto em andamento influencia as escolhas temporais de custo e benefício; logo, possuir uma ferramenta de implementação bem articulada com o design do projeto é uma forma de otimizar seus aspectos operacionais e reduzir seus custos (Hoekstra et. al., 2014). Utilizar o EPIS como componente estruturante para guiar o processo de exploração e implementação, permite a percepção das potencialidades a serem desenvolvidas e a possíveis barreiras a serem trabalhadas. Ainda, de acordo com as teorias discutidas sobre o embasamento de intervenções (Aaron et. al., 2011; Bartholomew et. al., 2011; Moore, et. al., 2013), compreender o funcionamento da intervenção, em interface com seus dispositivos e contextos operacionais (serviços, profissionais e instituições) reflete sua efetividade, de forma que controle das variáveis determinantes do processo conduz segurança nas etapas de implementação.

Os diferentes níveis de gestão envolvidos nos serviços podem oferecer uma otimização do alcance e da qualidade do serviço. A partir das relações institucionais, podemos promover uma malha na rede de serviços que possa receber demandas que já estejam sobrecarregando os dispositivos existentes. Em junção, as instituições podem expressar um poder interventivo enorme, englobando interfaces de nível assistencial, psicológico e jurídico.

Qualquer pessoa pode se tornar um recurso protetivo e fortalecedor para os que se encontram em vulnerabilidade. Nós, enquanto profissionais técnicos, podemos contribuir tecendo caminhos que possam ser trafegados por todos. Identificar especificidades que

produzem sofrimento, qualificando em formato de demanda, pode ser um dos primeiros passos na promoção de saúde (Polejack e. cols. 2016). O fortalecimento de ações como essa dependem diretamente dos vínculos institucionais forjados a partir de conexões humanas, valorizando a ideia de sujeito-interventor como também ator que possui protagonismo. As matrizes dos serviços observados parecem se alinhar com as propostas elucidadas no Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004), supracitadas na introdução.

Referências

- Aarons, G. A., Hurlburt, M., & Horwitz, S. M. (2011). Advancing a conceptual model of evidence-based practice implementation in public service sectors. *Administration and Policy in Mental Health and Mental Health Services Research*, 38(1), 4–23.
- Bartos, S.E., Berger, I. & Hegarty, P. (2014) Interventions to reduce sexual prejudice: A study-space analysis and meta-analytic review. *The Journal of Sex Research* 51(4): 363–382.
- Bartholomew, L. K., Parcel, G. S., Kok, G., Gottlieb, N. H., & Fernández, M. E. (2011). *Planning Health Promotion Programs: An Intervention Mapping Approach*. Third edition. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Butler, J. (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora Record.
- Behring, E. (2003) *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo, Cortez.
- Brasil. (2002). Programa Nacional dos Direitos Humanos. Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/pndh_2_integral.pdf>
- Brasil. (2004). *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual*. Ministério da Saúde/Conselho

- Nacional de Combate à Discriminação. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-vana-rousseff/publicac>>
- Brasil. (2004). Política Nacional de Assistência Social. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNA_S2004.pdf>
- Brasil. (2009) Sistema Único de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf>
- Bravo, M. I. S. (2006). Política de saúde no Brasil. *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*, 3, 1-24.
- Carvalho, A. L. B. D., Souza, M. D. F., Shimizu, H. E., Senra, I. M. V. B., & Oliveira, K. C. D. (2012). A gestão do SUS e as práticas de monitoramento e avaliação: possibilidades e desafios para a construção de uma agenda estratégica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17, 901-911
- Casanova, P. (2000). Globalidade, neoliberalismo e democracia In: GENTILI, P.(org.) Globalização excludente, desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. *Vozes, Petrópolis, RJ*.
- Castilho D. R., Lemos, E. L. S., & Gomes, V. L. B. (2017) *Crise do capital e desmonte da seguridade social: desafios (im)postos ao serviço social*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 130, p. 447-466, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10358>>.
- Conselho Federal de Psicologia. (1999) Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Resolução nº 001/99, 22 de março de 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

- Correia, M. V. (2005) O Conselho Nacional de Saúde e os Rumos da Política de Saúde Brasileira: mecanismos de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, Brasil.
- Da Silva, M., Lordello, S. R., & Murta, S. G. (no prelo) Comunidade LGBT e Intervenções : uma revisão sistemática. Universidade de Brasília, Departamento de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Brasília, Distrito Federal.
- Domingues, S. (2017) *O Desmonte das Políticas Sociais no Brasil*. Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde dos Ambientes de Trabalho. *Revista do DIESAT*, n. 42, p 21-23. São Paulo, SP, Brasil.
- Grant, A., Treweek, S., Dreischulte, T., Foy, R., & Guthrie, B. (2013). Process evaluations for cluster-randomised trials of complex interventions: a proposed framework for design and reporting. *Trials*, 14, 15.
- Green, J. (2000). The role of theory in evidence-based health promotion practice. *Health Education Research*, 15, 125–129.
- Green, J. N., & Quinalha, R. H. (Eds.). (2014). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. EdUFSCar.
- Hita, M. G., & Duccini, L. (2008). Exclusão social, desafiliação e incluso social no estudo de redes sociais de famílias pobres soteropolitanas. In A. Ziccardi, *Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social* (pp. 81-212). Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Hoekstra, F., Alingh, R.A., Schans, C., P., Hettinga, F. J., Duijf, M., Dekker, R., & Woude, L. H. V. (2014). Design of a process evaluation of the implementation of a physical activity and sports stimulation programme in Dutch rehabilitation setting: ReSpAct. *Implementation Science*, 9, 127.

- Irineu, B. A. (2014). 10 anos do programa Brasil Sem Homofobia: Notas críticas. *Temporalis*, 14(28), 193–220.
- Kok, G. (2014). A practical guide to effective behavior change: how to apply theory- and 64 evidence-based behavior change methods in an intervention. *The European Health Psychologist*, 16(5), 156-170.
- Kok, G., Peters, L. W. H., & Ruiter, R. A. C. (2017). Planning theory- and evidence-based behavior change interventions: a conceptual review of the intervention mapping protocol. <https://doi.org/10.1186/s41155-017-0072-x>
- Miller, S. A., & Byers, E. S. (2012). Practicing psychologists sexual intervention self-efficacy and willingness to treat sexual issues. *Archives of Sexual Behavior*, 41, 1041-1050.
- Minayo, M. (2007). O desafio do conhecimento. *Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Moore, G., Audrey, S., Barker, M., Lyndal, B., Bonell, C., Hardeman, W., ... & Baird, J. (2013). Process evaluation of complex interventions. UK Medical Research Council (MRC) guidance. London: UK Medical Research Council.
- Nogueira, F. D. A. (2006). *Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos* (Dissertação de Doutorado).
- Paim J.S. (2005) *Avaliação em saúde: uma prática em construção no Brasil*. In: Hartz ZMA, Vieira da Silva LM, organizadores. *Avaliação em saúde: Dos modelos teóricos à prática na avaliação de Programas e Sistemas de saúde*. Rio de Janeiro, Salvador: Editora Fiocruz, EDUFBA; p. 9-10.
- Peduzzi, M. (2001). Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. *Revista de Saúde Pública*, 35(1), 103-109. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102001000100016>

- Rich, A. (1980). Signs: Journal of Women in Culture and Society “*Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*” 5:631-60, 1980.
- Sluzki, C. (1997). A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas. São Paulo: *Casa do Psicólogo*.
- Smith, J. D., & Polaha, J. (2017). Using implementation science to guide the integration of evidence-based family interventions into primary care. *Families, System & Health*, 35(2), 125-135.
- Uber, M. L. R., & Boeckel, M. G. (2014). A prática em terapia de família e as redes sociais pessoais. *Pensando famílias*, 18(2), 108-123.
- Vitoriano, I. S. (2011). A ação da rede socioassistencial: quais as possibilidades desta efetivar-se. *Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais do V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis: UFMA*.
- Warner, M. (1991). “*Introduction: Fear of a Queer Planet*”. *Social Text*; 9 (4 [29]): 3-17.



ME MOJA

ME MOJA

Manuscrito III - Avaliação de Necessidades com LGBTI+: uma perspectiva dialógica-narrativa

Resumo

O preconceito é um aspecto da socialização que atravessa e marca algumas formas de constituição do self e como este pode produzir interlocuções com o mundo. Um grupo focal com pessoas LGBTI+ acima de 18 anos, usuárias dos serviços assistenciais, foi realizado, usando como instrumento metodológico a Avaliação de Necessidades. Esta ferramenta foi desenvolvida e aprimorada com a revisão de pares qualificados na temática de avaliações, gênero e diversidade. O artigo analisa os dados à luz da teoria dialógica colaborativa, para a qualificação dos dados como insumos substanciais para o planejamento e aperfeiçoamento de intervenções psicossociais com LGBTI+. As análises direcionam nossa atenção as condições vulneráveis que pessoas gênero-sexodiversas vivem no núcleo familiar e as adaptações que constroem frente a isso. A noção da centralidade que pessoas heterossexuais representam na vida de minorias sexuais precisa ser interpretada como um aspecto interventivo em potencial, na ativação estratégica de aliados em outras camadas não sensibilizadas da sociedade.

Palavras-chave: Construcionismo Social, Intervenções Psicossociais, Avaliação de Necessidades, LGBTI+.

Abstract

Prejudice is an aspect of socialization that crosses and marks some forms of constitution of the self and how it can produce interlocutions with the world. A focus group with LGBTI+ individuals over 18 years old, users from the assistencial service, was carried out, using as a methodological tool the Needs Assessment. This tool was developed and improved with the review of qualified peers in the theme of assessments, gender and diversity. The article analyzes the data in the light of the collaborative dialogic theory, for the qualification of the data as substantial inputs for the planning and improvement of psychosocial interventions with LGBTI+. The analyzes direct our attention to the vulnerable conditions that gender-sexdiverse people live in the family nucleus and the adaptations they built for coping. The notion of the centrality that heterosexual people represent in the lives of sexual minorities needs to be interpreted as a potential interventional aspect in the strategic activation of allies in other non-sensitized layers of society.

Key-words: Social Constructionism, Psychosocial Interventions, Needs of Assessment Evaluation and LGBTI+

Introdução

A homofobia (ou a LGBTIfobia) é percebida como uma hostilidade a homossexuais, de modo a significar o outro como desviante, portador da transgressão (Borrillo, 2001). Desta forma, heteronormatividade ou norma heterossexual refere-se a uma racionalidade que contempla normas, valores, princípios de conduta e dispositivos, por meio da qual a heterossexualidade é instituída como a única possibilidade legítima e natural de expressão identitária e sexual (Warner, 1993). É por meio desse mecanismo cotidiano de exclusão de quaisquer outras possibilidades de experiência da sexualidade que a homofobia atua como um mecanismo de proteção das fronteiras sexuais e das fronteiras de gênero (Blumenfeld, 1992), como dispositivo que reproduz um sistema de diferenças que legitima e justifica a marginalização e dominação de sujeitos.

As pessoas LGBTI+ enfrentam as primeiras formas de preconceito e exclusão em seu núcleo familiar. Existem experiências que são comuns a todos os grupos de minorias sexuais, como o “assumir-se” e a generalização do sentimento de inferioridade, percebida em suas performances sexuais, quando comparadas ou ressaltadas pela heterossexualidade cisgênera (identidade de gênero correspondente ao sexo atribuído no nascimento, legitimada pela sociedade e Estado) de conhecidos, amigos e familiares (Schulman, 2010). Como consequência, o enfraquecimento dos vínculos afetivos e a visão inferiorizada que possuem de si mesmos permeiam a forma como LGBTI+ se trata, o que condiciona a perpetuação de ciclos de violência dentro da própria comunidade. Promover a qualificação das narrativas é um passo para a construção de caminhos teóricos e práticos estratégicos na transformação social desejada: melhorar a qualidade de vida de pessoas LGBTI+.

A implementação eficaz de práticas baseadas em evidências (PBE) nas áreas de serviços sociais, educacionais e de saúde se mostra essencial para a promoção de intervenções mais úteis, funcionais e éticas (Clarke, 1999; APA 2006; Cooper, Levin & Campbell 2009).

As PBE, em especial na psicologia, promovem práticas terapêuticas efetivas, na aplicação de princípios apoiados empiricamente em avaliações, formulação de casos, relações terapêuticas, pesquisas e intervenções. Como guia do processo de construção destas práticas, o framework EPIS (Exploration, Preparation, Implementation and Sustainment) permite sua adaptação aos contextos estudados, ao mesmo tempo em que oferece uma visão metacognitiva dos aspectos relacionais dos multisistemas. Este framework sinaliza etapas essenciais que guiam e descrevem o processo de implementação, em que se evidencia fatores únicos e comuns, dentro e através dos diferentes níveis dos contextos externos (sistemáticos) e internos (organizacionais) (Moullin, et cols. 2019). Na etapa de Exploração, o acesso aos determinantes psicossociais que atravessam a socialização da pessoa LGBTI+ permite evidenciar dinâmicas para a potencial promoção de saúde e percepção de discrepâncias que atuam ativamente no sofrimento psíquico. Neste sentido, a adaptação ao contexto estudado, por esta ferramenta, permitiu uma visão rizomática das relações ilustradas pela pesquisa.

Como instrumento metodológico para promover mais uma forma de acesso aos mecanismos desta realidade, propõe-se uma avaliação de necessidades em entrevista grupal, com um modelo de prática colaborativa dialógica (Anderson, 2012), para abordar dinâmicas relacionais entre as interfaces subjetivas, sociais e econômicas desta população, pensadas a partir das adaptações conceituais do framework EPIS (Exploration, Preparation, Implementation e Sustainment) utilizado como guia de direcionamento do processo (Aarons, Hurlburt & Horwitz, 2011). A interface dialógica aqui adotada leva em consideração o rigor científico a que se propõe os modelos de entrevista em pesquisas qualitativas, atentos a esta rigidez e às possíveis consequências de engessamento ou empobrecimento de informações decorrentes de um script fechado. Neste sentido, não pretendemos ignorar a presença do pesquisador, de modo a trazer luz sobre os possíveis enviesamentos que sua suposta neutralidade evitaria na construção de conhecimentos qualificados (Mason & Dale 2011; Eakin

2016). Aqui, esta presença criativa promove o fortalecimento e adequação dos pressupostos metodológicos durante sua execução, o que permite a equipe a possibilidade de ações que possam mediar aspectos adversos.

A teoria do Construcionismo Social apresenta uma perspectiva pós-moderna que explica o processo de significação e construção de sentido por meio das interações humanas, materializadas no léxico comunicacional (Rasera & Japur, 2007). Assim, para o Construcionismo, sujeito, objeto e conhecimento são construções sócio-históricas que precisam ser problematizadas e desnaturalizadas. Em comum, a Teoria Queer (Butler, 2003) descreve que os papéis de masculinidade e feminilidade não são biologicamente fixos, mas socialmente construídos, moldados pelos significantes materiais e imateriais que orbitam o objeto. Sobre estes processos de construções de sentido do mundo, a homofobia se mantém estruturante nas dinâmicas de poder, corroborada por religiões e instituições, que se caracterizam como ferramenta para manutenção e regulação da sexualidade normativa

O *self* como descrição da ação humana, possui sentido quando inserido em uma sequência temporal, e assume a forma de narrativa (Rasera & Japur, 2007). Quando integrado ao processo de pesquisa, o construcionismo busca fundamentalmente propor descrições relacionais dos processos pelos quais pessoas descrevem, explicam e significam o mundo em que vivem, se incluindo no processo (Gergen, 2009). É necessário a articulação das formas compartilhadas de compreensão do mundo, associadas à historicidade contextual em que se desenvolvem os acontecimentos da realidade, percebida como subjetiva e multifacetada, consequente do movimento de alteridade de significação entre o *self* individual e grupal (Gergen & Gergen, 2010).

A inteligibilidade sobre si mesmo não decorre dos eventos propriamente ditos, mas das “convenções narrativas disponíveis culturalmente, que destacam e se articulam de formas específicas” (Rasera & Japur, 2018, p. 48). Então, a concepção do *self* precisa compreender as

propriedades das estruturas narrativas, marcadas por sua localização histórica e cultural. Neste sentido, podemos criar narrativas que dão significado à vida, contudo, destaca-se que há infinitas possibilidades de narrativas que servem como sustentação para a construção da experiência compartilhada. Algumas destas formas de construção de discursos são privilegiadas, em que há a exigência de coordenações sociais que se advém da moral, o que fomenta uma predominância de determinadas descrições de self.

É possível observar a forma que a narrativa homofóbica significa a vivência homossexual como desvio, o que paralelamente concede o status de normalidade às relações heteronormativas. A perpetuação contínua desses discursos promove a alienação e conformação dos indivíduos às possibilidades de ser e estar em sociedade, o que acentua a marginalização e vulnerabilidade de pessoas LGBTI+ (Andreo et al. 2016). Para promover o caráter preventivo das intervenções psicossociais, este artigo investiga diversas dinâmicas relacionais que perpassam a vida e construções de sujeito LGBTI+, a partir de uma avaliação de necessidades. O objetivo é a produção de insumos qualificados que permitam a criação de componentes interventivos para a estruturação de intervenções psicossociais, com o intuito de multiplicar técnicas de acolhimento no atendimento dessa população, que por vezes buscam o amparo institucional e simbólico das redes disponíveis.

A Avaliação de Necessidades serve como ferramenta metodológica que permite investigar e planejar serviços e intervenções, com acesso aos contextos sociais em que o problema epidemiológico se relaciona com a população. Essa avaliação direciona a busca de informações chave para definição de oferta de serviços e prioridades operacionais eficazes, que serve como equipamento de acesso a estas realidades. Sugere-se a Avaliação de Necessidades como forma de construção dos dados, para estruturação robusta das etapas que irão fundamentar e aperfeiçoar intervenções. Em conjunto, se atentar à contextualização das dinâmicas operacionais (entre cenário, público, interventores, estudo epidemiológico, recursos

e barreiras) do projeto, oferece à equipe interventora um insumo autêntico das dinâmicas sistêmicas de multinível, o que possibilita a composição de caminhos conceituais que facilitem a adaptação e implementação dos mecanismos da intervenção (Haynes et. al., 2014).

Métodos

Participantes

Os critérios de inclusão para participação na pesquisa foram: se identificar socialmente como uma pessoa LGBTI+ e possuir mais de 18 anos, que já foram usuárias de algum serviço público assistencial específico para diversidade. As pessoas participantes deste estudo foram abordadas por meio de convites em grupos virtuais, coletivos sociais e recomendações de terceiro. A escolha de identidades diversas para a construção dos dados se pauta na riqueza explorada sobre as similaridades existentes nas narrativas de sujeitos gênero-sexodiversos, diferentes em gênero e sexualidade, mas comuns na autoidentificação não-normativa. Ao todo, cinco sujeitos participaram do processo de construção grupal destes dados, de forma que ilustram a pluralidade representativa de gênero e sexualidade na amostra. No processo de identificação das falas dos participantes, estes serão sinalizados no corpo do texto por siglas baseadas na palavra “Sujeito” (S1, S2, S3, S4 e S5) porém serão apresentadas algumas características utilizadas na autoidentificação racial e de gênero no questionário inicial para melhor contextualização dos dados e facilitação das possíveis leituras sociais de suas experiências, a seguir na tabela 4.

Tabela 4. Descrição identitária auto-declarada.

Sigla	Descrição
S1	<i>Mulher cisgênero; lésbica; branca; 25 anos.</i>
S2	<i>Trans não-binário; assexual pan-romântico; branco; 20 anos.</i>
S3	<i>Mulher cisgênero; lésbica; negra; 20 anos.</i>
S4	<i>Homem-trans; bissexual pansexual; branco; 19 anos.</i>

Cuidados Éticos

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP-IH) em 28 de Setembro de 2018. CAAE: 88267118.2.0000.5540. A participação de sujeitos LGBTQ+ foi condicionada a pessoas que já se identificavam socialmente como “gênero-sexo diversas”, de forma que o processo de descoberta e aceitação de sua identidade não ocorresse durante a coleta. Ao final do procedimento, os participantes foram informados que, em caso de algum sofrimento ou angústia decorrente da avaliação, o suporte técnico-terapêutico seria oferecido pós-coleta; nenhum participante solicitou este acompanhamento.

Instrumento

Para a coconstrução destes dados, um roteiro semi-elaborado (Anexo A), pensado sob a luz das adaptações de diretrizes abordadas no framework EPIS, especificamente a *Exploration*, que perpassa as determinantes presentes nos espaços contextuais que abarcam os processos de subjetivação: Família, Escola, Trabalho e Sociedade. Este roteiro passou por um processo de *peer-review* com outras pessoas LGBTQ+ pesquisadoras da área de gênero, para adequar sua funcionalidade ao objetivo. Um questionário sócio-demográfico (Anexo B) foi utilizado como complementar para a descrição de características e aspectos que pudessem enriquecer a leitura das experiências sociais dos participantes, para aperfeiçoamento da análise interpretativa da equipe. Compreende-se que estas interfaces ilustram o caminho que pessoas podem percorrer em seu viver, partindo do pequeno cosmo familiar até o grande cosmo social.

Procedimentos

O grupo focal é uma técnica de entrevista que objetiva realizar investigações sociais e coconstruir dados dentro de um contexto, de modo a criar uma situação de interação mais

próxima da vida cotidiana. Recomenda-se esta metodologia para este tipo de pesquisa, já que, em pouco tempo e baixo custo, permite uma diversificação e um aprofundamento dos conteúdos relacionados ao tema de interesse (Chiesa & Ciampone, 1999). Alguns autores, como Flick (2009), sugerem que inicialmente se trabalhe com grupos mais heterogêneos, para uma posterior organização de grupos mais homogêneos. Minayo (2016), sugere que os grupos focais devam ocorrer a partir de uma homogeneidade em comum ao se agrupar as pessoas, pois entende que algum processo ou elo em comum deve unir os sujeitos do grupo. Não se pretende, em um grupo focal, uma homogeneidade de opiniões ou uma resolutiva consensual, desta forma houve a possibilidade de conectar as diferentes identidades sob um mesmo guarda-chuva identitário.

A coleta ocorreu no Centro de Atendimentos e Estudos Psicológicos da Universidade de Brasília. Foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os participantes antes do início das discussões, com posterior assinatura dos membros. O procedimento de coleta teve duração de 66 minutos, registrada pelo uso de um gravador, e foi realizada pela equipe pesquisadora, composta por um terapeuta e dois assistentes em pesquisa, previamente capacitados pelo período de um semestre.

Análise

Segundo Minayo (2012) no processo de análise qualitativa de dados empíricos, a compreensão e internalização dos aspectos filosóficos e epistemológicos que fundamentam a interpretação podem assegurar uma análise de qualidade replicável. Desta forma, o aperfeiçoamento das interpretações teve início na construção de um grupo de estudos e pesquisa interdisciplinar em intervenções psicossociais, com o objetivo de aprofundar a compreensão de teorias e práticas utilizadas em pesquisas qualitativas. Este processo de capacitação contempla etapas essenciais que permitem a replicabilidade e funcionalidade de um bom processo analítico.

Após a coleta, o procedimento de análise é descrito nas seguintes etapas: (1) discussão sobre as impressões prévias relativas às falas dos participantes com a equipe de coleta e a pesquisadora orientadora, para registro de informações recentes que pudessem enriquecer a interpretação subsequente; (2) transcrição e revisão dos dados registrados em coleta; (3) leitura horizontal e vertical paralela dos registros pela equipe pesquisadora; (4) codificação das narrativas em categorias de significado, a partir de suas tendências; (5) revisão e cruzamento de percepções pela equipe sobre os códigos construídos; e (6) análise de conteúdo interpretativa, fundamentada nos aspectos conceituais da Teoria Queer (Butler, 2003; Butler 2011) em interface dialógica com a teoria crítica pós-moderna do Construcionismo Social (Rasera & Japur 2005; Gergen, 2009; Gergen & Gergen, 2010).

Resultados e Discussão

Após a análise qualitativa, sete categorias foram percebidas dentro dos contextos psicossociais abordados. Foram exploradas nas categorias as relações dinâmicas que produzem interlocução sistêmica de sentidos, com o objetivo de organizar um insumo operacionalizável de conteúdos a serem compreendidos para integração e contextualização de possíveis componentes interventivos. Os resultados a seguir serão apresentados em conjunto das discussões de seus aspectos, a fim de facilitar a leitura de aspectos relacionais complexos. A identidade dos

Família

Compreende-se aqui a família como primeiro núcleo de sustentação para o desenvolvimento biológico, psíquico e social do ser humano, central na fomentação de apetências simbólicas para a relação com o outro. Neste sentido, a família seria a primeira fonte de mediação do sujeito com o mundo, fundamental na origem da cadeia de significantes, que servirão de base para a conexão e desconexão dos aspectos do mundo interno com os elementos

da realidade externa. Percebida a centralidade que a família representa, é essencial compreender quais percepções pessoas LGBTI+ possuem em relação a este núcleo.

O preço do amor

Os trechos a seguir ilustram uma visão das particularidades que constituem este conceito para pessoas LGBTI+, quando questionados de que forma que compreendem estes vínculos.

“Acho que núcleo de afeto.” (S1);

“Acho que são aquelas pessoas que tipo que você constrói um vínculo que se você precisar de algo elas vão fazer o que elas podem pra poder te ajudar. O que tiver ao alcance delas sabe? Acho que família é isso, são as pessoas que tão lá pra te apoiar quando você precisar.” (S2);

“[...] família é quem me aceita e quem eu também posso aceitar, do jeito que for.” (S3).

Sobre estes trechos, percebe-se uma visão sobre família como relativa aos afetos positivos trocados. Desta forma, é possível estender este vínculo para além dos laços consanguíneos, o que permite constituir modelos familiares pautados nas similaridades da diversidade sexual. Compreende-se que para estes sujeitos, a família precisa oferecer suporte nos momentos de necessidade, como um espaço seguro e resiliente frente às mudanças contínuas da vida. Quando questionados sobre os impactos que sentem sobre as relações familiares, a partir destas descrições, é possível perceber como identidade de gênero e desejo sexual condicionam regras e custos para esta relação.

“[...] escolher estar distante de algumas pessoas da minha família no intuito de me sentir mais protegida e me sentir meio que aliviada. Mas de uma forma geral é, eu tenho, eu sinto que eu tenho uma boa relação com a família.” (S1);

“[...] deveriam ser pessoas que deveriam estar me apoiando da forma que eu preciso e não da forma que eles tipo querem me enquadrar [...] eu acho, eles querem me ajudar, mas eles querem me ajudar dentro da concepção que eles têm, dentro do mundo que eles tem na cabeça deles, da visão deles ” (S2);

“Antes a gente tinha muitos conflitos por diversos motivos, mas agora a gente tá bem próximo. Até em relação ao meu relacionamento, que eu pensei que ela não ia conseguir aceitar, ela super conversa com minha namorada, ela super chama ela [...] gente conversa bastante, tem muito diálogo, ela tenta entender e eu tento entender o lado dela (mãe) também.” (S3);

“Eu tô sentindo um distanciamento pelo menos da minha parte [...] por eles não saberem lidar direito, por estarem nessa busca por tentarem me entender [...] eles ficam esperando, esperam que eu seja de uma forma, e ficam imaginando aquilo de uma forma e esperam que eu leve todas as respostas [...] tinham aquela imagem minha e agora eu sou uma pessoa totalmente diferente e acho que isso acaba abalando um pouco eles e eles ficam nessa angústia de tentar me entender, não entender... e ter aquela imagem minha anterior muito diferente e dificultar minha aproximação deles, com eles.” (S4).

É interessante destacar que a forma de se adaptar a estas divergências familiares variam entre pessoas LGBTI+. Observa-se que a resposta de S1 e S4 em relação a autorrevelação sexual e as consequências desta nos laços familiares é de se isolar, de forma a diminuir os estímulos estressores provenientes desta troca; ao passo que S3 buscou construir um diálogo com sua mãe a fim de fortalecer sua identidade frente ao preconceito. Estes movimentos representam tentativas de adaptação ao contexto no qual se desenvolvem, o que reflete suas predisposições e atitudes para mediação de conteúdos nocivos e salutares. Segundo Anderson (2016), o diálogo é uma atividade relacional colaborativa, que promove o enlaçamento de

mundos diferentes e a sensação de mutualidade e compreensão. Por sua vez, a empatia catalisadora do diálogo fomenta um senso de responsabilidade compartilhada, facilitadora dos processos de desenvolvimento de autonomia e de identidade. Neste sentido S1 e S4 se encontram em caminhos possivelmente vulnerabilizadores, em que o peso de suas escolhas e consequências não pode ser facilmente compartilhado entre seus familiares.

Também percebe-se a ambivalência que a família oferece, enquanto recurso protetivo como primeiro núcleo sustentador do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se apresenta como limitadora, que delinea as possibilidades de ser e estar. Há uma aparente dificuldade, narrada pelos participantes, na transformação das expectativas que as famílias criam sobre eles, quando estas não são correspondidas.

É possível inferir que as narrativas descrevem um aspecto da semiologia do discurso psicotizante, o duplo-vínculo (Benoit, 1994; Costa, 2001), uma vez que há um dilema comunicacional sem resolução: a família alega o desejo de aproximação e interesse pela realidade vivida pelos membros gênero-sexodiversos, ao mesmo tempo que condiciona essa aproximação a expectativas irreais de mudança ou conformidade a normas de gênero que não produzem ressonância simbólica interna neste membro. O interesse, aparentemente, estaria condicionado a estas regras não ditas, porém atuadas e percebidas nos comportamentos, em que mais de uma mensagem é sinalizada; suas possíveis respostas geram uma controvérsia psíquica, promotora de angústias e mobilizadora de afetos. Prata (2007) descreve que, por um lado, a família oferece segurança às ameaças provenientes do mundo exterior, ao passo que o preço pago por esta proteção é a perda literal de sua liberdade, sustentada pelas hierarquias de poder deste sistema nuclear.

Segundo um dos pioneiros da terapia familiar sistêmica, Bateson (2000), comunicações de duplo-vínculo são frequentemente utilizadas como um modelo de controle sem coerção declarada, de forma que a instauração da confusão dificulta tanto uma resposta quanto à

resistência do ouvinte. Um fator que parece estruturar este cenário psicotizante é a incapacidade por parte dos pais de abrir mão das expectativas construídas sobre os destinos performáticos-afetivos de seus filhos; o que ao mesmo tempo dificulta o estreitamento relacional por parte dos filhos, que se sentem inibidos a construir um diálogo, já que não há possibilidade resolutiva do conflito, o que ilustra uma retroalimentação deste ciclo. Sobre estes aspectos, a avaliação nos direciona a atenção à centralidade que os vínculos familiares possuem como matriz volante das afetividades. Aspectos operativos dos componentes da intervenção precisam considerar os modelos familiares e seus processos comunicacionais-dialógicos, para o mapeamento autêntico da rede do público-alvo. Viabilizar este dialogismo pode assegurar à equipe interventora uma visão mais ampla sobre particularidades que atuam de maneira eficaz na promoção e manutenção de recursos protetivos. A contextualização dessas dinâmicas facilita os estágios relacionais de adaptação e implementação da intervenção (Haynes et cols., 2014).

Escola

Estudar ou aprender conteúdos não é uma atividade restrita ao espaço escolar, porém, as escolas, faculdades e universidades são os referenciais institucionais específicos que representam esta função. Compreende-se a entrada neste meio como uma das primeiras possibilidades de troca material e simbólica, para além do núcleo familiar, com dinâmicas sociais representativas do ser e estar. Este espaço fomenta a estruturação das formas de significar a realidade compartilhada, na interlocução de conhecimentos teóricos e empíricos. Nem sempre este processo de interlocução é mediado, uma vez que padrões estruturais de ensino funcionam com informações impositivas, e não dialógicas.

Papéis de gênero e representatividade: “Meninos de um lado, meninas do outro.”

As narrativas a seguir ilustram percepções dos participantes sobre aspectos dinâmicos de suas relações na escola, em que descrevem quais impactos estas produziram em suas vivências.

“Eu tinha também problema com essa questão da separação da Educação Física, porque geralmente para as meninas escolhiam esportes que eu não gostava, e para meninos eram os que eu gostava. E aí eu queria ficar com os meninos, e aí chegou uma situação em que eu briguei muito com o professor e fui parar lá na coordenação” (S1);

“[...] E nas aulas que a gente tinha tipo sobre DST coisas assim, as salas eram divididas em meninos e meninas. E na sala de meninas você só aprendia como se proteger no sexo só tipo pênis e vagina, e nada além disso. E quando os professores iam falar com os meninos por exemplo se você não quer transar o tempo inteiro você tá errado, você tem que querer transar o tempo todo se não você tá errado” (S2);

“O único problema quando chegou na escola que eu estudava agora, que a educação física era separada para meninos e meninas, então era uma situação meio desconfortável mas.” (S4).

A estruturação de atividades pautadas no sexo biológico potencializa os processos de vulnerabilização de pessoas LGBTI+ dentro de seus grupos. Estas atividades direcionam a um confronto de suas identidades com modelos de gênero hegemônicos, ao mesmo tempo em que evidenciam aspectos de suas diversidades performáticas que podem ser promotores de constrangimento e preconceito. Ao mesmo tempo, estas divisões parecem fragilizar a potencialidade da rede construída entre seus amigos, professores e a corpo administrativo da instituição, aspecto ilustrado pela fala de S4.

Segundo Costa & Brandão (2005) a rede social é um conceito que sinaliza a interação entre pessoas e ilustra a mobilização da rede natural de relacionamentos para o desenvolvimento e mudanças individuais e grupais, para a resolução de crises na família e na comunidade. Neste sentido, o fortalecimento da rede comunicacional-afetiva fomenta a criação de espaços seguros de transformação a partir da troca, em que compreende-se a importância do questionamento crítico sobre as escolhas metodológicas que embasam estas atividades. Pensar

e propor componentes interventivos que possam ser pautados na sensibilização dos profissionais sobre esta temática, em que haja possibilidade de envolver os diferentes níveis organizacionais da gestão, se mostra pertinente para a transformação paradigmática.

Moralidade: vigiar, punir e censurar.

A percepção de comportamentos e dinâmicas que pudessem sinalizar uma leitura da diversidade de suas performances de gênero, por parte dos colegas e professores, como ilustrado nas falas supracitadas, evidenciam o temor que os participantes sentiam sobre a possibilidade de “revelação” de suas identidades. Ao mesmo tempo, estes tinham compreensão da desigualdade de tratamento que recebiam em comparação a colegas e amigos cisgêneros e heterossexuais. Os eventos que foram determinados por estes processos marcaram os participantes sobre as regras e formas que a sociedade os compreendia, sinalizados pelos trechos a seguir:

“No terceiro ano [...] eu tava de mão dada com minha namorada e aí chegaram umas meninas e começaram a gritar que a gente era nojenta e fazendo uns barulhos de nojo, assim. A gente só tava de mão dada..” (S1);

“Eu tinha um amigo que a gente era muito próximo.[...] e a gente queria ter essa experiência. Aí a gente entrou numa sala que tava vazia, [...] só que a gente não queria de jeito nenhum se pegar, a gente tomou maior cuidado pra não dar nenhum selinho, só que bem na hora passou um inspetor do colégio e ele viu a gente, e aí ele foi pra direção e falou que a gente tava se pegando no meio do recreio. E isso é proibido, só que se você for no corredor, casal hétero quase transando, só que ele não falou nada.” (S2);

“Foi boa até o terceiro ano. Porque eu estudava em um colégio de freira, católico. E aí eu comecei a me relacionar com minha namorada, não no colégio, mas teve um dia que eu tive uma crise de ansiedade, depois de uma prova de química, que a gente tava

sentada no campo [...] aí ela só me abraçou. Não teve nada demais. Uns dias depois a coordenadora me chamou na sala e falou que os pais reclamaram que a gente tava se beijando lá. Sendo que a gente não fazia nada [...], e tinha muito casal hétero que ia pra trás do society e fazia mil coisas e ninguém falava nada. A gente só ficava sentada no mesmo banco, nunca fazíamos nada. Mas aí eu comecei a odiar aquele colégio. E odeio até hoje.” (S3);

“Mas tinha uma amiga minha também que tava com a namorada dela, abraçada, e tinha essa política de que casais não podem ficar abraçados, mas só casal LGBT né. O resto tá liberado.” (S4).

Quando pensamos nos aspectos que orbitam o processo de “sair do armário”, Sedgwick (2007) descreve que este armário não é apenas uma característica da pessoa homossexual, e sim fundamental de sua vida social. Esta autora aponta que, por mais afortunado que seja o apoio que estes recebem de seus vínculos, por mais corajosos e sinceros que sejam, é difícil desassociar a presença formadora que este armário tem em suas vidas. Podemos perceber como a presença deste símbolo rege o juízo de valor que figuras de autoridade demarcam em suas ações e narrativas. Destaca-se aqui as atitudes e narrativas de preconceito regidas pelo poder discursivo de regulamentação sexual que a homofobia confere, na formação de estruturas relacionais do self dialógico. Neste sentido, o self dialógico ilustra as interlocuções internas, produzidas entre o Eu do sujeito e os morfismos de suas representações do mundo externo. A forma como os elementos da realidade são significados e interpretados pelos diversos atores sociais, impacta a constituição e performance deste dialogismo, aqui atravessadas pela interpelação do preconceito.

Segundo Rubin (1984), a hierarquia das sexualidades, baseada na heteronormatividade, confere à heterossexualidade um status superior e à homossexualidade um lugar marginal de subalternação. Com a finalidade de sustentar este poder, esta estrutura narrativa tão elástica e

produtiva não cederá naturalmente seu controle sobre importantes formas de significação social (Sedgwick, 2007), que privilegia os alicerces heteronormativos na manutenção do *status quo*. Aqui, a figura dos profissionais educacionais, respaldados pelo símbolo da autoridade institucional, fazem esta interlocução e afirmam a instauração desta hierarquia, no constrangimento de suas identidades pela punição social e imposição de “ocultamento”. Estas dinâmicas evidenciam a constante fragilização dos laços sociais que pessoas LGBTI+ enfrentam em seus processos de socialização, o que pode reduzir potencialmente sua rede protetiva.

Sobre este ocultamento, é possível perceber que até os professores precisavam se manter sob a égide do discurso homofóbico, impedidos de dialogar sobre qualquer aspecto que sinalize a existência da diversidade sexual e de gênero.

“[...] naquele momento assim, aquelas informações, aqueles conhecimentos eles são selecionados. [...] sair dessa trajetória do Ensino Fundamental, Médio e entrar na Universidade que aí eu fui compreender, [...] conhecimentos que são produzidos por pessoas LGBTs né [...] E a gente é totalmente vedado disso, proibem esse conhecimento pra gente. [...] Parece que a única opção era ser hétero, ser cis.” (S1);

“[...] eu tinha professores que eram obviamente eram LGBTs só que eles não podiam falar. E a gente queria ter esse contato com os professores, tinha uma professora que todo mundo amava, todo mundo sabia que ela era sapatona (sic). E no grupo da sala super xingaram ela por ser feminista, ela não podia falar nada na sala, não podia se defender porque ela corria o risco de perder o emprego. A gente tinha um professor que era obviamente casado com um cara e a gente queria ter essa possibilidade, tava todo mundo se descobrindo, mas os professores não podiam falar com a gente [...]” (S2);

“[...] teve um dia que a gente tava aprendendo, se não me engano, era modernismo. Foi quando a gente começou a ter os LGBTs, e né, traição de mulher ser colocada na literatura. Eu perguntei pra professora se ela ia falar sobre os gays nessa época, ela disse que não, porque a escola não ia aceitar esse tipo de coisa.” (S3);

“Aqui parece que não tem uma grande, uma espécie de Estado que tá manipulando e vendo tudo que você tá fazendo. Na escola sentia um pouco isso, as regras eram ditadas por uma entidade, assim. Você abraça uma pessoa e alguém fala que você já beijou. Parece que tem uma entidade te olhando o tempo todo.” (S5).

Louro (1999) traz luz sobre aspectos que envolvem o ocultamento e sua subsequente revelação, e ilustra este processo quando figuras de destaque se assumem publicamente: sua vivência não-normativa é majoritariamente associada a uma fraude; é como se este, aparentemente, induziu as pessoas a um erro, um engano. O reconhecimento de uma nova identidade sexual ou de gênero é uma alteração que modifica a “essência” do sujeito, o que reitera a centralidade que a sexualidade opera em nossas formas de compreender a realidade. Neste sentido, compreende-se que as formas de controle social pela regulamentação sexual na performance e discurso, empobrece tecnicamente recursos pedagógicos, de forma a suprimir a produção de conhecimento sob a luz da reflexão crítica e diversa da sociedade (Lionço & Diniz, 2008).

A avaliação de necessidades nos indica que a sensibilização destes profissionais sobre as especificidades dos fenômenos de gênero e como estes se desenvolvem em sociedade pode promover a quebra de mitos e desestruturação de atitudes pautadas em preconceito. É imprescindível a promoção e ativação de educadores como aliados frente às violências exercidas pela regulamentação sexual do ser e estar. Ainda, junto a estes profissionais, fomentar uma postura empática e crítica da realidade, pode permitir a aproximação genuína de pessoas LGBTI+ vulnerabilizadas. Pensar componentes interventivos que possam oferecer espaços

grupais de troca dialógica, com módulos que promovam rodas de conversa, espaços vivenciais ou acompanhamento terapêutico, podem assegurar a dissolução de dinâmicas nocivas e o fortalecimento de grupos promotores de igualdade.

Trabalho

Segundo Dejours (1992), o trabalho impacta diretamente a construção da identidade, as formas de se relacionar socialmente, a autoestima, e a determinação do sofrimento psíquico. Freitas, Augusto & Mendes descrevem que a organização do trabalho produz sobre seres humanos “ações específicas em seu aparelho específico” (2014, p. 4), uma vez que, o sofrimento surge da indissociabilidade dos desejos pessoais do sujeito que trabalha e uma organização que não acolhe os sonhos e esperanças desse sujeito trabalhador. Porém, antes de pensarmos os possíveis aspectos que permeiam os sofrimentos psíquicos de pessoas LGBTI+ no trabalho, e sua possível permanência, precisamos compreender as decorrências que inviabilizam seu acesso ao emprego formal.

As problemáticas de “Ser quem sou”

Os trechos a seguir demonstram como o acesso e permanência de pessoas LGBTI+, em especial pessoas travestis, transexuais e transgêneros, no mundo do trabalho são permeados por protocolos institucionais básicos.

“Eu vou tentar retificar meu nome [...] mesmo depois de retificar eu não sei quando eu vou conseguir um emprego. Porque tipo, meu nome vai estar masculino, gênero masculino, só que eu não sei quando eu vou ter. [...] quando eu vou ser.. Quando vão me ler de fato. Mesmo retificando meus documentos ainda não é... [...] É, eu preciso de um trabalho porque eu preciso de dinheiro para fazer minha transição. [...] eu preciso de um trabalho pra eu poder ser eu.” (S2);

“Eu nunca trabalhei, e até eu ter meus documentos retificados eu não sei quando que eu vou arrumar né, um emprego. Porque as opções de trabalho que usam o nome social

são baixíssimas né. Também todo um outro desconforto, de eu estar iniciando minha transição agora. E muitas pessoas me vêem como mulher e gera todo esse desconforto. Nunca arrumei nenhum emprego, nunca trabalhei. [...] Por causa da dificuldade de acesso a esse mercado, muitas pessoas trans acabam na prostituição, então...” (S4).

Segundo os dados divulgados pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), organizados pela própria associação, aproximadamente 90% da população travesti e transexual, em sua amostra, depende da prostituição como renda principal. No levantamento descrito no mesmo estudo, é apresentado um mapa da violência em que é evidenciado que 70% das pessoas travestis e transexuais assassinadas em 2017 estavam em situação de prostituição (Benevides, 2018). Estes dados informam características específicas das vulnerabilidades que esta população ainda se encontra, em que o impedimento ao acesso do trabalho formal as direciona às formas de sustentação financeira insalubres e ameaçadoras.

Outro fator que é inerente à condição econômica para S2 é a possibilidade de financiar sua transição. O direito ao nome e ao próprio corpo é central no processo de constitutivo do self, em que pressupõe-se suas funções básicas de identificar e individualizar. Hogemann (2014) descreve o objeto “nome social” como a identificação que pessoas travestis e transexuais constroem, correspondente a sua identidade de gênero, cuja adoção pretende garantir o respeito a sua dignidade frente ao constrangimento e vexame social. Para S4, a compreensão dessas barreiras o desmotiva a buscar inserção formal no mercado de trabalho, em que parece compreender como este local é potencialmente ameaçador à imagem que possui de si mesmo.

A narrativa de S4, que aborda as adversidades do trabalho, parece evocar a mesma sensação de medo em S3, quando esta descreve que um processo de transição capilar, do liso sintético ao crespo natural, a tornou alvo de comentários lesbofóbicos e racistas. É importante

destacar que a interseccionalidade como ótica de análise, nos permite evidenciar como os discursos construídos em opressões estruturais produzem interfaces de sofrimento sincrônicas.

“Foi bem estranho, porque, eu ia lá, eu tinha o cabelo liso e depois eu comecei a transição capilar. Ai quando eu cortei todo mundo começou a meio que falar... o pessoal já achava, já se perguntava da minha sexualidade. Já tinham sussurros lá, mas eu nunca falei, só falei pra um cara que era muito gente boa. Ai no final do ano passado, eu cortei bem mais curto, raspei dos lados, só deixei em cima e nossa.. Teve um cara, que eu tava lá tranquila fazendo meu trabalho e ele começou a me chamar de menino, sendo que eu tava bem insegura com meu cabelo, porque foi uma mudança muito brusca. Eu fiquei quieta, mas fiquei muito triste. ” (S3).

Ao mesmo tempo, S5 relata não sentir desconforto na atuação de seu trabalho, destaca-se aqui as descrições autodeclaradas de sua identidade como um homem cisgênero bissexual e negro:

“Como psicólogo é meio confortável assim, não se colocar como sujeito. Sexualidade não aparece assim. Não tem nenhum problema eu acho.” (S5)

Sobre este aspecto, podemos inferir que a localização de suas descrições identitárias, bem como a leitura social dessas descrições podem espaços minimamente seguros para seus processos de subjetivação entre o ser e o estar. Segundo Miranda (2011), a questão estética no corpo negro também é política, em que as possíveis interpretações, sobre o que é belo ou não, servem como revestimento ao discurso e demarca direcionalidade na atuação social, na reiteração de padrões e estratégias de resistência. A construção social de modelos padronizados de estética e beleza sustenta dinâmicas de poder que instauram locus privilegiados de ser e estar, qualificados como objetos ideais; ao mesmo passo, os variantes à regra se circunscrevem de forma marginal, destituídas de um referencial “tolerável”, fragilizados pela convenção narrativa social de seus corpos insuficientes, abjetos (Butler, 2011; Colling, 2015)

Estas dissidências dizem respeito às expressões de gênero e sexualidade, abjetalizadas, marginais, não convencionais em relação estes modelos heteronormativos, que reitera a heterossexualidade enquanto política compulsória. A interpretação sobre estas narrativas nos apontam como a percepção desta dissidência na performance gênero-sexual podem incitar o preconceito como reação mais direta (Borrilo, 2001). Esta característica, reiterada pelas narrativas dos participantes, nos aponta a necessidade de abordar como o processo de construção visual pode impactar ativamente os espaços relacionais e transitórios que pessoas LGBTI+ têm. A materialidade do corpo, substanciado e moldado pela linguagem, nos indica a complexidade de conteúdos que possam servir de base para agregar componentes interventivos, desenvolvidos a partir descrições multidimensionais deste fenômeno.

Curiosidade: convite ao diálogo ou intimação a um inquérito?

Ainda sobre os aspectos que perpassam a socialização no local de trabalho, os participantes relatam as formas de interesse que as pessoas possuem em relação a sua vivência afetiva-sexual. Destaca-se que a percepção deste interesse por parte dos outros, é disparada inicialmente pela imagem não-normativa de seus corpos.

“E tipo sei lá, acho que era mais medo, na época eu sei que era mais insegurança de me assumir dentro do local de trabalho, sabe. Mais pelo medo de perder o dinheiro, o trabalho. Assim sabe, porque me segue em rede social e eu namoro e tal e tem foto com minha namorada. Aí eu acho que o pessoal acaba sabendo, mas nunca chegou a ser um assunto assim. Mas no meu outro estágio já rolou algumas situações meio assim constrangedoras. No sentido de ter medo de me assumir assim, era um época que eu tava com um cabelo bem louco [...] Só que aí minha chefe ela falava comigo, ficava falando dos namorados dela não sei o que. Aí quando ela perguntava de mim, eu não tinha coragem. Eu cheguei até a inventar lá um boy pra ela.” (S1);

“[...] eu tinha um cabelinho curto e colorido de azul. E era bem interessante porque as criançinhas me viam e elas ficavam muito confusas, e sempre perguntavam, você é menino ou menina? E era bem interessante nesse sentido.” (S2);

“No trabalho, ninguém me tratou mal por causa disso, mas já dava pra perceber né. Esse cara que eu me abri ele uma vez me perguntou né. Porque a gente num sentido sexual usa “apetrechos”. Aí ele foi e me perguntou porque que a gente usa isso sendo que a gente tem homem, que a gente pode chamar um homem pra participar. ” (S3).

Anderson (2012) aponta algumas descrições que estão envolvidas no processo de diálogo, como o escutar, ouvir e falar reflexivos e intrinsecamente entrelaçados. Nesta relação dialógica, o “ouvir” precisa se oferecer como contínuo para a compreensão do que outra pessoa tenta dizer. Para a compreensão da mensagem, a tentativa de resposta nos direciona a caminhos mais próximos do eixo de sentido esperado. Responder para entender depende de uma curiosidade genuína; questionar para compreender mais do que é dito, e não do que o interlocutor acha que deveria ser falado, ao mesmo tempo que se propõe saber se o que entende do que escutou, foi a intenção de quem disse. Sobre as narrativas descritas de S1 e S3, é possível inferir a ausência destes aspectos comunicacionais colaborativos, em que a curiosidade mobilizadora parece não refletir interesse genuíno, mas sim uma exotificação de suas experiências.

Quando questionado por crianças sobre sua vivência, S2 não demonstra se sentir ansioso ou violado pelas perguntas, ao contrário, se mostrou motivado e compreendeu o momento como algo lúdico. Infere-se que a forma da abordagem feita por estas crianças, e a compreensão que S2 possa ter sobre estes sujeitos permitiu um projeto de diálogo colaborativo (Anderson 2016), em que há um convite, respeito pelo conhecimento e perspectiva da outra pessoa, por ambos. Este modelo conversacional propicia a cogeração de novos significados,

entendimentos e ações, essenciais para o fortalecimento de vínculos e sustentação de redes afetivas.

Em contraste, quando observamos a fala de S3, a curiosidade de seu colega de trabalho não aparenta vir de um local de interesse genuíno pela experiência que possui, mas por querer propor resoluções de conceitos pré-concebidos por ele. Este aspecto ilustra uma curiosidade intencional em questionar a capacidade do gozo feminino sem a presença do homem. Mitos difundidos sobre a lesbianidade evocam que a ausência do pênis continua a manter a posição homossexual, havendo necessidade desta "intervenção fálica" para re-ordenação à normalidade (Martins, dos Santos & Teixeira, 2016). Este trecho ilustra como este modelo de conversação possui disfuncionalidades vinculares e inibidoras de colaboração, uma vez que o conhecimento e entendimento da experiência pessoal não é suficiente para a reparação de sentidos perdidos. A forma como se desenvolve o discurso entre S3 e o colega parece ser similar ao de uma investigação, em que há um objetivo implícito de se chegar a uma resposta sobre o que é percebido como um conflito e sentidos, em que este apresenta "resoluções" não solicitadas.

Compreende-se aqui uma peculiaridade comum a vivência de pessoas LGBTI+, especialmente pessoas trans, dissidentes na performance gênero-sexual: a aproximação de pessoas a partir da curiosidade. Propõe-se então pensar de que forma esta particularidade do fenômeno pode ser potencializada de forma útil e fomentadora de vínculos seguros, na ativação de aliados sobre a desmistificação de suas vivências. A transição desse paradigma pode ser operacionalizada em forma de estratégias interventivas, que proponham em conjunto, a elaboração de maneiras para abordar e reparar o inquérito nocivo para um diálogo colaborativo.

Comunidade e Sociedade

Diversos estudos indicam que identidades sociais fazem bem para a saúde, além da promoção de recursos protetivos contra estressores sociais e estados mentais disfuncionais, como abordado por algumas revisões (Greenaway, Cruwys, Haslam, & Jetten, 2016; Haslam,

Jetten, Postmes, & Haslam, 2009; Jetten, Haslam, & Haslam, 2012). A identidade demarca espaços e molda os sentidos, o que sinaliza um questionamento: o fortalecimento de identidades sociais serão sempre positivas para a saúde? (Begeny & Huo, 2016a). As narrativas em voga apresentam aspectos ambivalentes sobre a percepção e fortalecimento de suas identidades, na troca relacional com outras pessoas LGBTI+. As noções sobre o papel que estes vínculos com a comunidade representam variam de acordo com a experiência de cada um, o que ilustra aspectos ambíguos.

Comunidade LGBTI+: pertencimento e proteção

Quando questionados sobre suas relações com outras pessoas LGBTI+ e de que forma esses vínculos impactam suas vidas, há uma noção comum de pertencimento evocado pela diversidade de suas identidades. Esta característica se mostrou presente em diversos trechos diferentes da entrevista. A seguir, os relatos apontam como o processo de aproximação com outras pessoas diversas possibilitou a exploração e afirmação de aspectos de suas identidades.

“Acho que é muito bom o sentimento de liberdade que esses espaços eles trazem. Meio que, essa coisa da empatia, dessa coisa de você, de talvez naquele espaço tenha, é claro que cada um sente vive de uma forma diferente. Mas é como se tivesse alguma coisa em comum ali, aí tem essa empatia. Da beleza do que que é a comunidade LGBT, e nesses momentos eu consigo ver isso. Sei lá. É maravilhoso mesmo. [...] Não sei o que é que traz não, mas quando eu penso nisso, eu imagino uma luz muito forte, cheia de brilho. Uma coisa.... Tipo uma conexão diferente...” (S1);

“Eu acho que, antes de eu me assumir trans, quando eu achava que eu era lésbica.... Minha irmã também é né, ela é três anos mais velha que eu. Eu não sei, é legal ter esse contato, de você saber de alguém, poder falar com ela, poder ir numa festa com ela [...] saber que eu tô com alguém que eu confio, em um lugar em que eu posso só ser, e experimentar. Só poder experimentar. Isso é importante.” (S2);

“(um amigo) Ele... ele era gay, aí quando ele se assumiu pra mim, eu tinha uns 12 anos. Eu nunca pensei nada relacionado a sexualidade [...] Aí nessa época ele se assumiu pra mim, aí eu comecei a pensar. Mas não pensando se eu sou lésbica, se eu sou bi, mas a pensar, porque que eu sou assim.” (S3);

“Um ponto importante pra eu me assumir, me aceitar e iniciar minha transição foi ter o contato com outras pessoas trans, tanto pesquisando na internet, youtube, quanto conversando pessoalmente [...] Também ter um círculo mais, que a gente se sente mais a vontade, um círculo que você sabe que as pessoas ali não vão te agredir, nem fisicamente, nem com palavras.” (S4);

“As pessoas com quem eu tive um afeto mais honesto na minha vida, tipo, minha irmã assim, até com amigos. São pessoas bi, assim, que não ligam pra gênero né. Não que não ligavam, mas isso não era importante na hora de se relacionar.” (S5).

A possibilidade de construir um espaço seguro entre pessoas LGBTI+ oferece às populações estigmatizadas recursos protetivos frente à discriminação. É comum que os primeiros processos de autoconhecimento que se constituíram com a ajuda de vínculos afetivos benéficos marcaram suas experiências de forma positiva. O encadeamento produzido pela constituição dessas dinâmicas psíquicas parece marcar uma apetência relacional favorável com o outro. Este desejo, que permite acesso a mundo análogos delineados pela diferença, incita o movimento reflexivo do self dialógico, na integração de experiências diversas ao Eu (Rasera & Japur, 2007). Ao mesmo tempo, a interação nestes espaços reflete suas posições subjetivas individuais, baseadas no grau em que suas qualidades e características pessoais são valorizadas pelo grupo, apontados por pesquisas anteriores como indicadores de diminuição de ansiedade e sintomas depressivos (Begeny & Huo, 2016b; Huo, Binning, & Begeny, 2015).

A partir das falas, é possível inferir que quanto mais cedo existir o contato com espaços aliados, maior a possibilidade de contornar vivências de sofrimento identitárias. O trecho descrito por S2 ilustra como a relação com sua irmã lésbica o permitiu maior valorização de sua autoestima, o que lhe ofereceu mais determinação em ser si mesmo. S4 também relata como este contato com outras pessoas trans permitiu que ele compreendesse mais sobre si, ao ponto que se sentiu seguro para iniciar sua transição hormonal. S5 descreve como a relação com outras pessoas bissexuais foram referências de afetos e emoções positivas, quando comparadas com pessoas heterossexuais.

Aqui, a comunidade LGBTI+ pode ser compreendida como associações grupais, organizadas ou não, materializada por coletivos, e grupos sociais em espaços físicos e virtuais. A entrevista nos aponta potencialidades que podem ser desenvolvidas como componentes para sustentação de processos interventivos. Sinaliza-se a capacidade que a própria comunidade possui em acolher e amparar as violências sofridas por seus membros, em que há compreensão legítima de suas vivências. Estes espaços podem ser eficientes na promoção de pertencimento, proteção e fortalecimento da autoestima até certo ponto. Cabe aqui ressaltar a importância de promover a ampliação e a coconstrução de novos espaços comunitários que permitam a troca afetiva benéfica entre aliados não diversos, para que haja a difusão da responsabilização destes processos reparatórios.

Quando a identidade machuca: o direito (ou desejo) da “normalidade”

É perceptível que a carga que a identidade possui também produz sofrimentos, mesmo em contextos de empoderamento e reafirmação. Por ser um processo constante e exaustivamente evocado em sociedade, o “assumir-se” parece desgastar as conexões que pessoas LGBTI+ estão dispostas a construir com o mundo. As falas a seguir ilustram como dinâmicas cotidianas reiteram a inferiorização de suas vivências pela diferença.

“[...] a nossa sexualidade é sempre questionada. A dos héteros tipo foda-se. Isso me dá agonia também. Tipo assim, por que eu tenho que me assumir, sabe? É minha vida pessoal, me deixa em paz. Parece que a única opção era ser hétero, ser cis. E essa coisa de se descobrir é um processo mó foda por causa disso, porque eu não sabia quem que era gay, quem era lésbica, quem que era trans não tinha contato sabe? [...] Coisas que foram desnecessárias né, coisas que trouxeram sofrimento, coisas que eu passei por eu ter, não ter oportunidade de saber quem eu era. A sociedade não ajudou né. Eu acho que todo mundo LGBT vive isso.” (S1);

“Porque me identifico como mulher né, não é só porque eu mudei meu cabelo que as pessoas podem começar a me chamar de menino. Mas também foi no sentido pejorativo né. Eu sei que teve um dia que eu cansei, e eu comecei a falar que eu realmente era lésbica. Porque também tinha um cara que dava muito em cima sabe? Ele tava na rua, me encontrou na rua, desceu da moto e ele quase me beijou sabe? Foi horrível, fiquei muito assustada.” (S3);

“Assim né, uma sensação de pertencimento, de que finalmente você está pertencendo a algo... Que as pessoas que estão ali realmente tão te aceitando, não tão interessadas em quem você tá ficando, ou como você quer ser trata... Não... Assim em quem você é, não tão preocupadas com isso, assim como a gente também não né. Cria esse sentimento de pertencimento de que você pode fazer o que você, não que você pode fazer o que você quiser né, mas se sentir à vontade de ficar com quem você quiser, porque ai ninguém vai te julgar, te olhar torto. Se sentir realmente à vontade naquele espaço, porque são pessoas que passam por vivências parecidas e que podem te acrescentar coisas.” (S4).

Embora o processo de empoderamento pela identidade apresente algumas implicações positivas, como supracitado, alguns impactos negativos também foram percebidos, como

corroborados pela literatura (Begeny & Huo, 2016). A identidade se torna central nos processos psicodinâmicos de percepção e organização da realidade dinâmica do self (Smith, Coats, & Walling, 1999), desta forma, grupos minoritários se tornam mais vigilantes a estímulos e expressões de discriminação, e os percebem com mais frequência. A noção de mundo como um constante ameaçador continua a vulnerabilizar a capacidade de relação destes sujeitos com camadas sociais que possam ser estratégicas na redução do preconceito. É necessário a construção destes espaços de interlocução para a promoção experiências significativamente positivas de troca, o que deve contribuir ativamente na alteração deste paradigma.

S1 descreve novamente uma característica intrínseca aos processos de socialização não-normativo, a necessidade do escamoteamento. Quando questiona o “porquê” de sua sexualidade sempre ser motivo de interrogação, sinaliza virtualmente um desejo pela afirmativa compulsória que emana da heteronormatividade, em que há uma curiosidade invasiva sobre sua vivência íntima. Pessoas LGBTI+ possuem a consideração constante sobre como, quando e para quem devem revelar sua natureza sexual, o que sugere um estado contínuo de vigilância sobre si para evitar estímulos estressores, ao mesmo tempo que a energia dispendida nestes processos são mobilizadoras de angústia (Beals, Peplau, & Gable, 2009; Pachankis, 2007).

“Assim eu sei que a parada LGBT não sei se enquadra no que você tá perguntando, mas quando eu fui a primeira vez foi a primeira vez que eu me senti normal, extremamente normal. Eu sou qualquer outra pessoa no mundo, porque eu vi outras pessoas fazendo o mesmo que eu, tava lá pelo mesmo motivo que eu. Foi na parada LGBT que eu realmente pensei que eu sou lésbica. Que eu me senti normal.” (S3).

Esta narrativa de S3 descreve como ela se sentiu “normal” pela primeira vez quando participou um evento social de afirmação identitária de minorias sexuais (Parada do Orgulho LGBTI+); a concepção de que era, finalmente, igual a todas as pessoas presentes, pareceu

promover um alívio e tranquilização. Aqui, há um momento de fortalecimento de seu self, quando esta consegue destituir de si, mesmo que momentaneamente, o peso que a diferença marca em sua identidade. Explorar alternativas que possam promover essas sensações em diferentes locais pode ser eficaz na melhoria da qualidade de vida LGBTI+.

Considerações finais

A avaliação permitiu evidenciar aspectos relacionais do sofrimento de gênero-sexualidade nos diferentes contextos em que estes se desenvolvem, os dados nos informam como pessoas LGBTI+ se caracterizam como um grupo em vulnerabilidade psicossocial, que desenvolvem adaptações psicológicas disfuncionais. Em comparação as pessoas heterossexuais, minorias sexuais possuem níveis mais elevados de ansiedade e transtornos depressivos. corroborados por dados e interpretações produzidas em outros estudos e revisões (D'Augelli, 2002; Meyer, 2003; Espelage, Aragon, Birkett, & Koenig, 2008; Williams & Mohammed, 2009; Department of Health, 2010; Institute of Medicine, 2011; Coulter, Kenst, Bowen, & Scout 2014)

Um aspecto que pode ser percebido foi uma quantidade significativamente menor de respostas qualificáveis do participante S5 em relação ao resto da amostra. Pressupõe-se a partir da descrição de sua identidade (homem negro cisgênero bissexual), que alguns aspectos estruturais possam diferenciar sua vivência frente ao preconceito. Há espaço aqui para algumas inferências em forma de questionamentos: é possível que os privilégios de sua vivência cisgênero masculina o tenha protegido de certos preconceitos diretos, o que diminuiria a intensidade em que percebe significativamente as violências de gênero-performance que recebe? Há também a possibilidade de que este possa ter se sentido inibido ou desmotivado a compartilhar vivências mais diretas de violência por perceber estes privilégios durante a coleta?

Outro aspecto que parece essencial, e relativamente observável na cultura, é a da centralidade que pessoas heterossexuais cisgêneras possuem na socialização de pessoas LGBTI+. Quando propomos intervenções complexas, em que se trabalhe a sistematização e a conexão dos elementos centrais e periféricos do projeto, devemos nos atentar a quais aspectos facilitam ou dificultam essas relações. Pensar aspectos interventivos que levem em consideração as especificidades da vivência heterossexual e como esta incide sobre os processos de gênero-sexodiversidade, para além da violência e marginalização, permite enriquecer nosso insumo operacional com componentes mais autênticos.

Compreender esses sujeitos não somente como possíveis ameaças, mas aliados em potencial, pode garantir o fortalecimento da rede socioafetiva que se propõe a atuar de forma ativa na defesa e promoção de direitos das minorias sexuais. A emancipação social e econômica dessa população pode contribuir para a redução significativa da reprodução de ciclos de pobreza e problemas de saúde, perpetuado pelas marcas da violência física, verbal, psíquica e institucional. Produzir insumos descritivos operacionais que abordem aspectos eficazes e ineficazes que endereçam o problema servem de base para justificar a replicação ou inovação de um modelo interventivo (Murta & Santos, 2015). A avaliação de necessidades contempla parte do estudo epidemiológico dos efeitos que a discriminação possui nas dinâmicas relacionais constitutivas de pessoas LGBTI+, que oferece a nós pesquisadores direções pertinentes a serem trafegadas em conjunto. Transformar este conhecimento em adequações práticas responde sinergicamente a estes objetivos.

Referências

Aarons, G. A., Hurlburt, M., & Horwitz, S. M. (2011). Advancing a conceptual model of evidence-based practice implementation in public service sectors. *Administration and Policy in Mental Health and Mental Health Services Research*, 38(1), 4-23.

- Anderson, H. (2012). Relaciones de Colaboración y conversaciones dialógicas: ideas para una práctica sensible a lo relacional. *Family Process*, 51. Recuperado em 05 de fevereiro, de 2017, de <https://pt.scribd.com/document/125580289/Relaciones-de-Colaboracion-y-Conversaciones-Dialogicas-Ideas-Para-Una--Practica-Sensible-a-Lo-Relacional>
- Anderson, H. (2016). Algumas considerações sobre o convite ao diálogo. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 25(56), 49-54. Recuperado em 19 de maio de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412016000300005&lng=pt&tlng=pt.
- Andrêo, C., Peres, W. S., Tokuda, A. M. P., & de Souza, L. L. (2016). Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(1), 46-67.
- APA Presidential Task Force on Evidence-Based Practice. (2006). Evidence-based practice in psychology. *The American Psychologist*, 61(4), 271.
- Bateson, G. (2000). *Steps to an ecology of mind: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. University of Chicago Press..
- Beals, K. P., Peplau, L. A., & Gable, S. L. (2009). Stigma management and well-being: The role of perceived social support, emotional processing, and suppression. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 35(7), 867–879. <https://doi.org/10.1177/0146167209334783>
- Benoit, J. C. (1994). *Angústia psicótica e sistema familiar*. Campinas: Psy II.
- Begeny, C. T., & Huo, Y. J. (2016a). When identity hurts: How positive intragroup experiences can yield negative mental health implications for ethnic and sexual minorities. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2292>
- Begeny, C. T., & Huo, Y. J. (2016b). Is it always good to feel valued? The psychological benefits and costs of higher perceived status in one's ethnic minority group. *Group*

Processes & Intergroup Relations, Advance online publication.
<https://doi.org/10.1177/1368430216656922>

Benevides, B. (2018). Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil 2017. *Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)*. Disponível em: <https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos>.

Borillo, D. (2001). *Homofobia*. Barcelona: Edição Bellaterra.

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora Record.

Butler, J. (2011). *Bodies that matter: On the discursive limits of sex*. Routledge.

Blumenfeld, W. J. (1992). Squeezed into gender envelopes. In W. J. Blumenfeld (Org.), *Homophobia: how we all pay the price* (pp. 23-38). Boston: Beacon Press.

Clarke, J. B. (1999). Evidence-based practice: a retrograde step? The importance of pluralism in evidence generation for the practice of health care. *Journal of Clinical Nursing*, 8(1), 89-94.

Colling, L. (2015). *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Edufba.

Costa, I. I. da. (2001). Mal-estar, subjetividade e psicose: reflexões a partir do sistema familiar. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 1(1), 124-137. Recuperado em 19 de maio de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482001000100008&lng=pt&tlng=pt.

Costa, L. F., & Brandão, S. N. (2005). Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 33-41.

Cooper, A., Levin, B., & Campbell, C. (2009). The growing (but still limited) importance of evidence in education policy and practice. *Journal of educational change*, 10(2-3), 159-171.

- Chiesa, A. M., & Ciampone, M. H. (1999). Princípios gerais para a abordagem de variáveis qualitativas e o emprego da metodologia de grupos focais. *Criança CM, Antunes MJM, organizadoras. Classificação Internacional das Práticas em Saúde Coletiva: CIPESC/Brasília: ABEn*, 306-24.
- D'Augelli, A. R. (2002). Mental health problems among lesbian, gay, and bisexual youths ages 14 to 21. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 7(3), 433- 456.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré.
- Department of Health and Human Services (2010). *Healthy People 2020*. Washington, DC: US.
- Espelage, D. L., Aragon, S. R., Birkett, M., & Koenig, B. W. (2008). Homophobic teasing, psychological outcomes, and sexual orientation among high school students: What influence do parents and schools have? *School Psychology Review*, 37(2), 202-216.
- Freitas, L. G., Augusto, M. M., & Mendes, A. M. (2014). Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública de pesquisa. *Psicologia em Revista*, 20(1), 34-55.
- Gergen, K. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 6(1), 299-325.
doi:<https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n1p299>
- Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Editora do Instituto NOOS.
- Greenaway, K. H., Cruwys, T., Haslam, S. A., & Jetten, J. (2016). Social identities promote well-being because they satisfy global psychological needs. *European Journal of Social Psychology*, 46(3), 294–307. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2169>

- Haynes, A., Brennan, S., Carter, S., O'Connor, D., Schneider, C. H., Tuner, T., & Gallego, G. (2014). Protocol for the process evaluation of a complex intervention designed to increase the use of research in health policy and program organizations (the SPIRIT study). *Implementation Science*, 9, 113.
- Haslam, S. A., Jetten, J., Postmes, T., & Haslam, C. (2009). Social identity, health, and well-being: An emerging agenda for applied psychology. *Applied Psychology*, 58, 1–23. <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.2008.00379.x>
- Hita, M. G., & Duccini, L. (2008). Exclusão social, desafiliação e incluso social no estudo de redes sociais de famílias pobres soteropolitanas. In A. Ziccardi, *Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social* (pp. 81-212). Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Huo, Y. J., Binning, K. R., & Begeny, C. T. (2015). Promoting social engagement and well-being in diverse groups: The role of respect. In S. Otten, I. van der Zee, & M. Brewer (Eds.), *Toward inclusive organizations: Determinants of successful diversity management at work* (pp. 49–66). New York, NY: Psychology Press.
- Institute of Medicine Committee on Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Health Issues and Research Gaps and Opportunities (2011). *The Health of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender People: Building a Foundation for Better Understanding*. Washington, DC: National Academies Press.
- Jetten, J., Haslam, C., & Haslam, S. A. (Eds.) (2012). *The social cure: Identity, health and well-being*. London: Psychology Press.
- Lionço, T., & Diniz, D. (2008). Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. *Revista Psicologia Política*, 8(16), 307-324.
- Louro, G. L. (1999). *Pedagogias da sexualidade. O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Martins, L., dos Santos, A., & Teixeira, R. (2016). Homossexualidade e Corpos Estereotipados. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 2(4), 370-380.
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674–697. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Minayo, M. C. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>
- Minayo, M. C., Assis, S. G., Souza, E. R. (Orgs.). (2016). *Avaliação por Triangulação de Métodos: Abordagem de Programas Sociais*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Miranda, S. F.. (2011). O "feio e o belo": reflexões sobre os efeitos de uma ideologia do corpo. *Psicologia para América Latina*, (22), 1-8.
- Moullin, J. C., Dickson, K. S., Stadnick, N. A., Rabin, B., & Aarons, G. A. (2019). Systematic review of the Exploration, Preparation, Implementation, Sustainment (EPIS) framework. *Implementation Science*, 14(1), 1.
- Murta S. G. & Santos K. B (2015). Desenvolvimento de programas preventivos e de promoção de saúde mental. In S. G. Murta, C. Leandro-França, B. S. Karine & P. Larissa (Org.). *Prevenção e Promoção em Saúde Mental: Fundamentos, Planejamento e Estratégias de Intervenção*. (Cap 7, pp. 168-191.) Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Pachankis, J. E. (2007). The psychological implications of concealing a stigma: A cognitive-affective-behavioral model. *Psychological Bulletin*, 133(2), 328–345. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.133.2.328>

- Prata, M. R. (2007). *Serviço Social e Homossexualidade*. Em Debate 05 - Revista do Depto. de Serviço Social - Pontífice Universidade Católica, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>.
- Rasera, E. F. & Japur, M. (2007). *Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo: Vetor.
- Rubin, G. (1984). Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In C. S.Vance (Org.) *Pleasure and danger: Exploring female sexuality* (267-319). London: Routledge.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *cadernos pagu*, (28), 19-54.
- Schulman, S. (2010). Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(05).
- Smith, E. R., Coats, S., & Walling, D. (1999). Overlapping mental representations of self, in-group, and partner: Further response time evidence and a connectionist model. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25(7), 873–882. <https://doi.org/10.1177/0146167299025007009>
- Warner, M. (1993). *Fear of a queer planet*. Minneapolis: University of Minnesota.
- Williams, D. R., & Mohammed, S. A. (2009). Discrimination and racial disparities in health: evidence and needed research. *Journal of Behavioral Medicine*, 32(1), 20–47. <https://doi.org/10.1007/s10865-008-9185-0>

Considerações Finais e Proposições da Dissertação

Em suma, a qualidade de vida de uma pessoa LGBTI+ é afetada diretamente por um montante de fatores que emanam das estruturas normativas de discurso e poder. Mesmo que o sofrimento de ser e estar em sociedade seja comum a todas as pessoas, independentemente de sua performance gênero-sexual, é necessário reafirmar o local de vulnerabilização constante em que se encontram pessoas LGBTI+. Essa reafirmação precisa estar alinhada à transformação social, não apenas na ênfase que as desigualdades promovem, uma vez que é percebido o desinteresse de instituições e grupos sociais conservadores sobre estes problemas.

As intervenções psicossociais podem materializar a visão sistêmica sobre fatores epidemiológicos da LGBTIfobia, oferecendo rotas sistematizadas para uma execução mais embasada e com maiores fatores de qualidade. Compreendendo a importância que programas e projetos de cunho interventivo possuem na redução de condições de risco e ampliação de elementos protetivos (Murta & Santos, 2015), cabe a profissionais capacitados e interessados o primeiro passo para um desenvolvimento coconstruído de intervenções eficazes. Sobre a LGBTIfobia, a ativação de aliados distantes se mostra fundamental na sensibilização da sociedade às consequências desta violência. Pessoas cisgênero-heterossexuais estão presentes em todas as famílias e espaços de socialização, o que sinaliza a importância desta interlocução com as vivências marginais, a fim de reduzir os efeitos nocivos que a percepção patriarcal gendrada ocasiona.

A leitura construcionista pós-moderna sobre as narrativas apresentadas permitiu uma riqueza na descrição conceitual das dinâmicas percebidas. A linguagem como parte do objeto de estudo integra contextualmente as diferentes dimensões que serviram de análise para este projeto: universidade, comunidade LGBTI+, comunidade profissional, gestores, instituições privadas e teóricos da área. As direcionalidades adotadas nas escolhas metodológicas e setores específicos para abordagem puderam ser acompanhadas com a ajuda e adaptação do

instrumento EPIS (Moullin et. cols., 2019), que possibilitou estruturar estes aspectos com melhor qualidade. Esta etapa permite fomentar segurança para os processo de tomada de decisão na adoção de componentes interventivos estratégicos, no momento da implementação. As figuras 1, 2 e 3 apresentam o modelo lógico que estruturou estes caminhos.

Figura 1 – Objetivos, etapas e procedimentos direcionados pela adaptação do framework EPIS.

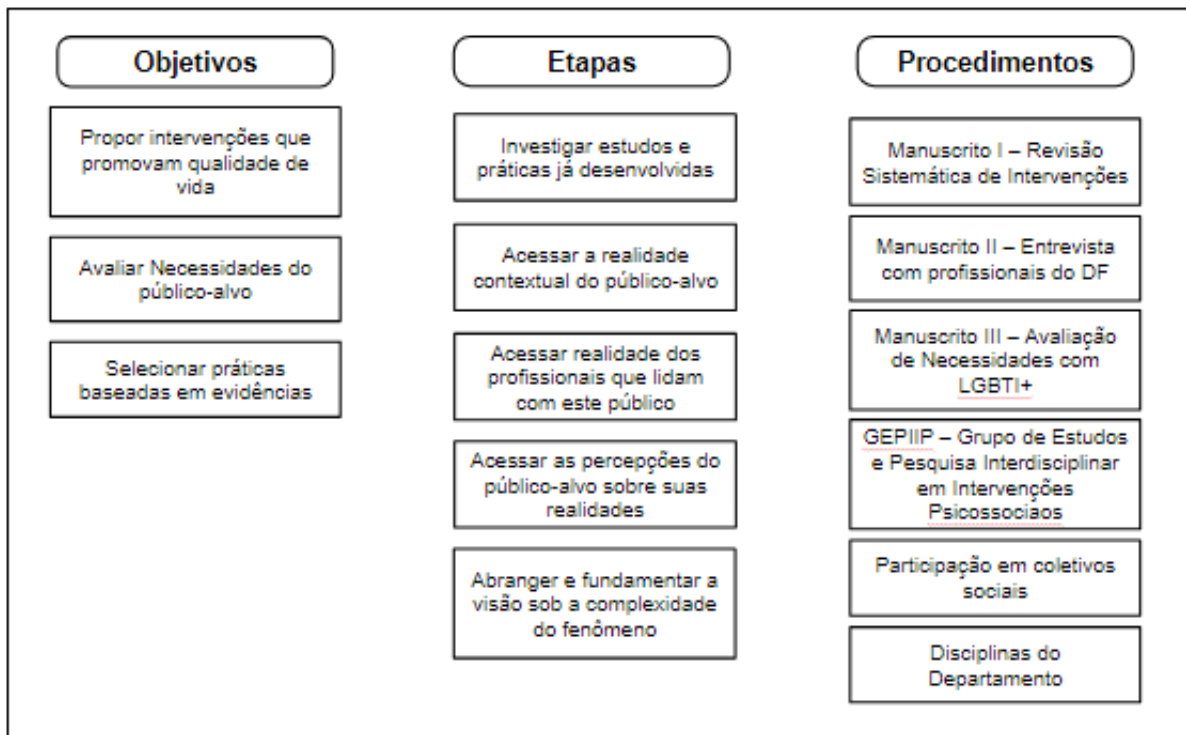


Figura 2 - Contextos Internos e considerações levantadas.

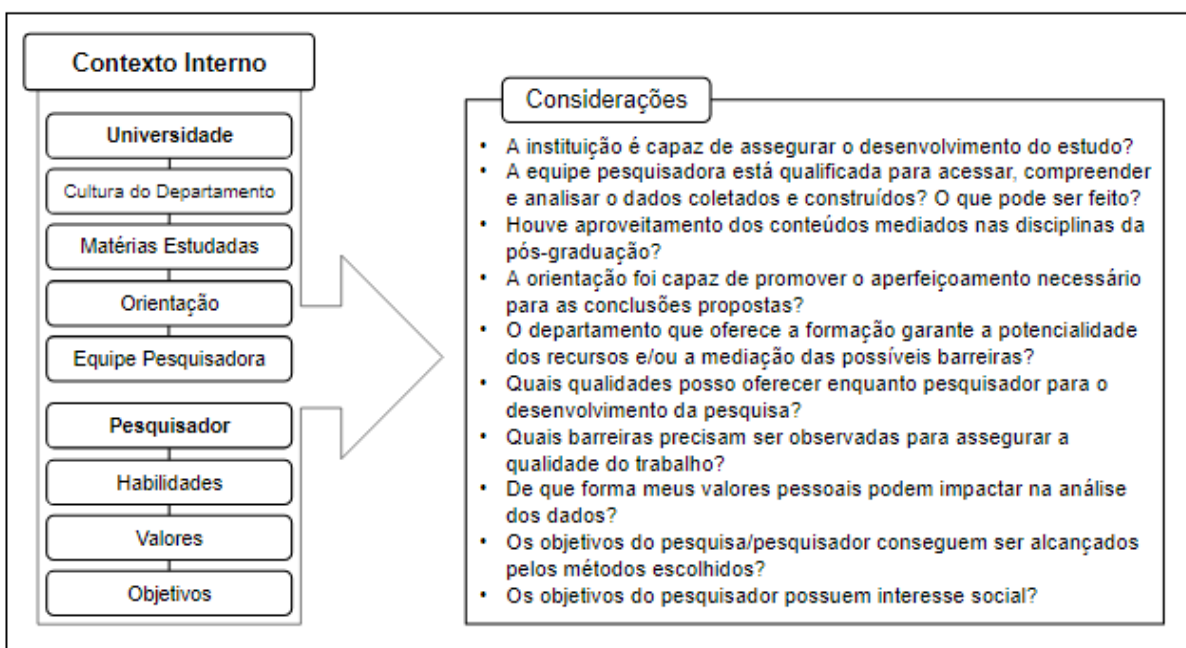
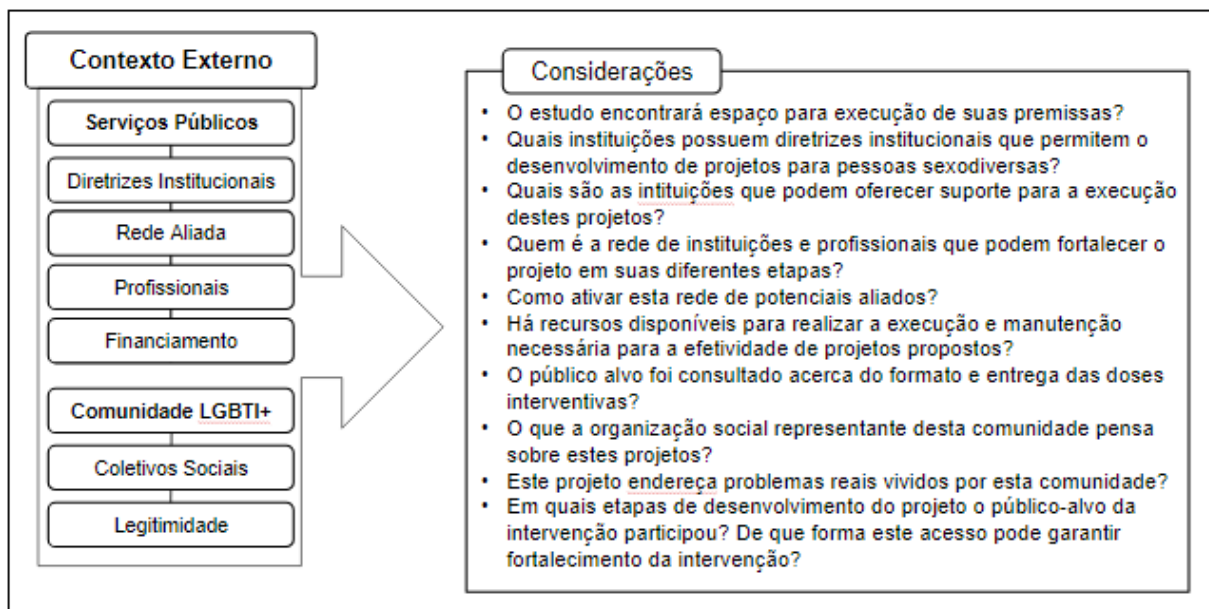


Figura 3 - Contextos Externos e considerações levantadas.



A avaliação de necessidades se mostra interessante como um instrumento metodológico que pode ser adaptado às realidades contextuais que o estudo exigiu, em que ofereceu flexibilidade frente às interfaces propostas. A perspectiva dialógica-narrativa enriqueceu a coleta de dados, em que as possibilidades de análise sobre interlocuções pode permitir a reparação de rupturas comunicacionais que poderiam acarretar perda de conteúdo analisável. Esta técnica demonstrou capacidade em abarcar as diversidades cotidianas experienciadas na linguagem, de forma que a presença do eu-pesquisador pôde evitar efeitos adversos durante a coleta, como: mediar a compreensão dos sujeitos a cerca do que foi questionado, fomentar a sensação de segurança para que haja confiança no compartilhamento das informações e enriquecer a percepção de fidelidade entre o que foi dito e intenção dos participantes em suas narrativas. Sinalizar quem é o produtor do conhecimento e como este se constrói oferece aos leitores acesso legítimo aos parâmetros adotados e quais balizas de pensamento foram utilizadas. Esta organicidade promove a construção de uma ciência integrada com a realidade, em que se critica o viés de uma “suposta neutralidade” nos procedimentos.

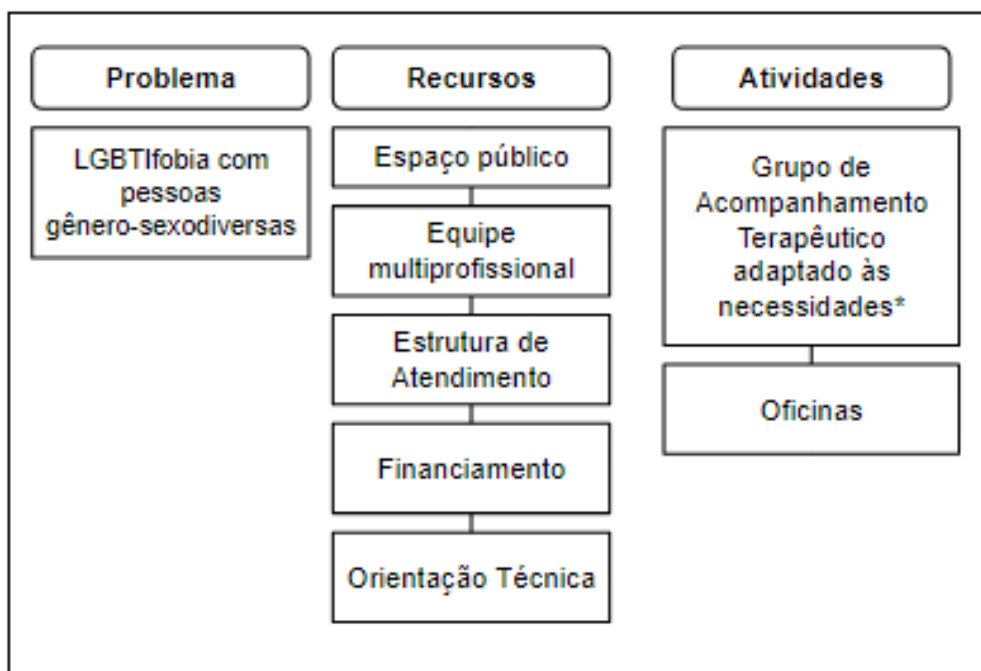
Alguns fatores puderam ser percebidos, a partir da relação construída entre os manuscritos, as disciplinas estudadas, a orientação e a vivência prática, sobre mecanismos que

promoveram eficácia no processo de preparação e implementação de intervenções com minorias sexuais. Explorando os conceitos apresentados no framework EPIS sobre recursos e funcionalidades destes mecanismos, oito aspectos foram ilustrados como diretrizes de guia para a implementação com minorias sexuais:

- a) Participação de sujeitos-alvo no processo de construção da intervenção.
- b) Acesso legítimo da equipe interventora ao contexto em que se insere a problemática.
- c) Capacitação de trabalhadores envolvidos na entrega da intervenção.
- d) Manutenção das relações institucionais por meio de vias diretas de comunicação.
- e) Embasamento teórico como aporte conceitual na construção de etapas.
- f) Conhecimento das políticas públicas que subsidiam os serviços e mantém sua estrutura.
- g) Aproximação dos *stakeholders* (partes interessadas) com os atores envolvidos nos diferentes níveis de organização (políticos, defensores, promotores, assistentes sociais, psicólogos, servidores, população vulnerável).
- h) Atualização constante sobre as transformações dos fenômenos de gênero em sociedade por parte dos envolvidos.

Utilizando as diretrizes mencionadas, um modelo lógico prévio foi desenvolvido em que se desenha uma intervenção no serviço público a partir dos estudos realizados e alianças construídas. Os aspectos traçados para o desenvolvimento da intervenção buscaram objetivar os possíveis recursos e barreiras contextuais. A complexificação das diversas etapas propicia às equipes maior possibilidade de ultrapassar desafios e fortalecer mecanismos essenciais, ao mesmo tempo, uma visão sistêmica sobre esses fatores permite compreender como essas dinâmicas se relacionam e o que elas produzem. Esse modelo pode ser compreendido como uma perspectiva terapêutica crítica que propõe por meio da linguagem, como prática social, a forma como significamos e organizamos nossas relações. A seguir, ilustra-se parte do modelo lógico:

Figura 4. Parte do modelo lógico



Propõe-se a formação de um grupo psicoterápico semanal, com sujeitos LGBT+ acima de 18 anos. Estima-se uma duração média de uma hora e meia, para contemplação dos aspectos terapêuticos e técnicos a serem trabalhados. Sugere-se uma avaliação do processo de intervenção, como forma de acessar os fatores essenciais no que tange seus objetivos, e também, o que for disfuncional em sua dinâmica. A partir de levantamento de dados realizados pela equipe (GEPIIP - Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar em Intervenções Psicossociais), por meio de leituras, revisões, entrevistas, experiências em campo e os manuscritos, foram delineados 7 (sete) temas como parte dos conteúdos temáticos a serem trabalhados, apresentados a seguir na tabela 5:

Tabela 5. Conteúdos temáticos dos componentes interventivos.

Tema	Demanda
Saúde Mental	Disparidade entre os níveis de adoecimento mental em LGBTs em comparação à heterossexuais.
Família	Fortalecimento dos laços familiares como rede de proteção fundamental, promovendo reflexões acerca dos vínculos sociais e suas dinâmicas.

Empregabilidade	Fomentar o engajamento de minorias sexuais na busca de profissionalização para o acesso ao mercado de trabalho.
Relacionamento Afetivo-Sexual	Mediações psicoeducativas na promoção de relacionamentos saudáveis e prevenção de violência no namoro.
Uso e Abuso de Substâncias	Disparidade entre os níveis de uso abusivo de substâncias entre LGBTs em comparação à heterossexuais.
Discriminação, Violência e Formas de Enfrentamento	Promover um espaço seguro para o compartilhamento de vivências de sofrimento. Informar sobre serviços especializados em demanda
Institucionalização e Cidadania	Refletir sobre a relação entre sujeito-estado, para estimular o estreitamento de minorias sexuais com serviços públicos.

O local sugerido para o desenvolvimento do grupo seria o CREAS da Diversidade, por seu caráter capilar enquanto dispositivo central. O fortalecimento dos aparelhos funcionais de referência para as minorias sexuais devem ser reforçados por ações que demonstrem a eficácia do dispositivo. Alguns objetivos foram traçados, sinalizando suas execuções, em que algumas etapas já foram executadas no decorrer deste mestrado.

Curto prazo

- Revisão literária sobre modelos de intervenção com pessoas LGBT já produzidos. A sintetização de dados sobre o que pode ser eficaz e o que pode ser danoso, com base em intervenções produzidas e avaliadas metodologicamente (Da Silva, Lordello & Murta, no prelo) oferece mais segurança no momento de difusão.
- Construção de equipe capacitada para sustentação e desenvolvimento dos trabalhos em rede (GEPIIP - Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar em Intervenções Psicossociais).
- Promoção do acesso da equipe de pesquisadores nos serviços disponíveis da rede, para a aproximação entre os diferentes atores envolvidos no processo. O acesso a esse contexto proporciona à equipe do projeto coerência com a realidade vivenciada pelos profissionais e legitimidade no desenvolvimento de ações.

Médio prazo

- Captar pessoas LGBTI+ por meio de ações sociais promovidas pelos dispositivos estatais aliados (CREAS da Diversidade, Departamento de Atividade Psicossocial da Defensoria Pública, Núcleo de Direitos Humanos e Universidade de Brasília) para qualificação das demandas.
- Desenvolver um acompanhamento grupal em modelo de terapia narrativa com pessoas LGBT (Rasera & Japur, 2004).
- Promover um espaço seguro que se alinhe com as propostas políticas do serviço de referência (CREAS da Diversidade).
- Exercer a manutenção dos vínculos institucionais por meio de reuniões de rede, para fomentar a sustentação dos objetivos propostos.
- Continuar a manutenção entre os vínculos institucionais para evitar o enfraquecimento do projeto em suas diferentes etapas.
- Coletar dados referentes ao processo interventivo, em conjunto com a rede.

Longo prazo

- Avaliar o resultado da intervenção por meio de indicadores de eficácia, adesão e apropriação dos conteúdos propostos.
- Fortalecimento dos dispositivos estatais frente às trocas de gestões políticas, para impedir o sucateamento de políticas públicas protetivas.
- Desenvolver um manual prático de atendimento específico a este público que possa ser difundido com outras partes da rede em forma de capacitação profissional de agentes e publicação acadêmica.
- Preencher as lacunas da literatura na divulgação de experiências práticas que trabalhem a promoção de saúde, para que haja possibilidade de replicação em contextos com poucos recursos.

- Publicizar os possíveis resultados, refletindo a importância das ações desenvolvidas pelos serviços.

A percepção da importância de redes de trabalho sinaliza um aspecto central para intervenções psicossociais. A execução de intervenções por instituições, depende da atualização contínua sobre os processos em andamento e das etapas a serem realizadas. As barreiras comunicacionais ocasionadas pela falta de diálogo sobre estes aspectos impacta diretamente na qualidade da intervenção e seu processo de manutenção. Compreender quais recursos estão disponíveis e como estes se relacionam com as possíveis defasagens permite à equipe interventora tempo e oportunidade de redirecionar ações e procedimentos, para que permaneça a fidelidade aos objetivos propostos.

Outro fator importante a ser considerado no corpo das intervenções é a rede familiar de participantes LGBTI+, uma vez que o aspecto da opressão é comum a todos estes grupos. A própria experiência sexual não-normativa direciona estes sujeitos a lidarem com a condição do “armário”, o que torna o processo de dissimulação e acobertamento de afetos comum a estas minorias. Perceber que há questões intrafamiliares que se repetem nestes contextos sinaliza um fator epidemiológico que pode ser incorporado nas premissas da intervenção, que possam garantir a permanência no projeto e adesão aos pressupostos interventivos.

Um incômodo gerado após as leituras e análises produzidas, percebido a partir dos significados e acepções que pessoas não-diversas possuem sobre LGBTI+, nos direciona a pensar estratégias na própria linguagem que pudessem aproximar setores diferentes à nossa pauta. A atualização contínua das performances de gênero e sua multiplicidade referencial mantém a polissemia do termo que nos sinaliza, o que expressa a diversidade de forma representativa; ao mesmo tempo, nossas inúmeras distinções não parecem produzir uma interlocução produtiva com outros possíveis aliados dentro e fora da nossa comunidade. No primeiro artigo de revisão, sinalizo como as diferentes descrições conceituais desta

população em estudos científicos podem oferecer uma maior riqueza de dados, se acompanhada de especificações ou generalizações lógicas. Ao mesmo tempo, compreende-se como esta escrita e discussão científica está relativamente distante da realidade do mercado de trabalho, das escolas e das instituições privadas e públicas. Vislumbrando a possibilidade de ativar aliados em espaços estratégicos, a conceituação de nossas identidades pode se aproximar das experiências de mundo de outras pessoas cisgênero heterossexuais ou não-fluidas.

Aqui, proponho o uso do termo “gênero-sexodiversidade”, em que sinalizo o processo de subjetivação diverso na construção e performance sexual. Ao mesmo tempo que subentende-se uma vivência não normativa, essa denominação pode abarcar vivências sexuais que não se identificam sob o guarda-chuva identitário das siglas “LGBTIQA” (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, *Queers*, Assexuais). A utilização deste termo pode ser operacionalizada em lugares estratégicos, em que o discurso sobre gênero e sexualidade encontrem barreiras, saturadas pela falsa “ideologia de gênero”, difundida por setores sociais não comprometidos com a pauta de Direitos Humanos. A integração de uma terminologia sistematizada pode oferecer segurança institucional aos funcionários, ao mesmo tempo em que possibilita uma visão com menor rejeição sobre diversidade à empresas e as(os) colegas de trabalho. Não se propõe a negação das siglas identitárias construídas em conjunto pelo movimento, e sim uma alternativa abrangente em determinados espaços que possam ser estratégicos para o fortalecimento e qualidade de vida de dentro e fora de nossa comunidade.

Pretende-se produzir outra coleta, aperfeiçoada sob a luz dos dados analisados, a fim de garantir alternativas complementares às interpretações propostas. Durante o processo de pesquisa e acesso a rede aliada, percebi que há espaços interessados em receber e contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa, alinhados ao objetivo de promover a qualidade de vida de pessoas LGBTI+. Utilizar estes insumos de forma prática, alcança os objetivos de retorno social e finalidade do financiamento que a CAPES possibilitou.

A construção de uma intervenção envolve diferentes níveis e aspectos de um mesmo cenário. Este trabalho é fruto de uma inquietação que surgiu em uma primeira experiência profissional, em estágio psicossocial na rede do DF. A percepção do sucateamento dos serviços, associados ao enfraquecimento de políticas públicas assistenciais, fomentou o desejo de pesquisar e produzir “algo” que fosse capaz de alterar a realidade social na qual estamos inseridos. Qualquer pessoa pode se tornar um recurso protetivo e fortalecedor para os que se encontram em vulnerabilidade. Nós, enquanto profissionais técnicos, podemos contribuir tecendo caminhos que possam ser trafegados por todos.

Referências

- Da Silva, M. N., Lordello, S. R. M., & Murta, S. G. (no prelo.) *Comunidade LGBT e intervenções: uma revisão sistemática*. Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura.
- Murta, S. G. & Santos, K. B. (2015). Desenvolvimento de programas preventivos e de promoção de saúde mental. In S. G. Murta, C. Leandro-França, K. B. Santos, & L. Polejack (Eds.). *Prevenção e Promoção em Saúde Mental: Fundamentos, Planejamento e Estratégias de Intervenção* (pp. 168-191). Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Moullin, J. C., Dickson, K. S., Stadnick, N. A., Rabin, B., & Aarons, G. A. (2019). Systematic review of the Exploration, Preparation, Implementation, Sustainment (EPIS) framework. *Implementation Science, 14*(1), 1.
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2004). Desafios da aproximação do construcionismo social ao campo da psicoterapia. *Estudos de psicologia, 9*(3), 431-439.

Anexo A

Instrumento

Roteiro semi-elaborado de perguntas, categorizado sobre as interfaces que subjetivam a identidade da pessoa LGBTI+ enquanto cidadão; se propõe uma ordem de conteúdo que explora os contextos relacionais do viver em sociedade, partindo do microcosmo para o macrocosmo.

a) Família

- O que é família pra vocês?
- Quem são os membros da sua família?
- Qual impacto sua família tem atualmente na sua vida?
- Como vocês consideram o relacionamento com a família de vocês?

b) Educação

- Como foi a trajetória escolar de vocês?
- Algum evento em específico marcou esse momento pra vocês?
- Vocês se sentem satisfeitos com a educação que tiveram?
- A que atribuem esse sucesso ou fracasso?

c) Trabalho

- Vocês já tiveram acesso ao mercado de trabalho?
- Qual experiência profissional vocês possuem?
- Qual o impacto do trabalho na vida de vocês?
- O que pensam sobre o mercado de trabalho?

d) Cultura e Sociedade

- Vocês conhecem e se relacionam com outras pessoas LGBTI+?
- Qual papel uma pessoa LGBTI+ desempenhou na sua vida?
- Como vocês se sentem em relação ao movimento LGBTI+?
- Vocês já participaram de algum coletivo e/ou grupo sobre diversidade? O que mudou depois que vocês entraram em contato com essa comunidade?
- Você já usou/participou algum serviço público específico ou direcionado a população LGBT?

Anexo B

Questionário Sociodemográfico – Não escreva seu nome nesta folha*

Assinale a sua resposta nos parênteses e preencha os espaços em branco, quando couber.

1. Data de Nascimento: ____/____/____

2. Identidade de Gênero (marque a(as) opção(ões) que contemplem sua identidade)

- Mulher-Trans Homem-Trans Não binária/o/e
 Mulher Cisgênero Homem Cisgênero Outra(s) _____
 Travesti Intersexo

3. Orientação Sexual

- Assexual Bissexual Homossexual Heterossexual
 Outra(s) _____

4. Estado Civil:

- Solteira/o Vivendo com companheira/o Viúva/o
 Separada/o ou divorciada/o Namorando Casada/o

5. Cor: _____

6. Natural de (cidade): _____ UF: ____.

7. Cidade onde reside atualmente: _____ UF: ____.

8. Qual é a sua situação de moradia?

- Moro sozinho Com ambos os pais Com o pai
 Com a mãe Com o cônjuge Em casa de outros familiares
 Em república Em pensão/pensionato/hotel
 Outro tipo de moradia,

ESPECIFIQUE: _____

9. Quantas pessoas moram em sua casa, inclusive você? _____

ESPECIFIQUE

10. Quantos filhos você tem? _____ filhos(as).

11. Seu grau de escolaridade:

- 1º grau incompleto 2º grau incompleto Superior incompleto
 1º grau completo 2º grau completo Superior completo
 Sem instrução formal Não sei Pós-graduado

12. Qual é a sua situação atual de trabalho (escolha a opção que descreva a ocupação principal)?

- Tempo integral (incluindo autônomo) Desempregada/o
 Meio expediente (incluindo autônomo) Aposentada/o

- Trabalho temporário (“BICO”) Empregada/o em licença saúde
 Outros: _____ Trabalho não remunerado

13. Quantas pessoas, inclusive você, vivem da renda mensal do seu grupo familiar? _____

14. Qual a sua participação na vida econômica do seu grupo familiar?

- Sou sustentada/o inteiramente pela família ou pela ajuda de outras pessoas.
 Recebo alguma ajuda financeira da família ou de outras pessoas.
 Sou inteiramente responsável apenas pelo meu próprio sustento.
 Sou responsável pelo meu sustento e contribuo para o sustento da família.
 Sou a/o principal responsável pelo sustento da família.

15. Já fez uso de algum serviço do estado, específico a alguma demanda que envolva sua vivência afetiva?

Sim () Não ()

ESPECIFIQUE

16. Em sua opinião, quais desses aspectos poderiam sanar suas demandas atuais?

- Independência financeira
 Socializar
 Fortalecimento de vínculos familiares
 Aperfeiçoamento pessoal (acadêmico/técnico)
 Segurança
 Iniciar ou manter um relacionamento afetivo
 Saúde
 Outros

ESPECIFIQUE
